



UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

CURSO DE MESTRADO EM *ARTES MUSICAIS* – 2003/05

BANDAS E MÚSICOS MILITARES EM PORTUGAL

Do século XIX ao XXI

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de:

LUÍS MIGUEL TOMÉ CORREIA

Aluno n.º 14902



ORIENTADOR - Prof. Doutor:

JOÃO SOEIRO DE CARVALHO

Setembro de 2006

785.13 (469) "18/20" (093)

T 3349

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
BIBLIOTECA



62593

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
1 - PANORAMA EUROPEU	5
2 - RESENHA HISTÓRICA DA MÚSICA MILITAR EM PORTUGAL	7
3 - HISTORIAL DAS MAIS ANTIGAS BANDAS PORTUGUESAS	19
3.1 - A <i>BANDA DO EXÉRCITO</i>	19
3.2 - A <i>BANDA DA ARMADA</i>	23
3.2.1 - RELATOS DA GRAVAÇÃO DO PRIMEIRO DISCO EM PORTUGAL	27
3.3 - A <i>BANDA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA</i>	29
4 - A BANDA MILITAR VISTA PELA SOCIEDADE	33
5 - O MÚSICO MILITAR NOS SÉC.S XIX E XX	36
5.1 - INTRODUÇÃO.....	36
5.2 - NOTAS BIOGRÁFICAS dos músicos mais representativos.....	38
5.3 - O MÚSICO MILITAR NO SÉCULO XIX através da vida de <i>Eduardo Neuparth</i>	44
5.4 - O MÚSICO MILITAR NO ALVOR DO SÉC. XX através de <i>José C. Martinó</i>	46
5.4.1 - RELATOS DA 1.ª GUERRA MUNDIAL.....	49
COMENTÁRIO FINAL	51
GLOSSÁRIO	53
BIBLIOGRAFIA	57
SITES CONSULTADOS	61
ANEXOS :	62
I - IMAGENS	
II - RESTANTES BANDAS MILITARES :	
<i>Porto, Évora, Madeira, Açores, FAP, PSP.</i>	
III - BANDAS EXTINTAS NO FINAL DO SÉC. XX :	
<i>RMC, EPI, RIT, GF.</i>	
IV - LEGISLAÇÃO (seleccionada de 1797 a 1937)	
V - OUTROS DOCUMENTOS	

INTRODUÇÃO

Banda Militar é um termo que aparece na Europa em finais do século XVIII designando uma banda regimental formada por instrumentos de sopro (madeiras e metais) e percussão (Polk 2003). No entanto em Portugal a denominação primeiramente utilizada para este tipo de agrupamento não foi esta:

*Ao que tudo indica, foi por volta da última década do século XVIII que as bandas de música, sob o modelo dos conjuntos de Harmoniemusik, ingressaram definitivamente no exército português. Concomitantemente, a palavra charamela [usada até então para designar genericamente esses grupos] caiu em desuso, sendo substituída por “música”, que antecede o termo banda (Binder 2004: 10). [Para mais esclarecimentos sobre terminologia cfr. *Glossário: Banda, Charamela, Harmoniemusik, ...]*

No contexto da musicologia portuguesa poderá à primeira vista parecer uma temática inócua, se pensarmos na banda como um corpo estático, essencialmente de militares que tocam música, e não de músicos profissionais que, como outros, envergam um traje específico e interagem com o meio em que se inserem.

O senso comum ao pensar em militares, pensa numa estrutura rígida, altamente hierarquizada e que veicula uma série de preceitos predefinidos da política do Estado. No entanto com a instituição das bandas, e principalmente a partir do século XIX, o estatuto da banda no meio militar e a actividade do músico militar, sempre foi bastante livre destes grilhões que aparentemente toldam a sensibilidade musical, sendo neste aspecto verdadeiros espaços de liberdade artística e formativa, quer durante a Monarquia ou mesmo no Estado Novo. É preciso não esquecer que ainda hoje o Estado emprega mais músicos na Defesa ou Administração Interna, do que no Ministério da Cultura (!).

A razão principal que me levou à escolha deste tema, para além de ser uma área a que tenho ligações, foi sem dúvida a falta de estudos ou publicações que de um ponto de vista global tratem do aparecimento e evolução das bandas militares em Portugal, e da marca indelével deixada até hoje de muitos dos seus ilustres membros.

O pouco que tem sido produzido ao longo de mais de um século, são obras esparsas, mais ou menos laudatórias ou evocativas, sobre esta ou aquela formação, sobre este ou aquele personagem, além de entradas em dicionários ou capítulos de obras abrangentes, não existindo uma visão de conjunto, actualizada, que nos possibilite reportar à história em geral, e avaliar o seu peso relativo.

Como afirma Fernando Binder evocando o estudo de Edward Tarr (*Die Musik um die Instrumente der Charamela Real*. In: *Lissabon. Forum musicologicum: Basler Studien zur Interpretation der alten Musik*. Zurique, v.2, p.181-229, 1980) :

Até o presente momento, o grupo de instrumentos de sopro português melhor estudado é o conjunto de trompetistas da corte portuguesa, um dos dois grupos que formavam a Charamela Real, instituição musical que atuou entre c.1454 até a segunda metade do século XIX que, além de trompetes, também possuía uma banda de música. No restante, a bibliografia sobre o assunto é bastante escassa e desatualizada (...) (Binder 2004: 6).

Para além do atrás exposto, senti com este trabalho que indo um pouco mais além na pesquisa, se descobrem relações por vezes surpreendentes entre a história da música e as organizações militares em Portugal, como por exemplo, este documento de 1810 existente no Arquivo Histórico Militar:

António Leal Moreira, mestre de música do Real Seminário Patriarcal, compositor da Real Câmara e tenente agregado da 5.ª Companhia do Batalhão de Caçadores de Lisboa Oriental, pede a demissão e a graça de conservar as honras inerentes em vista do bom serviço que fez. (B.A.H.M. 1984: 205).

Ou então esta interessante revelação feita na primeira pessoa, por um dos nossos maiores compositores, Fernando Lopes-Graça:

Eu até entrei na música pelas mãos da tropa, e não pelas da Igreja ou da Nobreza, como nos belos tempos em que o músico era ungido do Senhor ou de Sais! (Lains 2004)

A função da Banda Militar, em grande parte da sua história, é para a sociedade civil em que se enquadra, de natureza quase missionária, ao mesmo tempo preenchendo os seus elementos uma função social de referência junto das populações – *sabes mais c'ó mestre da música- lá diz o povo*; como confirmou o ilustre Luís de Freitas Branco sobre o papel dos músicos militares:

Na actual renovação musical do nosso país, são os orientadores principais do gosto pela música nas nossas províncias, nas ilhas, no ultramar, pois é grande a sua acção educativa sobre todas as classes sociais (*O Distrito de Portalegre 9-12-1923 ap. Martinó 1999: 425*).

O que aqui pretendo demonstrar, é a validade do papel da banda e a constante presença do músico militar na evolução da música em Portugal. Como participante e

contribuinte decisivo para o meio musical português, como condicionador da política cultural local e nacional, intervindo nos domínios mais elevados da arte musical ao longo dos tempos; mas também no domínio prático, mais pragmático de actor no terreno em empreendimentos que gravitam à volta desta actividade.

Tudo isto claro está, com diferentes *nuances* consoante a época, tendo especial relevância até ao aparecimento e hegemonia da radiodifusão numa primeira fase (que *grosso modo* coincide com a grande redução no número de bandas), e numa segunda fase até à democratização do acesso à educação e cultura verificada após o 25 de Abril de 1974.

Sendo assim, para estabelecer o paralelismo e as particularidades do caso português apresento a iniciar os principais marcos no desenvolvimento da música militar na Europa. De seguida o panorama geral português, da instituição das bandas até aos nossos dias, que é caracterizado essencialmente pela legislação produzida no Exército, que foi referencial para o grosso das bandas militares até à primeira metade do século XX. A próxima secção particulariza aquelas bandas militares herdeiras das mais longas tradições musicais no nosso país (*Exército, Armada, GNR*). Embora seja bastante difícil traçar exactamente qual será a primogénita, ainda mais quando aqui se trata especificamente de um agrupamento – *a banda*, resultado de um processo evolutivo que tem os seus antecedentes por vezes enviesados, mas como se constata esse epíteto recairá certamente entre o Exército e a Armada. (Nos *Anexos II e III*, estão incluídos textos sobre as restantes bandas militares portuguesas em actividade e sobre aquelas que foram extintas na última década do século XX).

Seguidamente, e no intuito de pelas palavras dos seus contemporâneos entender os vários aspectos da vida músico-militar e a sociedade, dedico o quarto capítulo a relatos retirados da imprensa da época e outros escritos. O retrato final do músico militar no século XIX e início do XX, é feito através de vários exemplos biográficos de algumas das figuras que mais se destacaram.

Por ser este um trabalho focalizado numa área restrita e não muito explorada, é incluído no fim um *Glossário*, maioritariamente sobre terminologia de instrumentos musicais, mas também, expressões e termos arcaicos, menos usuais, ou usados no contexto muito específico dos sopros ou da música militar. Os termos explanados no *Glossário* estão assinalados por um asterisco (*) no decorrer do texto.

1 - PANORAMA EUROPEU

Já no século XIII existiam grupos de chameleiros, trombeteiros e tambores, que anunciavam reis e acicatavam batalhas, uma clara influência do médio oriente trazida pelos Cruzados, que caracterizou a Idade Média tardia.

Herdeiras da *música alta** do Renascimento, as músicas militares no séc. XVII introduziram certas nuances. Nos exércitos europeus já distinguiam um grupo de músicos com função marcial*, relacionado com a rotina militar, diária ou mesmo de combate (por ex.: trombetas*, pífaros*, tambores*) que hoje em português poderemos designar por – *fanfarra**; de outro grupo diferente, com uma função artística, cerimonial, social (por ex.: *consort* de charamelas*, sacabuxas*, etc.), que sensivelmente desde o séc. XIX conhecemos por – *banda**. Enquanto os primeiros estavam assim plenamente integrados na organização, os outros eram normalmente músicos profissionais, civis contratados, apêndices à instituição.

Pelo fim da Guerra dos Trinta Anos (1646) os Guardas *Dragões de Brandeburgo* tinham uma banda de charamelas modelar para esta era: duas sopranos, uma tenor, um baixão* e tambor. Sob Luís XIV as bandas são organizadas seguindo o modelo alemão, mas com o desenvolvimento em França do oboé e do fagote, estes vão substituindo as charamelas e similares (c.1665) e deste modo constituem um referencial para os outros países: *C'est du règne de Louis XIV que date en France et dans toute l'Europe une réglementation précise de l'usage des instruments de musique aux armées* (Brenet 1917: 44). Por 1720 encontramos em Leipzig uma banda de: 3 oboés, 2 trompas e fagote, e numa gravura londrina de 1756 uma companhia de granadeiros integra mais novidades: 2 clarinetes, 2 trompas e 2 fagotes (*Harmoniemusik*).

Até ao fim do século XVIII o número de instrumentos vai sempre aumentando, outra característica que se vai impor (e que irá vincar futuramente o cunho da música militar) é a influência da música janízara e a consequente adopção da percussão turca - primeiro o bombo, mais tarde os címbalos e o triângulo. É nesta época que se vão institucionalizando as bandas regimentais: *En France, c'est en 1763 qu'ont été constituées les premières musiques régulières. Elles ont atteint leur apogée sur Napoleon et se sont conservées dans tout leur éclat* (Wartelle 1991 : 10).

Logo depois da *Revolução francesa*, ainda em 1789 é criada por Sarrette, a *Banda da Guarda Nacional de Paris* com 45 elementos, estrutura esta que vai introduzir uma nova concepção: a *banda sinfónica* - estabelecendo paralelismos com a orquestra.

Sob esta influência, as bandas alargam os seus objectivos - de uma função essencialmente militar para tarefas musicais e culturais junto da sociedade.

Uma típica banda de infantaria francesa em 1809 tinha o seguinte efectivo de 20 a 23 músicos: picollo*, requinta*, 6 a 8 clarinetes, 2 fagotes, 2 trompas, trompete, 2 ou 3 trombones, 1 ou 2 serpentões*, caixa, bombo, pratos e *pavillon chinois**.

O século XIX, prodigioso no invento de novos instrumentos e mecanismos de aperfeiçoamento (*Sistema Boehm**, pistons*, válvulas, etc.) a partir de 1845 temos já adoptados pelas bandas francesas muitos destes novos contributos, especialmente pelo mão de *Adolphe Sax*, o *Cristóvão Colombo dos instrumentos de metal*, que pela invenção dos *saxhorns**, das *saxtubas*, e *saxotrombas*, dos *saxofones* e dum chamado *sino sinfónico*, foi classificado por *Meyerbeer* de génio do cobre e do bronze sonoro (Joaquim 1937: 27).

Em 1852 a banda da *Garde Républicaine* contava já com 55 elementos, nas bandas mais importantes, como esta, é comum utilizarem vários Contrabaixos de cordas e duas estantes de Violoncelos.

Já chegados ao século XX, na Alemanha existiam cerca de 560 bandas militares com 23 a 40 músicos cada, depois da I Grande Guerra o seu número reduziu-se a 140, hoje possui cerca de vinte bandas militares.

Nas últimas décadas vários países repensaram em termos financeiros o seu encargo com estes organismos, reduzindo muitos deles, sendo assim no final do século XX temos como exemplo: na Áustria – 13 bandas, Inglaterra – com 16 bandas principais (com 35 a 50 músicos) e 53 bandas regimentais (21-35 músicos), Itália – cerca de 40 bandas militares e outras forças, sendo usual a banda sinfónica com mais de cem elementos.

O paradigma da música militar continua no entanto nas mãos da *Garde Républicaine* que compreende uma vasta organização musical:

- *L'Orchestre de la Garde Républicaine*, que inclui
l'Orchestre d'Harmonie (80 músicos) e *l'Orchestre à cordes* (40 músicos), juntas formam - *l'Orchestre Symphonique*;
- *La Musique de la Garde Républicaine*, inclui :
L'harmonie (48 músicos) e *La batterie* (35 músicos);
- *Chœur de l'armée française*;
- *Fanfarre de cavalerie* (40 elementos);
- *Trompes de chasse*.

2 - RESENHA HISTÓRICA DA MÚSICA MILITAR EM PORTUGAL

As origens da música militar confundem-se com os primórdios das Forças Armadas, à própria essência da organização militar, na sua fase inicial, está ligada a música, como elemento indispensável, nas marcações cadenciais, toques para marcha das tropas, execução de tarefas, movimentos e um incutir de heróicismo aos nossos e temor ao adversário, como canta o nosso imortal poeta:

*Já dão sinal, e o som da tuba impele
Os belicosos ânimos, que inflama;*
(Camões, *Os Lusíadas* VI-63)

Em Portugal é conhecido o emprego da música militar desde os alvares da Monarquia, tendo sempre os nossos reis ao seu serviço pequenos grupos compostos por instrumentos usuais nas diversas épocas:

Resa a História Militar que, quando da tomada de Lisboa aos mouros em Outubro de 1147, trombetas e charamelas convocaram os guerreiros, que para tam grande empresa esqueceram a rivalidade (Ribeiro 1939: 235).

Da Idade Média à actualidade, a música não mais deixaria de estar inserida na instituição militar portuguesa. Aos primitivos grupos formados por um reduzido número de músicos tocando instrumentos rudimentares, foram sucedendo a partir do final do século XVIII bandas de música com quadros de executantes cada vez mais alargados e instrumentos que progressivamente iam conhecendo melhor aproveitamento técnico.

D. Afonso V (1432-85) teve ao seu serviço, durante todo o seu reinado, uns 20 cantores, 15 trombetas, 4 chameleiros (o rei dos quais *mandaria em todos eles e os ordenaria tanto nas salas reais como nos campos de batalha, ou outra qualquer parte onde se achassem*), 1 tamborileiro*, 1 alaúdistas, 1 citaleiro* e 1 menestrel* (Brito e Cymbron 1992: 29).

Notícias do século XVII, atestam a existência em Lisboa de uma *banda de chameleiros* que se destinava a tocar nas procissões e actos públicos (Ribeiro 1939:243).

A partir de 1724, a *banda* real formada por 22 trombetistas e quatro timbaleiros* estava ao serviço de D. João V (Doderer 2005: 20). No livro *Manejo Prático da Infantaria*, de 1740, dedicado por Bento Gomes Coelho ao *Magnânimo* rei, encontra-se

uma gravura que retrata o desfile militar dum regimento de infantaria entestado por vários músicos, entre eles os *boazes**, trompas, *trombão** e cornetas* (Cutileiro 1982:6).

Ernesto Vieira diz-nos que *a divisão auxiliar portuguesa que em 1793 foi á guerra do Roussilon, levava «um mestre director de musica do exercito», mas nos quadros não figuravam musicos propriamente ditos, apenas mencionam:*

- 22 *pifanos**, *tambores e um tambor mór**, para cada regimento de infantaria,
- 8 *trombetas e um timbaleiro* para cada regimento de cavallaria,
- 8 *tambores* para a brigada de artilharia (Vieira 1900: 442).

Porém, tanto a gravura de 1793 da *Música do 1º Regimento da Armada Real* (v. *Anex. I*) como o historial das bandas do Exército e da Armada respectivamente demonstram, a realidade iria muito para além da legislação, pois nelas já se encontram músicos distribuídos por vários instrumentos, entre *madeiras, metais e percussão*.

Um importante marco neste processo evolutivo é o Decreto de 20 de Agosto de 1802 (*Anex. IV*), pois é o primeiro a referir a nova constituição organológica destes agrupamentos, que se nos afigura como típica das primeiras bandas em Portugal, para além disso determina que *paguem a cada hum dos Coroneis de Infantaria da Corte (...) para a satisfação de onze Muzicos de instrumental (...)* :

Hum Fagote

*Hum Clarim**

Hum primeiro clarinete

*Hum Zabumba**

Dois segundos ditos

Hum Prato

Duas Trompas

*Huma Caixa de Ruffo **

Hum Flautim

Esta evolução é assim descrita por Raimundo José da Cunha Mattos no seu *Repertorio da legislação militar* (Rio de Janeiro, 1837-46):

A música dos Portuguezes no tempo da antiga milícia consistia em Trombetas, Pifanos, Timbales e Tambores, tanto no mar como em terra. Quando se introduziu alguma ordem na marcha das tropas foi a Trombeta abandonada pela Infantaria e reservada para a Cavalaria, por se entender que não era fácil tirar sons para a cadência do passo dos soldados. Pouco à pouco foram introduzidos, como objecto de luxo alguns instrumentos de sopro; e os tocadores ou músicos eram sustentados pelos Chefes dos Corpos, ou pelos Officiais e Soldados. Em Portugal as Bandas de Música principiaram a ser pagas pelos cofres públicos, desde que se promulgou o D[ecreto] de

20 de agosto de 1802; e os instrumentos desde a publicação da R[esolução] de 14 de agosto de 1804. (Binder 2004 : 10)

Posteriormente, em 1809, por Decreto de 29 de Julho, o Marechal Beresford (então *Commandante em Chefe dos Exércitos de S.A.R. O Principe Regente Nosso Senhor*) ordenava que no Estado Maior dos Batalhões de Caçadores haja um Mestre de Música, e 8 Músicos em lugar de dois Pifanos, que até aqui tinham (Ordem do Dia 17-8-1809 / v. Anexos IV).

Os músicos todos então contratados eram pagos na sua maioria, através de descontos no soldo dos militares pertencentes ao respectivo regimento, este facto criava descontentamento às várias partes. Aos músicos por quererem um vínculo profissional maior com a unidade militar, aos outros por terem que pagar a música do seu bolso. Esta situação fez com que se pressionasse a entrada dos músicos nos quadros para que essa despesa fosse assumida pelo reino.

Sendo assim surge legislação que pretende resolver esta situação – um decreto promulgado no Rio de Janeiro em 27 de Março de 1810 (*Anex. IV*), estabelece em cada regimento daquela corte um corpo de musica, composto de doze a dezasseis executantes com praça de soldados, respectivos prets, farinha e fardamento, acresccentados com uma gratificação variável (Vieira 1900: 442).

Em Portugal continental no mesmo ano, Beresford determina que os nomes dos músicos fossem inscritos no *Livro Mestre* (O.D. 9-12-1810 / *Anex. IV*).

Regressando da guerra, em 1814 com a redução de efectivos, estabeleceu-se que haveria bandas apenas nos regimentos de infantaria. Compunham-se de um mestre e oito músicos, designados *músicos de praça* e um número variável de *músicos de contrata*, que ao gosto dos comandantes aumentavam a sua banda:

Quando o exercito regressou da Guerra Peninsular, os coronéis capricharam em que os seus regimentos trouxessem á frente brilhantes musicas, e para isso contrataram muitos artistas, principalmente hespanhoes e alguns allemães (como Eduardo Neuparth e outros), a maior parte dos quaes ficaram estabelecidos no nosso paiz. (Vieira 1900: 443)

Por portaria de 16 de Dezembro de 1815 (*Anex. IV*) foram proibidos os descontos para a música e instituiu-se a seguinte formação de 11 elementos para cada Regimento de Infantaria, Batalhão de Caçadores e Guarda Real de Polícia:

- 1 - Mestre, 1º Clarinete,
- 1 - 1º Requinta*,

1 - Segundo 1º Clarinete,
 1 - 2º Clarinete,
 1 - 1º Trompa,
 1 - 2º Trompa,
 1 - 1º Clarim,
 1 - 1º Fagote,
 1 - Trombão ou Serpentão*,
 1 - Bombo,
 1 - Caixa de rufo.

Admitindo-se ainda mais 6 aprendizes, podendo perfazer um total de 17 músicos: mais um flautim, dois clarinetes, 2º clarim, 2º fagote, e um serpentão* (O.D.17-12-1815).

Uma crónica alemã de 1821 relatava assim a realidade lusa:

Não se pode dizer que as músicas ou bandas regimentais sejam aqui muito perfeitas; mesmo assim muito contribuem para que os instrumentos de sopro não sejam totalmente descurados. (Brito e Cranmer 1990: 53).

Entretanto em 1838 é criada a Banda da Guarda Municipal, herdeira das *Músicas da Guarda Real de Polícia* e futura GNR.

Sinal do mal-estar contínuo pela situação dos músicos, um artigo na *Revista Militar Portuguesa* n.º 7 de 1855 (*Anex. V*) salienta o descontentamento sentido por estes (pois o músico não tinha qualquer graduação militar e como contratado não tinha direito a reforma) e faz um alerta ao governo, para que lhes seja prestada atenção, de forma a gozarem dos mesmos benefícios que os vizinhos espanhóis.

Neste sentido uma regulamentação na Ordem do Exército de 22-6-1864 (*Anex. IV*) estabelece os novos quantitativos de músicos, e a sua respectiva equiparação:

1 - Mestre de musica com a consideração de sargento ajudante,
 1 - Contramestre com a consideração de sargento quartel mestre,
 3 - Musicos de 1ª classe com a consideração de primeiros sargentos,
 4 - Musicos de 2ª classe com a consideração de segundos sargentos,
 8 - Musicos de 3ª classe com a consideração de furrieis,
 4 - Musicos de pancada*, tambores e corneteiros,
 Todos = 21 (O.E. 1864 n.º 25).

Quanto à actividade das bandas militares e dos seus componentes, ficaria regulamentada a 21 de Novembro de 1866 este documento determina por exemplo que: *as bandas militares não podem acompanhar cyrios, collocação de bandeiras, peditorios, nem mesmo tocar em arraiaes e feiras, salvo se o fizerem em coreto.* Saliente-se o facto de que na legislação conhecida sobre esta matéria ser a primeira vez que se utiliza a denominação *banda*.

Nas competências do *mestre de música* sobressaem, o ensino e direcção dos músicos nos ensaios, além de acompanhar a música em todas as ocasiões de serviço, e mesmo naquellas a que a banda for chamada por contrato particular.

O contramestre da música tem a seu cargo o ensino dos músicos de 3.^a classe. Aos músicos não é permitido irem augmentar e acompanhar *philarmonicas** intituladas, “de guerrilhas”, poderão no entanto, exercer a sua arte nas orquestras de theatro, ou nas festividades de igreja, mas não lhe é consentido substituir o seu uniforme (R.G.C.E. 1866: 25 / Anex. IV).

Os músicos, segundo o *Regulamento para as bandas de musica dos regimentos de infantaria e batalhões de caçadores do exercito* de 11 de Março de 1870, eram admitidos face a critérios escolares certamente mais exigentes que os restantes, condescendendo certamente no físico e na idade:

§1.^o art.^o 4.^o: Os menores desde a idade dos doze annos e com qualquer altura podem ser admittidos como musicos de 3.^a classe, alistando-se como taes, uma vez que saibam ler e escrever, e mostrem ter alguns conhecimentos de musica, disposição para a arte, e possuam as noções ou principios na applicação a qualquer instrumento. (OE, n.º 9, 1870: 88 / Anex. IV).

Outra importante inovação que se estabeleceu foi a regulamentação das admissões, que até então eram arbitrárias e que passam a ser feitas por concurso. Os concursos para mestre, contramestre e músico de 1.^a classe realizavam-se no Conservatório, músicos de 2.^a classe eram examinados no quartel e os de 3.^a eram admitidos por proposta do mestre. Saliente-se o facto de como a fundação de uma escola laica de referência nacional, funciona como regulador desde muito cedo da actividade da música militar, até no domínio efectivo da legislação.

Entretanto, 1868 ficará marcado pela extinção, por motivos económicos do estado, da *Banda dos Marinheiros*, o que provoca um coro de protestos entre os lisboetas e alimenta polémicas políticas nos jornais. Dezasseis anos mais tarde, em 1884 é reactivada esta banda.

Por decreto real de 23 de Maio de 1872 é ditado um novo *Regulamento para a classificação, acesso, direitos e deveres dos musicos militares do exercito, e para a organização das bandas de musica dos corpos de caçadores e infantaria* (Anex. IV), em que estabelece um novo aumento no quadro efectivo das bandas, elevando-as a 26 elementos mais o *mestre*, a sua constituição era a seguinte:

- 1 Requinta,

- 1 Flautim,
- 6 Clarinetes,
- 4 Cornetins e cornetas,
- 2 Sax-trompas* ou trompas,
- 3 Trombones,
- 2 Barytonos* ou bombardinos*,
- 1 Baixo*,
- 2 Contrabaixos*,
- 1 Bombo,
- 1 Caixa de rufo,
- 1 Caixa forte*,
- 1 Pratos (O.E. 1872 n.º 20).

A 7 de Setembro de 1899 há uma nova reorganização do exército, na qual os músicos passam a formar 6 classes a que correspondem graduações, temos também pela primeira vez o *Mestre* na categoria de Oficial, como *Alferes* (O.E. 1899 n.º 9/ *Anex. IV*):

Classes	Graduações
Mestre de musica	<i>Alferes</i>
Contramestre de musica	<i>Sargento ajudante</i>
Musico de 1ª classe	<i>Primeiro sargento</i>
Musico de 2ª classe	<i>Segundo sargento</i>
Musico de 3ª classe	<i>1º Cabo</i>
Aprendiz de musica	<i>Soldado</i>
<i>§único. Os musicos de pancada* serão soldados do effectivo, nomeados pelo commandante do regimento sobre proposta dos mestres de musica.</i>	

Uma outra característica da organização músico-militar do estado português, e que denota mais uma vez a indispensabilidade destes organismos mesmo além fronteiras, são as bandas das colónias ultramarinas. Sobre esta matéria existe um decreto de 21 de Novembro de 1901, da *Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra* (O.E. 1901 n.º 17 / *Anex. IV*) o qual organiza assim, as bandas de música ultramarinas:

Províncias	<i>Bandas de música europeas</i>	<i>Bandas de música indígenas</i>
Cabo Verde		1
S. Tomé e Príncipe		1
Angola	3	
Moçambique	2	
Índia		1
Macau		1

Em Maio de 1910, o governo monárquico constitucional decreta a redução do número de bandas regimentais a apenas catorze, além de outras medidas muito penalizadoras para a música militar (Martínó 1999: 78), o que por todas as convulsões políticas que irão acontecer não se chega a verificar.

Depois da implantação da República, na reorganização de 1911, os músicos das Bandas militares passaram a formar sete classes a que correspondiam outras tantas graduações (Oliveira 1995: 679):

Classes	Graduações
Chefe de música de 1. ^a classe	<i>Capitão</i>
Chefe de música de 2. ^a classe	<i>Tenente</i>
Chefe de música de 3. ^a classe	<i>Alferes</i>
Sub-chefe de música	<i>Sargento ajudante</i>
Músico de 1. ^a classe	<i>Primeiro sargento</i>
Músico de 2. ^a classe	<i>Segundo sargento</i>
Aprendiz de música	<i>Cabo e Soldado</i>

Com as alterações verificadas na organização militar, devidas à entrada de Portugal na Grande Guerra, e também à instabilidade política vivida no país nas duas primeiras décadas, em que foram dissolvidos ou extintos alguns Regimentos de Infantaria e constituídos outros ou transformados em Batalhões de Caçadores, o número de Bandas de Música variou entre 35 e 30 até à nova organização do Exército de 1937 (*v. quadro da pág. seguinte*). Mas mesmo em condições adversas o empreendedorismo de muitos foi criando excepções à regra, como lemos nos exemplos seguintes:

Nas unidades ou armas onde não pertença banda de música, tem-se procurado (...) criar grupos musicais de carácter particular e subsidiados pelos seus fundos particulares

Em plena guerra nasceu a banda de sapadores de caminho de ferro (...), o então contra-mestre de clarins Pedro de Freitas, (...) encarregado de proceder à organização da banda(...) Finda a guerra (...) passa oficialmente ao quadro das bandas(...).

No regimento de telegrafistas, criou-se uma banda constituída também por cabos e soldados (...)

Na Escola Prática de Infantaria, em Maфра, é criada uma pequena banda (...) data de 1934 (Ribeiro 1939: 240).

Bandas regimentais referenciadas no período de 1914 a 1937

Unidades	Localidades
Regimento de Infantaria N.º 1	<i>Lisboa</i>
Regimento de Infantaria N.º 2	<i>Abrantes</i>
Regimento de Infantaria N.º 5	<i>Caldas da Rainha / Lisboa</i>
Regimento de Infantaria N.º 6	<i>Penafiel / Porto</i>
Regimento de Infantaria N.º 7	<i>Leiria</i>
Regimento de Infantaria N.º 8	<i>Braga</i>
Regimento de Infantaria N.º 9	<i>Lamego</i>
Regimento de Infantaria N.º 10	<i>Bragança</i>
Regimento de Infantaria N.º 11	<i>Setúbal</i>
Regimento de Infantaria N.º 12	<i>Guarda</i>
Regimento de Infantaria N.º 13	<i>Vila Real</i>
Regimento de Infantaria N.º 14	<i>Viseu</i>
Regimento de Infantaria N.º 15	<i>Lagos / Tomar</i>
Regimento de Infantaria N.º 16	<i>Évora</i>
Regimento de Infantaria N.º 17	<i>Beja</i>
Regimento de Infantaria N.º 18	<i>Porto</i>
Regimento de Infantaria N.º 19	<i>Aveiro / Chaves</i>
Regimento de Infantaria N.º 20	<i>Figueira da Foz / Guimarães</i>
Regimento de Infantaria N.º 21	<i>Covilhã</i>
Regimento de Infantaria N.º 22	<i>Portalegre</i>
Regimento de Infantaria N.º 23	<i>Coimbra</i>
Regimento de Infantaria N.º 24	<i>Aveiro</i>
Regimento de Infantaria N.º 25	<i>Angra do Heroísmo</i>
Regimento de Infantaria N.º 26	<i>Ponta Delgada</i>
Regimento de Infantaria N.º 27	<i>Funchal</i>
Batalhão de Caçadores N.º 1	<i>Abrantes / Portalegre</i>
Batalhão de Caçadores N.º 2	<i>Tomar</i>
Batalhão de Caçadores N.º 3	<i>Chaves / Bragança / Valença</i>
Batalhão de Caçadores N.º 4	<i>Elvas / Faro</i>
Batalhão de Caçadores N.º 5	<i>Lisboa</i>
Batalhão de Caçadores N.º 6	<i>Castelo Branco</i>
Batalhão de Caçadores N.º 7	<i>Lisboa</i>
Batalhão de Caçadores N.º 9	<i>Coimbra</i>
Batalhão de Caçadores N.º 11	<i>Ilha Terceira</i>
Batalhão de Sapadores	<i>Lisboa</i>

Atestando o facto da grande implantação e importância do músico militar na sociedade de então, em 1935 é apresentado na Assembleia Nacional um projecto de instrução popular em que se recorria aos músicos do exército como força pedagógico-musical (Ribeiro 1939: 242).

Salve-se o facto de que os regimentos e batalhões eram muitas vezes transferidos ou deslocados inteiramente para outras localidades, pelo que frequentemente damos com a referência da permanência de um mesmo regimento/banda numa localidade diversa:

Por 1927 a Banda do 20 de Infantaria – Guimarães – foi colocada em Tavira (!) (Freitas 1946: 150).

Porém a 11 de Maio de 1936, Oliveira Salazar assume a pasta ministerial da Guerra, tendo como subsecretário o Capitão Santos Costa, dá início à reorganização do Exército, e a partir deste momento torna-se irreversível o processo de extinção de mais de 70% das bandas existentes.

Eis um verdadeiro comentário político *in loco* sobre os contornos desta situação:

O rude golpe, desferido sobre as Bandas com as reformas do Exército de 31 de Dezembro de 1937, diz-se que já era plano antigo de anteriores ministros e que há muitos anos eram já correntes os boatos da sua extinção ou redução. O Dr. Afonso Costa, que não sabemos se era amúsico, chegou até a dizer em pleno parlamento: “mais canhões e menos trombones”.

Mas, porque ao propalarem-se tais boatos, logo surgiam movimentos de protesto, representados por abaixo-assinados firmados por milhares de indivíduos das localidades como sendo as indicadas para ficarem sem a sua Música, e porque os Governos antes do advento da Revolução Nacional eram pouco estáveis e o partido político precisava de votos para se manter no poder, a apregoada supressão era geralmente substituída por qualquer medida tendente a aplacar os reclamantes.

Disto resultava, às vezes, o serem as Bandas dos Regimentos melhoradas ou então, a criação de nova Banda.

Deste jeito, as Músicas Militares foram progredindo sempre, até que, sobretudo depois de 1930, elas eram já núcleos artísticos com possibilidade de fazer irradiar uma acção muito benéfica para a cultura musical do País, como acontecia em Viseu, e onde o respectivo Chefe nisso se empenhava (Correia 1953: 4).

Nesta reorganização um dos serviços mais profundamente afectados foram as Bandas de Música. Argumentavam que se gastava com estas bandas 8.000 contos anuais, verba idêntica à despesa com a aeronáutica.

Punha-se assim em causa a utilidade prática do dispêndio de tão elevada importância, quer no domínio militar, quer no da educação musical da população.

Opinião esta, que reflectia uma linha de pensamento em voga durante o Estado Novo, muito ao estilo da célebre frase de Salazar respondendo a um pedido de ajuda de um cantor:

“Não posso fazer nada. Se não tenho para dar aos que choram – como hei-de dar aos que cantam?” (Vieira de Carvalho 1993: 234).

No dicionário de Tomás Borba e Lopes-Graça é comentada assim esta decisão:

Em Portugal, o Decreto com força de lei n.º 28401, de 31 de Dezembro de 1937, muito por economia, certamente, mas não menos também por lamentável desconhecimento da acção educativa que estes organismos exercem nas pequenas cidades de província, tão afastadas dos grandes centros culturais, reduziu o número das anteriores bandas regimentais simplesmente a oito (Borba e Graça 1956: I,144).

Concretizando este facto da acção formadora que as bandas tinham junto das populações, retenho este exemplo significativo (*cfr.* Programas de Concerto em *Anex.V*):

(...) inserimos aqui os nomes daquilo que chamaram 34 óperas que a Banda Militar de Viseu executou em 17 concertos no Jardim do Quartel de Infantaria n.º 14, pelo ano de 1908, segundo resenha publicada em o “Commercio de Vizeu”, de 31 de Dezembro de 1908:

“Roberto o Diabo, Aída, Fausto, Bohème, André Chénier, Danação de Fausto, Tosca, Gioconda, Le Jongleur de Notre-Dame, Rigoletto, Pescadores de Pérolas, D. Carlos, Sansão e Dalila, Carmen, Werther, Um Baile de Máscaras, Cavalleria Rusticana, Palhaços, Madame Butterfly, Rei de Lahore, Trovador, Huguenotes, Ernani, Africana, Favorita, Fédora, Lucia de Lammermoor, Manon, Marion Delorme, Propheta, Mephistófeles, Mestres Cantores, Lakmé e Mignon” (Correia 1953: 21).

A efectiva descentralização cultural efectuada por estes organismos, e a sua presença assídua junto das populações, é confirmado num anuário de 1939, que reúne toda a actividade musical em Portugal, em que mesmo já depois de algumas bandas terem sido desactivadas, ou estarem inoperantes, dá conta de mais de mil (!) concertos efectuados por bandas militares em todo o país, só nesse ano (Leiria 1940: 69).

Assim, das 32 bandas de música do exército existentes no momento da publicação do Decreto-lei 28:401 de 31-12-1937 (*Anex. IV*) ficaram 8 (sensivelmente melhoradas), localizadas nas sedes das regiões militares, pertencendo organicamente aos Regimentos de Infantaria, com a excepção de uma segunda banda no Governo Militar de Lisboa.

O quadro seguinte regista informação publicada três anos depois que confirma este facto e faz um apanhado da situação geral (Leiria 1940: 73).

BANDAS MILITARES EXISTENTES EM 1940			Chefes
Guarda Nacional Republicana			Tenente <i>L. Alves Ribeiro</i>
Armada			1.º tenente <i>Artur F. Fão</i>
Exército / Unidades		Classes	
Regimento de Infantaria n.º 1	<i>Lisboa</i>	1ª (52 músicos)	Ten. <i>Armando Fernandes</i>
Batalhão de Caçadores n.º 5	<i>Lisboa</i>	1ª “	Ten. <i>José Alves Ribeiro</i>
Regimento de Infantaria n.º 6	<i>Porto</i>	1ª “	Capitão <i>F. Alves Júnior</i>
Reg. de Infantaria n.º 12	<i>Coimbra</i>	2ª (44 músicos)	Ten. <i>D. Martins Coelho</i>
Reg. de Infantaria n.º 15	<i>Tomar</i>	2ª “	Alferes <i>Jaime G. Correia</i>
Reg. de Infantaria n.º 16	<i>Évora</i>	2ª “	Alf. <i>Manuel J. Alves</i>
Bat. Independente Inf.ª18	<i>P. Delgada</i>	3ª (36 músicos)	Ten. <i>Manuel da Silva</i>
Bat. Independente Inf.ª19	<i>Funchal</i>	3ª “	Ten. <i>Hipólito A. Gomes</i>

A este conjunto é adicionado em 1946 a recentemente oficializada *Banda da Escola Prática de Infantaria* (Mafra), e quanto ao Exército, esta estrutura só irá sofrer reajustes depois da Revolução de Abril de 1974. Em 1977 com a fusão das duas bandas referenciais da então Região Militar de Lisboa, e depois de 1979 (Dec.-Lei n.º 133/79, 17 de Maio) na representação efectiva das regiões, estabelecendo a seguinte orgânica:

- *Banda da Região Militar de Lisboa* (RML, Queluz),
- *Banda da Região Militar do Norte* (RMN, Porto),
- *Banda da Região Militar do Centro* (RMC, Coimbra),
- *Banda da Região Militar do Sul* (RMS, Évora),
- *Banda da Zona Militar da Madeira* (ZMM, Funchal),
- *Banda da Zona Militar dos Açores* (ZMA, P. Delgada),
- *Banda da Escola Prática de Infantaria* (EPI, Mafra),
- *Banda do Regimento de Infantaria de Tomar* (RIT),
- *(Orquestra Ligeira do Exército)* (OLE, Paço-de-Arcos).

Na segunda metade do século XX são também criadas ou oficializadas outras estruturas (*sobre estas bandas cfr. Anexos II e III*):

- em 1957, a BANDA DE MÚSICA DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA;
- em 1981, a BANDA SINFÓNICA DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA;
- em 1984, a BANDA DE MÚSICA DA GUARDA FISCAL.

Depois de várias reestruturações nas Forças Armadas no final do séc. XX e princípio do XXI, em termos musicais o ramo mais afectado é compreensivelmente o Exército, pois é aquele que possui várias bandas pelo território nacional, que verá reduzidas. No entanto o facto mais relevante é a institucionalização de uma banda (*sinfónica*) representativa do ramo: a BANDA DO EXÉRCITO (1988). Esta é o culminar de uma sequência histórica ininterrupta de importantes bandas desta força sediadas em Lisboa, pelo que assim será uma promoção administrativa de um estatuto reconhecido na prática há muito tempo.

Posteriormente, o ano de 1993 marca profundamente o iniciar de um novo ciclo de retracção nas bandas militares portuguesas, com a extinção das Bandas da RMC, EPI, RIT e Guarda Fiscal. Assim sendo, o quadro seguinte regista já as mudanças operadas pela mais recente legislação no que concerne ao Exército (Despacho n.º 12555, 24-5-2006 Ministério da Defesa Nacional), que com a extinção das regiões militares atribui novas designações a essas bandas.

BANDAS MILITARES PORTUGUESAS NA ACTUALIDADE (2006)

EXÉRCITO:
BANDA DO EXÉRCITO
Banda Militar do Porto
Banda Militar de Évora
Banda Militar dos Açores
Banda Militar da Madeira
Outros Ramos :
BANDA DA ARMADA
BANDA DA FORÇA AÉREA
BANDA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
BANDA DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

3 - HISTORIAL DAS MAIS ANTIGAS BANDAS PORTUGUESAS

3.1 - A BANDA DO EXÉRCITO

Herdeira das mais antigas tradições musicais do Exército Português, nomeadamente através das históricas Banda de Infantaria 1 e Banda de Caçadores 5, é instituída em 1988, por despacho de 25 de Março do Chefe do Estado Maior do Exército, General Firmino Miguel - *A BANDA DO EXÉRCITO*.

Os seus antecedentes mais directos, remontam a 1762, ano em que o antigo Terço da Junta do Comércio (ou Terço da Bolsa, fundado em 1648 por iniciativa de D. João IV, antigo corpo de infantaria de marinha, conhecido também por 2.º Regimento da Armada) foi dividido em dois regimentos, um comandado por D. José de Portugal e outro pelo Visconde de Mesquitela, sendo este o primeiro regimento de infantaria a ter uma *Música Marcial** (Cutileiro 1978: 1) composta de:

- 2 trombetas,
- 1 corneta,
- 2 pífaros,
- 1 trombão,
- 2 atabales*.

No ano seguinte, 1763, invocando as importantes reformas então introduzidas no exército português pelo Conde de Lippe, toma a designação de: Regimento de Infantaria de Lippe.

A sua *Música Marcial* tem a seguinte composição:

- 1 tambor-mor,
- 4 tambores,
- 2 pífanos;

e 10 músicos distribuídos por:

- 2 cornetas,
- 1 baixão*,
- 2 boazes,
- 1 tuba*,
- 1 frauta*,
- 1 trombão,
- 1 pratileiro,
- 1 timbalão*.

Em 1806 as Unidades passam a ser numeradas, cabendo a esta a denominação de Regimento de Infantaria n.º 1. Este regimento adere à causa Miguelista em 1826, tendo na altura uma *Música de doze executantes*, dirigida por um espanhol de nome Albarran, sendo composta por:

- 2 cornetas* de chaves,
- 1 trompa,
- 1 serpentão,
- 1 flauta,
- 2 oboés,
- 1 pratileiro,
- 1 bombo,
- 1 caixa de guerra*. (Cutileiro 1978: 2).

O Rei D. Miguel determina em 1832 que este Regimento passe a denominar-se Regimento de Infantaria de Lisboa, mantendo-se a sua Música, embora reduzida a dez elementos, sob a direcção do músico italiano Vazari.

Em 1890, por apreço de Sua Majestade El-Rei D. Carlos, pela lealdade e serviços prestados por este Regimento, e querendo dar a sua esposa Rainha D. Amélia, uma prova particular de estima, determina que o mesmo se passe a designar por Regimento N.º1 de Infantaria da Rainha. A sua Banda dá concertos nos aniversários da entrada das tropas liberais em Lisboa nos dias 24 de Julho de cada ano e ainda abrilhanta festivais militares e concertos públicos no Jardim da Estrela e na Tapada da Ajuda.

Assomava a Primavera de 1849 (...). A Ajuda, nesta época, era deserta e silenciosa. Ruínas a cada passo. No largo da Patriarcal, que desabara, só havia de pé a torre! O grande sino, melancólico e solene, batia as horas e os quartos. Os ecos, repetindo-se de quebrada em quebrada, expiravam no fundo do vale, lá em baixo, na margem do rio.

O silêncio, quando o vento estava sul, era interrompido pelos sons vibrantes das bandas marciais de Infantaria 1 e de Lanceiros 2 ... (in Memórias, Bulhão Pato, 1884)

Com a abolição da Monarquia em 1910, o Regimento volta a designar-se Regimento de Infantaria N.º 1.

Sob a chefia de Maximiano Rebelo, que anteriormente tinha regido *Caçadores 5*, toma parte activa na I Guerra Mundial.

Por volta de 1950, considerada Banda de 1.^a Classe, com um efectivo de 60 elementos, eram conhecidos os concertos quer nos jardins públicos de Lisboa, quer na Emissora Nacional.

Com o envelhecimento do Aquartelamento de Belém, o Regimento muda-se para a Amadora, fazendo-se acompanhar da sua Banda de Música.

Depois de 1975 passa a designar-se Regimento de Infantaria de Queluz, aquando da sua mudança para o quartel fronteiro ao Palácio, tendo a Banda sido ali instalada já em Dezembro de 1974 (onde ainda hoje se encontra).

Da fusão em 18 de Julho de 1977 da Banda de Caçadores 5 com a Banda do RIQ, resulta a Banda da Região Militar de Lisboa, que tomou parte desde 1978 em Festivais de Bandas Militares, tendo-se deslocado ao Luxemburgo para participar nas comemorações do 135.º aniversário da Banda de Música daquele Ducado.

De um estudo solicitado à Inspecção de Bandas e Fanfarras do Exército (IBFE) resultou o Despacho de 21 de Março de 1985 do General VCEME (Vice-Chefe do Estado Maior do Exército) aprovando um quadro orgânico com 92 elementos e normas de funcionamento para a BANDA DO EXÉRCITO, que por motivos vários só foram postos em prática pelo Despacho 25/88 de 25 de Março de 1988 do General CEME (Chefe do Estado Maior do Exército).

Instituindo-se assim na prática a *BANDA SINFÓNICA DO EXÉRCITO* em 1988, parte-se também para a refundação de uma banda representativa do Governo Militar de Lisboa, com sede no RI 1 (agora na Serra da Carregueira). Banda esta extinta no ano de 2000, pela reorganização do Quadro das Bandas e Fanfarras do Exército (QBFE), ao mesmo tempo conferindo à Banda do Exército um quadro orgânico similar às suas congéneres, de características eminentemente sinfónicas – 105 elementos repartidos por naipes de sopros, cordas, percussão e teclado.

CHEFES DA BANDA

INFANTARIA 1:

- ...
- *Francisco Kuchenbuch* (na lista de 1824 em *Anex. V*)
- *Albarran* (c.1826)
- *Varazzi* (c.1832)

- *Joaquim José de Jesus*
- *Nascimento*
- *Alfredo Cândido da Silva* (c.1904)
- *Manuel da Encarnação* (c.1909)
- *Maximiano de Assunção Gomes Fontoura Rebelo* (c.1917)
- *António Augusto Lopes da Silva* (c.1922)
- *Martinho Pincho Nogueira* (c.1930)
- *Capitão Manuel Joaquim Canhão*
- *Cap. Armando Fernandes* (1939-45)
- *Tenente Vasco Silvério da Rocha* (1949-55)
- *Cap. Armando Mendonça Escoto* (1955-58)
- *Cap. José Pinto Rodrigues* (1958-69)
- *Cap. António Domingos da Silva* (1969-70)
- *Cap. José Ferreira Ribeirinho Louro* (1970-72)
- *Cap. Francisco Ferreira da Silva* (1972-75)
- *Cap. Fernando Matos Simões* (1975-77)
- *Cap. José Joaquim Oliveira Santos* (1977-81)
- *Major Fernando José Sanches* (1981-83)
- *Maj. Joaquim Alves Amorim* (1984-86)
- *Maj. Armandino Abreu Silva* (1987-88)

BANDA DO EXÉRCITO:

- *Maj. Armandino Abreu Silva* (1988-89)
- *Cap. José Duarte Gaspar* (1989)
- *Maj. Idílio Martins Fernandes* (1989-91)
- *Cap. José Duarte Gaspar* (1991-93)
- *Tenente-Coronel António Moreira Teixeira* (1993-94)
- *Maj. José Duarte Gaspar* (1994-95)
- *Ten.-Cor. Armandino Abreu Silva* (1995-97)
- *Ten. Manuel Joaquim Ferreira da Costa* (1997)
- *Maj. José Pereira Marques* (1997-99)
- *Ten.-Cor. Reginaldo Serpa das Neves* (1999-2003)
- *Ten. João Maurílio de Caires Basílio* (2003-04)
- *Cap. António Manuel Dias Rodrigues* (2004-05)
- *Cap. Manuel J. Ferreira da Costa* (desde Set.2005)

3.2 - A BANDA DA ARMADA

É bastante longínqua a tradição musical a bordo dos navios da Armada portuguesa, existem vários relatos que documentam esse facto, o mais antigo surge-nos no *Roteiro da Índia* (diário de bordo da nau de Vasco da Gama escrito em 1497 por Álvaro Velho):

Ao sábado vieram obra de duzentos negros, entre grandes e pequenos, e traziam obra de doze rezes, entre bois e vacas e quatro ou cinco carneiros; e logo nós, como os vimos, fomos logo em terra. E eles começaram logo de tanger quatro ou cinco flautas, e uns tangiam alto e outros baixo, em maneira que concertavam muito bem para negros, de que se não esperava música, e bailavam como negros.

E o capitão-mor mandou tanger as trombetas, e nós em os batéis bailávamos, e o capitão-mor também, de volta connosco (Baltazar 1990: 12).

Em termos de grupo organizado, sabemos que no ano de 1740 existia no *Regimento da Armada Real* uma música que se intitulava *Charamela** (v. gravura de músico em *Anexos I*), isto pela notícia de que uma praça executante do *boase** da *charamela*, envolveu-se em desordem da qual resultou castigo corporal (Cutileiro 1981: 6). Como defende Binder:

Isto é um indício de que, nesta época, o instrumental da Charamela da Armada já tinha se modificado, tal como ocorrera à Charamela Real. É provável, portanto, que na data indicada, a Charamela da Armada já não contasse nem com charamelas propriamente ditas, nem mesmo baixões ou dulcianas, mas fizesse uso de instrumentos mais modernos, como os 'boases' (Binder 2004: 8).*

A 14 de Julho de 1788 uma *música* foi criada na *Companhia dos Guardas-Marinhas*, que existiu até 1796 (Santo 1988: 7).

O Arquivo Histórico-Militar guarda uma preciosa gravura (*Anex. I*) que representa a *Musica do 1.º regimento da Armada Real* de 1793 - nove músicos, tendo na frente um timbalão com as armas reais portuguesas do princípio do reinado da rainha D. Maria I.

Em 1795 continuava a existir a *música marcial* no 1.º regimento da Armada, sendo seu regente o italiano Caetano Tozi. Este era também músico da *Real câmara* e figurara nalguns serenins no Palácio de Queluz.

A 28 de Agosto de 1797 era criada, pela extinção dos 1.º e 2.º regimentos da Armada Real e do Regimento de Artilharia de Marinha - a *Brigada Real de Marinha*, no aditamento de 11 de Novembro (*Anex. IV*), a Rainha *permite que a Real Brigada tenha*

Musica e que seja composta do mesmo número de pessoas, que para este fim se concedêrão á nova Legião de Cavallaria Ligeira (Legislação Portuguesa 1828: 463).

Com a extinção da Legião, os seus músicos foram para a Brigada Real, passando assim ao dobro do efectivo normal (18). Por isso o Regimento de Infantaria da Corte dirigiu uma petição ao príncipe para que a sua *musica fosse aumentada* (Cutileiro 1981: 15).

Quando em 1807 D. João VI embarca para o Brasil, acompanha-o a banda da Brigada Real. Pouco antes da corte partir para o Rio de Janeiro era regente da *charanga** o italiano Pascoal Corvalini.

No regresso ao reino em 1821, apenas dois músicos vêm a bordo da nau D. João VI, a sua *música marcial* ficara no Brasil após a independência.

A Brigada é dissolvida em 1836, como consequência a 7 de Janeiro de 1837 é criado o *Batalhão Naval*, e em 1840 dotado de uma *charanga marcial* e de uma fanfarra dirigida pelo alemão Mark Holzel, que viera dum regimento prussiano a pedido de D. Fernando. Este músico trouxe para Portugal novas ideias ao gosto germânico, introduzindo novos instrumentos musicais, serpentões, corne-ingles (Cutileiro 1981: 8).

A este propósito, nos apontamentos sobre *Músicas militares* do capelão Ernesto Pereira Salles, antigo adjunto na Biblioteca do Ministério da Guerra, diz:

...ter sido o rei D. Miguel I que em 1829 introduziu nas músicas militares após o seu regresso de Viena os instrumentos musicais ao tempo conhecidos por 'Baixão de chaves com cabeça de dragão' e o 'Chapéu Chinês*' com campainhas. Que as primeiras músicas militares a serem dotadas com os novos instrumentos, foram a Brigada Real da Marinha, Infantaria do Conde de Lippe (Infantaria 1) e Infantaria 16 (...) (Cutileiro 1981: 8).*

Em 1851 é extinto o Batalhão Naval, pelo dispêndio elevado com os seus coloridos fardamentos(!), e criado para o substituir o Corpo de Marinheiros Militares.

A Charanga continuou, não certamente com o aparato anterior, mas em 1855 passa a designar-se *Corpo de Marinheiros da Armada Real*, relatos de 1863, sobre uma viagem a Bordéus acompanhando o rei D. Fernando, apontam Reinhardt como seu chefe (ver foto em Anexos I):

Entre nós tornou-se notável, há cerca de trinta annos, a banda dos marinheiros, menos pelo número de executantes, que não excederia vinte e cinco ou vinte e oito, do que pela qualidade d'elles e pelo bom chefe que tinham, Arthur Reinhardt, um brioso artista de origem belga (Vieira 1899: 84).

Porém a 17 de Dezembro de 1868, é dissolvida a Charanga do Corpo de Marinheiros da Armada com a seguinte justificação económica:

É a música sem dúvida nos corpos militares uma útil instituição. Em situação mais florescente do tesouro em que não fosse preceito irrefragável suprimir todas as verbas não justificadas pela sua incontestável necessidade, hesitaria o governo de Vossa Majestade em propor a eliminação de um elemento cujas vantagens militares e cujo influxo civilizador certamente se não podem contestar. Sendo porém habitualmente pouco numeroso o efectivo do Corpo de Marinheiros da Armada no quartel e cumprindo aliviar o tesouro de todos os encargos dispensáveis, entende o Governo reservar para tempos de maior prosperidade a restituição da Banda Marcial. (ap. Santo 1985: 13).

Na sequência deste facto o mestre Arthur Reinhart vai para a *philarmonica** em Regengos e *ahi falleceu obscuro e pobrissimo* (Vieira 1900: 247), o 1º clarinete suicida-se por não arranjar trabalho!

Tudo isto levanta uma onda de protestos. Ao paço e ao quartel de Alcântara chegam várias petições. No átrio do Teatro D. Maria é colocada uma enorme salva para a recolha de donativos destinados a manter a Charanga, no coreto do passeio público uma coroa de louros ostenta a dedicatória:

“A saudade pública dos passeantes amantes da boa música, à Charanga do Corpo de Marinheiros da Armada” (Cutileiro 1981: 10).

Dezasseis anos depois, pelo regulamento de 29 de Maio de 1884 é reorganizada a nova *charanga*, depois de várias alterações, em 1889, é admitido como chefe António Maria Chéu, que nela introduz instrumentos de palheta, passando mais tarde a denominar-se *Banda de Marinheiros da Armada Real* (Anex. I). O jornal *Eco Musical* escreve em 16 de Julho de 1911, que foi António Maria Chéu que transformou a Charanga em Banda (Salgueiro 2005a: 4).

Um decreto de 1902 estabelecia a seguinte constituição: um mestre de música, dois contramestres e 49 músicos de 1ª 2ª e 3ª classe (Salgueiro 2005b: 2). Foi certamente com base neste efectivo, que a Banda dirigida pelo maestro Chéu efectuou a 3 de Abril de 1903, a gravação do primeiro disco em Portugal (*cfr. Relatos da gravação em 4.2.1*). Por ocasião da visita do rei Eduardo VII, a companhia inglesa *The Gramophone and Typewriter Lda* regista, no quartel de Alcântara, a *Rapsódia Portuguesa nº2 de Rodrigues*. (A segunda gravação realizada em Portugal foi feita pela *Banda da Guarda Municipal*, um ano depois, 1904, no quartel do Carmo).

Em 1918 um decreto da Armada estabelecia uma paleta instrumental mais alargada, com destaque para a inclusão de palhetas duplas e saxofones, num total de 95 músicos (Salgueiro 2005b: 5).

A relação institucional da Banda com o exterior, é atestada pelo regulamento de 1924, determinando que os exames dos músicos da Armada passassem a realizar-se no Conservatório Nacional, com júri presidido pelo chefe da banda. Este facto levou o então director do Conservatório, José Viana da Mota, a enviar um ofício ao chefe da banda, datado de 23 de Junho de 1926:

(...) foi aprovado por unanimidade um voto de reconhecimento pelo facto de V. Ex.ª ter conseguido que os exames dos músicos da Banda da Armada, que V. Ex.ª tão superiormente rege, se realizassem nesta escola... (Santo 1985: 41).

Nos anos quarenta o quadro da banda foi reduzido, equiparando-o às bandas de 1ª classe do Exército, com cerca de 50 elementos. A partir de 1956, inicia-se a nova reorganização do quadro da banda com aumento de efectivos, no entanto será a partir de 1979 que a comumente designada *Banda da Marinha*, atingirá a presente estrutura de banda militar sinfónica.

CHEFES DA BANDA:

- ...
- *Caetano Tozi* (c.1795)
- *Pascoal Corvalini* (c.1807)
- *Mark Holzel* (c.1840)
- *Arthur Reinhardt* (c.1863-68)
- /
- 2º tenente *António Maria Chéu* (1889-1912)
- 1º tenente *José Oliveira Brito* (1912-20)
- Capitão-tenente *Artur Fernandes Fão* (1920-55)
- Capitão-de-fragata *Marcos Romão dos Reis* (1956-75)
- Capitão-tenente *Manuel Maria Baltazar* (1976-87)
- Capitão-de-fragata *José Joaquim Araújo Pereira* (1987-2005)
- Capitão-de-fragata *Carlos da Silva Ribeiro* (2006-).

3.2.1 - Relatos da gravação do primeiro disco em Portugal

Devido ao manifesto interesse histórico deste facto, ocorrido entre Março e Abril de 1903 no quartel de Alcântara pela *Banda da Marinha*, incluo neste ponto o único relato publicado sobre esta matéria, da responsabilidade de Alberto Cutileiro, baseado num 'pequeno memorial do comandante Rio de Carvalho e de preciosas indicações escritas fornecidas pelo neto de António Maria Chéu' (Cutileiro 1981: 13):

(...) Não quero deixar de mencionar o facto, pelo sabor histórico, da célebre gravação, e contar os pormenores desse acto, o primeiro registado em Portugal.

O disco uniface contém gravada a «Rapsódia Portuguesa n.º 2» de Rodrigues e foi registado por gravação eléctrica pela The Gramophone and Typewriter Ltd.

Em Março de 1903 desembarcava em Lisboa, consignado à firma Castelo Branco, que ao tempo vendia em Lisboa «máquinas falantes», firma que ainda existe com este nome, o súbdito de sua majestade britânica Eduardo Moll, acompanhado de um pesado caixote que, saído do porão do 'Cidade de Liverpool', era colocado num carro puxado a duas muares e conduzido por duas praças de marinha, que o levaram para o quartel de marinheiros em Alcântara. Ao popular da zona ribeirinha, o caso, por natural na pacata Lisboa de então, passaria despercebido. Porém, se reparassem melhor, veriam pintados em caracteres negros, nas laterais do caixote, «The Gramophone and Typewriter Lda.» e se estivessem a par de todos os inventos aperfeiçoados da época ficariam surpresos. Em Portugal, e para melhor dizer em Lisboa, além do Paço, só meia dúzia de ricos possuíam os complicados e estranhos aparelhos munidos de enormes campânulas, que os eruditos conheciam pelo nome de gramofones e popularmente designados por «máquinas falantes». Só uma casa especializada às Portas de Santo Antão os vendia. Mas para o populacho aquilo eram coisas do demo! E havia mulheres que ouvindo sair vozes de dentro daquele estranho canudo se persignavam! O Sr. Eduardo Moll era o que hoje chamaríamos um técnico de gravação e vinha credenciado pela The Gramophone para efectuar a gravação dum disco com vista à visita a Portugal, a primeira que efectuava ao estrangeiro, do rei Eduardo VII, e que se verificaria em 2 de Abril do mesmo ano. A companhia pretendia que fossem gravadas duas composições musicais, uma pela banda da Marinha e outra pela banda da Guarda Municipal. De facto, a 2 de Abril desembarcava ao som das salvas de artilharia e dos vivas da ordenança no embandeirado Terreiro do Paço, saindo do bergantim real vindo do 'Victoria and Albert', o soberano da Grã-Bretanha, amigo da boa piada e não menos da elegância feminina. O popular monarca inglês tinha a aguardá-lo o seu amigo rei D. Carlos, soberano do seu mais velho aliado, que assim mostrava às cortes da Europa o seu prestígio internacional como político e como rei! Nessa noite, enquanto decorria o banquete oferecido ao monarca inglês no Paço das Necessidades, num cercado de verdura artisticamente recortado, a banda do Corpo de Marinheiros da Armada, dirigida pelo seu maestro António Maria Chéu, executou além, da rapsódia portuguesa de Rodrigues, várias partituras de enorme agrado, terminando com o hino de sua autoria, o «Hino Luso-Britânico», que no final mereceu do soberano inglês as felicitações pessoais, dadas no salão nobre do Paço. Esta notória prova de apreço e pelo trato afável dado ao ilustre músico pelo rei D. Carlos, muito o sensibilizou. Foi justamente a peça musical «Rapsódia Portuguesa n.º 2», a preferida pelo espírito comercial britânico, a utilizada pela companhia inglesa, que via assim o antecipado sucesso da venda em Portugal de máquinas e discos de sabor local da sua

produção. Razão, pois, da visita antecipada de um mês do Senhor Moll. A gravação efectuou-se no Quartel do Corpo de Marinheiros em Alcântara, numa dependência que, para o efeito, não reunia qualidades acústicas para se efectuar esta. Foi escolhida outra dependência, mas só uma terceira satisfaria as exigências do técnico Edward Moll. Eis o testemunho do oficial da armada Rio de Carvalho, que, acompanhado do comandante do corpo e de diversa oficialidade, assistiu à gravação:

«Várias praças trouxeram um grande e pesado caixote para o meio da caserna onde o chefe Chéu da Banda já se tinha reunido com os músicos. A meu lado o senhor Castelo Branco da loja das máquinas falantes que tinha conduzido junto do comandante do corpo todas as demarches para a gravação do disco e que acompanhara o inglês que vinha fazer a gravação e todos assistimos cheios de natural curiosidade às tarefas de retirar do caixote um aparelho de estranha configuração, com cornetas acústicas e múltiplas peças niqueladas que o inglês manuseava a ver se haviam sido molestadas na viagem. Era um inglês avantajado, envolto num casaco alvadio aos quadrados. Era tão alto, que ele e o chefe Chéu regente da banda, formavam um conjunto impressionante, um ao lado do outro, quando procediam à gravação emergindo sobre os marujos sentados. Quando se gravou a primeira música, o inglês colocou uma lâmina fina de estanho sobre o prato circular em aço prendendo-o nas extremidades por um anel que em seguida apertou ficando a lâmina de estanho toda justa ao prato circular onde assentava. Posto o prato a girar, o inglês deu sinal ao regente Chéu para este dar início à partitura e quando esta se iniciou colocou sobre a lâmina de estanho um braço metálico o qual tinha na ponta um estilete ou safira como lhe chamou, e esta fazia um sulco sobre a lâmina de estanho. Terminada a execução da peça musical retirou-se o prato giratório com a gravação em espiras muito justas entre si e sobre as quais o inglês lançou um líquido escuro que em seguida limpou suavemente. Depois de seca a emulação foi colocado o prato giratório no seu lugar e manuseados certos mecanismos do aparelho posto o que perante o pasmo geral de todos nós se ouviu perfeitamente a execução musical como se a estivessemos ouvindo à distância. Só depois de três gravações e tendo mudado de sala, o inglês deu mostras de estar satisfeito, pelo agrado como felicitou o regente Chéu. Almoçou connosco a convite do comandante, bem como o Castelo Branco e durante o repasto foi nos dizendo que o prato metálico gravado com a música seria remetido para a Alemanha, onde seriam estampados os discos de forma a poderem estar em Portugal o mais breve possível.»

(...) A segunda gravação feita em Portugal foi efectuada pela então já consagrada banda da Guarda Municipal de Lisboa, um ano depois, no quartel do Carmo; tinha a dirigi-la o conceituado maestro Tabora, que a encheu de prestígio. Registava-se assim o enorme sucesso obtido pela venda do disco da banda da Armada: O tema musical escolhido para esta segunda gravação sonora feita em Portugal foi um tema de natureza militar a que os ingleses chamam «Tatoo» e o primeiro no género que os antigos registos alemães de gravação de Hanover, onde os discos eram estampados, indicam. Devemos esta preciosa achega ao professor Karl Friedrich Knötell, que gentilmente nos forneceu estes e outros dados curiosos, intitulava-se a composição gravada «Surpresa do inimigo», sendo da autoria de Martins Júnior. Disco também uniface, reproduz vozes de comando, toques de corneta, fuzilaria, carga e terminando com um desfile em continência ao som do Hino da Carta.

São estas duas raridades preciosas de gravação sonora, as primeiras efectuadas em Portugal, que se guardam no arquivo de documentação do Centro de Uniformologia e Iconografia Histórico-Militar Portuguesa, na antiga «Casa do Cavaleiro à Porta», em Lisboa. (Cutileiro 1981: 11-14)

3.3 - A BANDA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

A *Guarda Real da Polícia de Lisboa* foi a primeira organização militar armada que existiu para manter a ordem pública, criada em 1801, pelo Príncipe Regente D. João sob proposta do Intendente da Polícia da Corte e do Reino, D. Diogo Inácio de Pina Manique, que toma por modelo a *Gendarmerie* francesa (1791).

Em 1802 a Guarda é vinculada ao Exército como tropa de linha, seguindo de agora em diante os preceitos instituídos por aquela instituição, nomeadamente no que diz respeito à música.

O Marechal Beresford em 1810 procede à reorganização definitiva da Guarda Real da Polícia. Pela já citada portaria de 16 de Dezembro de 1815 (*Anex. IV*) também a *Música da Guarda Real de Polícia* passa a poder contar com um quadro de 11 a 15 elementos.

A 13 de Fevereiro de 1816, foi pedido aos 24 Regimentos de Infantaria, aos 12 Batalhões de Caçadores e à Guarda Real de Polícia, uma relação completa de todos os músicos. A Guarda Real de Polícia, além de mandar a lista pedia que o número de músicos da banda fossem de 17 sem contar com os aprendizes (Lapa 1941: 11).

No entanto em 1828 a Banda era constituída por 16 indivíduos, e chefiada por José Maria da Silveira. Dentro destes já figuram elementos pertencentes à orquestra de S. Carlos ou ao Conservatório, como Francisco d'Assis Tóra (flautista) ou José Maria Kuchembuch (professor de *instrumentos de latão*).

Em 1830 havia outro mestre de musica que era José Maria Garcia, músico que também figurou nas orquestras de S. Carlos e da *Real Câmara*.

Extinta a Guarda Real de Polícia, por decreto de 3 de Julho de 1834, foi criada em seu lugar a Guarda Municipal, para a qual transitaram a maior parte dos músicos. Por isso foi possível que a 4 de Janeiro de 1838 por decreto de D. Maria II, fosse instituída a *Banda da Guarda Municipal*, com 19 figuras chefiadas por Jerónimo Soller.

Pouco depois era Comandante Geral da Guarda Municipal D. Carlos de Mascarenhas que redige um curioso regulamento interno específico para os músicos, diria mesmo arrojado nalguns aspectos, minuciosamente conhecedor da função musical, e que se torna hoje num interessantíssimo documento de análise histórica sobre a actividade profissional dos músicos militares no Portugal do século XIX, em especial a atenção dada a aspectos deontológicos e de especificidade funcional dessa profissão que ainda hoje são por vezes postos em causa em muitas instituições deste cariz:

"CONDIÇÕES PARA A MÚSICA DA GUARDA MUNICIPAL DO MEU COMANDO (1842)

Artigo 1.º - Haverá um oficial incumbido da música que lhe passará revista, quando forem a alguma formatura, que assistirá aos ensaios, quando lhe parecer, para ver se falta alguém, e se são feitos com regularidade, mas não para os reger, pois isso pertence ao mestre, (...).

Art. 2.º - Os músicos não serão empregados em nenhum serviço que não seja relativo à sua profissão(...)

Art.3.º - Não serão obrigados a marchar com o corpo fora da capital a mais de cinco léguas, sem que proceda novo contracto.

Art. 4.º - Não poderão sair de Lisboa sem licença, e esta não lhe será concedida se durante esse tempo o corpo tiver de reunir.

Art.5.º - Ser-lhe-á concedida licença para irem tocar a qualquer festa, tanto em Lisboa como fora, com tanto porém que a Quarta parte do ganho entrará no cofre, o que deve entender-se, quando a música for toda ou a maior parte, e isto até final amortização da despesa feita com o fardamento que ultimamente receberam, e logo que a despesa esteja satisfeita haverá nova condição.

Art. 6.º - Não poderão entrar naquelas casas que, pelo decreto da criação do Corpo é proibido às praças de pret do mesmo.

Art. 7.º - Em caso de moléstia poderão tratar-se em casa se esta não exceder um a mês.

Art. 8.º - O mestre de música será obrigado em cada mês a apresentar de novo não só Sinfonias e um Walthz, como todas as peças que estão em uso, tanto antigas como modernas, assim como um passo dobrado, fazendo a despesa do papel à sua custa.

Art. 9.º - O mestre da musica será obrigado a ensinar os aprendizes, no caso de os haver.

Art. 10.º - O mestre da musica terá todo o cuidado no aceio e conservação dos instrumentos, dando parte ao official encarregado da musica (como único canal por onde me deve chegar tudo que fôr respectivo à musica) de todas as novidades que encontrar, não só relativo aos instrumentos, como de tudo mais.

Art. 11.º - Os musicos que aceitarem estas condições e depois se quiserem ir embora darão parte de um mês antes, e o mesmo se praticará no caso de os querer despedir, salvo se fôr por mau comportamento.

Art. 12.º - Se o corpo marchar não serão obrigados a levar às costas mochilas nem outra qualquer coisa, que os impossibilitem de tocar.

Art. 13.º - Se eu sair do Corpo por qualquer motivo ficarão de nenhum efeito estas condições e dever-se-há proceder a outras.

Art. 14.º - Todos os musicos que assinarem as presentes condições ficarão sujeitos a serem imediatamente despedidos faltando a elas assim como sofrerem os castigos de correcção que me merecerem: por estes castigos de correcção entende-se só alguns dias de prisão por algumas faltas, pois que por outras ficarão compreendidos no artigo 11.º.

D. Carlos de Mascarenhas Comandante Geral" (Lapa 1941: 21)

Nesta altura também encontramos entre os músicos da banda da *Guarda*, apelidos com real valor na vida musical de então, como Titel, Gasul, Talassi ou Haupt, outros poderíamos apontar, como João Batista Canongia em 1848, membro de uma célebre dinastia musical.

Dentro do corpo da guarda existiram outras bandas, em 1849 já existia uma banda da Guarda Municipal do Porto, mais tarde chegaram a organizar-se em 1918-19 mais três bandas que pouco duraram (Ribeiro 1939: 246).

Como já vimos esta organização rege-se também por leis gerais comuns ao Exército, por esse facto reflecte em si as regulamentações de 1864, 1870, 1872 (que eleva o número de executantes para 26), anteriormente mencionadas nos seus principais pontos. No entanto em 1901 a banda contava já com 60 figuras (*foto em Anex. I*).

Com o advento da República, as Guardas Municipais são extintas por Decreto do Governo Provisório sendo posteriormente criada por Decreto de 3 de Maio de 1911 a *Guarda Nacional Republicana*.

A *Banda da Guarda Nacional Republicana*, pelo Regulamento publicado no Diário do Governo n.º 72-1.ª série de 6/4/1926 possuía um quadro de 88 figuras, incluindo 4 rabecões e 4 violoncelos, hoje a sua estrutura sinfónica conta com 125 elementos distribuídos pelo Quadro Instrumental que na página seguinte se assinala.

Durante o século XX merecem destaque vários solistas de orquestras e/ou professores do Conservatório, entre eles: Tomás Del Negro, Teófilo Sagner, Abílio Meireles; o trompista *Adácio Pestana* ou o fagotista *João Mateus* são modelos de competência profissional (Freitas Branco 1959: 206).

A ligação da *Banda da Guarda*, com o Conservatório e a Orquestra da Emissora Nacional foi bastante forte, havendo situações em que o Comando Geral autoriza a anulação de concertos da Banda por músicos seus terem espectáculo com a Orquestra, sendo um exemplo paradigmático da relação entre o meio musical *civil* e o militar, justificando que *Música há só uma...*

CHEFES DA BANDA

GUARDA REAL DE POLÍCIA:

- ...
- *José Maria da Silveira* (c.1828)
- *José Maria Garcia* (c.1830)

GUARDA MUNICIPAL:

- *Jeronimo Soller* (1838-78)
- *Jacques Murat* (1878)
- *Manuel A. Gaspar* (1878-1901)
- *António G. C. Taborda* (1901-11)

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA:

- *Joaquim Fernandes Fão* (1911-35)
- *Lorenço Alves Ribeiro* (1935-59)
- *Manuel da Silva Dionísio* (1960-73)
- *Joaquim Alves Amorim* (1974-82)
- *Idílio Martins Fernandes* (1982-89)
- *Vasco da Cruz Flamino* (1989-95, 1998-2001)
- *Jacinto Coito Abrantes Montezo* (1995-98, e desde 2001)

QUADRO INSTRUMENTAL da BANDA da GNR

1 – Flautim (<i>Piccolo</i>)	2 – Harpas
3 – Flautas	8 – Trompas (<i>Cor</i>)
3 – Oboés	4 – Cornetins (<i>Cornet</i>)
1 – Corne-Inglês	6 – Trompetes
3 – Requintas (<i>Petit Clarinet mib</i>)	8 – Trombones
22 – Clarinetes Soprano	1 – Fliscorne Sopranino (<i>Petit Bugle</i>)
1 – Clarinete Alto	4 – Fliscornes* (<i>Flugelhorn</i>)
2 – Clarinetes Baixo	2 – Barítonos* (<i>Euphonium</i>)
1 – Clarinete Contrabaixo	1 – Trombone-de-Canto*
1 – Saxofone Soprano	4 – Bombardinos (<i>Basses sib</i>)
3 – Saxofones Alto	2 – Contrabaixo (<i>Basses mib</i>)
3 – Saxofones Tenor	4 – Tubas* (<i>Contrebass sib</i>)
1 – Saxofone Barítono	8 – Contrabaixos de Cordas
1 – Saxofone Baixo	1 – Tímpanos
4 – Fagotes	5 – Percussão
1 – Contrafagote	
7 – Violoncelos	

4 - A BANDA MILITAR VISTA PELA SOCIEDADE

Um aspecto deveras interessante que denota uma forte interação social, são as abundantes notícias, manifestos, louvores, críticas, relatos, disputas entre cidades, e comentários acutilantes na imprensa e outras publicações dos fins do século XIX e primeiras décadas do séc. XX, tendo como fulcro a banda militar.

Justificando o facto da comunidade sentir aquele agrupamento musical como seu, intervindo sempre em sua defesa, mesmo contra os seus regentes:

(...) a Banda do Regimento nunca esteve tão má; nunca teve um mestre que mais descursasse os seus deveres e que menos piedade tivesse para os ouvidos dos visienses. Quase sempre má música, mal ensaiada e desafinada; música não para ouvidos cultos e delicados, mas para ouvidos selvagens. (...) Mas se está péssima a culpa é do Sr. Alves, que não representa aos seus superiores as necessidades que por lá vão; ...que deixa tirar da banda os melhores músicos sem protestar e nem tão pouco se incomodar; ...que é um mau ensaiador e mui fraco músico; a culpa é do sr. Alves, que tem defeito incurável no órgão acústico...(O Observador 23-6-1878 ap. Correia 1953: 14).

Ou ainda a escolha do repertório:

A banda do 35, de Elvas, que veio tomar parte nas Festas da Primavera, esteve prestes a sofrer uma manifestação de desagrado,... (por) se limitar a tocar só ordinários e peças ligeiras (...) (A Rabeca 15-6-1924 ap. Martinó 1999: 279).

...O outro lado em defesa da honra - vicissitudes financeiras:

Críticos apressados – Os jornais de Portalegre... atiraram-se, como Santiago aos Mouros, à banda de infantaria 35,... A banda já há tempos que se encontra mal organizada, porque não tem pancadaria e lhe faltam o 1º, 2º e 4º cornetins, um contrabaixo e um 2º trompa. O instrumental está a pedir ferro-velho.(...) (A Fronteira 22-6-1924 ap. Martinó 1999: 279).*

Mesmo as bandas regimentais da província, eram membros de pleno direito da comunidade musical nacional, que se unia em causas comuns:

(...) nenhum como ele deixou tão perduráveis e fracas recordações (...) no quarto mês da sua permanência,(durante um concerto) verificou-se uma manifestação hostil, por parte dos populares.(...) Em consequência das punições (...)a todos os seus músicos, iniciou violenta campanha contra ele o órgão defensor dos Músicos Portugueses, “Eco Musical”, em 16 de Setembro de 1914, com vista a conseguir a anulação dos castigos e a demissão deste Chefe,(...) metade da banda do 14 foi castigada, simultaneamente, por desafinação e modificação do som próprio do

instrumento(...). Depuseram contra A. Martinó, Júlio Neuparth e António Eduardo da Costa Ferreira, bem como Ernesto Vieira, José Henriques dos Santos, José Ferreira Braga e Francisco Baía, figuras de relevo na Arte musical portuguesa, (...) (Correia 1953: 24).

A acção das bandas até se reflecte nas actividades económicas das localidades, também por isso o contínuo destacamento das bandas para outras localidades despoleta um conjunto de petições ao governo para defender a permanência da sua banda:

Ill.mo e Ex.mo Sr. – Os abaixo assinados, interpretando os sentimentos gerais da cidade de Portalegre e cónscios de que V. Ex.^a, na qualidade de primeiro magistrado deste distrito, não duvidará auxiliar com todo o valimento a primeira representação colectiva desta cidade dirigida a V. Ex.^a, despida de todas as conveniências políticas e obedecendo simplesmente aos impulsos naturais do seu acrisolado patriotismo e amor pela sua querida cidade, depõe nas mãos de V. Ex.^a o seguinte pedido:

Vai ser ordenado o destacamento da banda regimental de infantaria n.º 22 para a cidade de Évora com manifesto prejuízo desta cidade, pois é precisamente a época em que a permanência da banda é mais útil, não só pela parte recreativa desta população, como pelo desenvolvimento comercial que, decerto, se há-de ressentir, não havendo, nas quintas e domingos, música no passeio, cuja concorrência numerosa e luxuosa ocasiona despesas de vestuário que se não farão se faltar este recreio bi-semanal.(...) Exposto isto... evite, de acordo com o Ex.mo Ministro da Guerra, a saída da banda regimental (...) (Distrito de Portalegre 27-6-1906 ap. Martinó 1999: 53).

A imprensa nacional fazia eco dos mais variados assuntos relacionados com a vida músico-militar:

Terminaram os exames de música dos contra-mestres regimentais, sobressaindo as provas feitas pelo candidato José Cândido Martinó, músico de infantaria 20, que foi classificado em primeiro lugar (O Século 15-5-1894 ap. Martinó 1999: 31).

No exemplo seguinte Artur Nogueira critica o Conservatório, em contraponto com a formação proporcionada na banda militar, rematando que esta é benéfica até para a saúde pública(!), no fim alerta para a pouca compensação desta actividade:

(...)É o mal de que enfermam quasi todas as classes artísticas e operárias no paiz, e de que resulta a ausência de sentimento artístico em todas as manifestações. O sr. Ribeiro Arthur lembrou-se e muito bem, da esthetica de Veron e trata de instruir os seus músicos de modo a habilital-os a comprehender a arte que professam (...). Mas não se admire s. ex.^a porque no Conservatório de Lisboa, não há uma aula de esthetica musical. Um aluno com o curso completo nada sabe além da technica musical, não conhece authores, epochas, estylos, escolas, não distingue o que é clássico do que é lugar comum! E exigem-lhe uma rasoavel instrução litteraria! (...)

(...) as boas bandas regimentaes, especialmente na província, muito concorrem para desenvolver o gosto pelo bello, o aperfeiçoamento do espirito pela arte que tende à perfeição moral, que tira gente à taberna e aos vícios, e que até já lhe atribuem propriedades therapeuticas em doenças nervosas.

Os músicos militares estão bem mal pagos, miseravelmente pagos, e sem uma categoria militar que lhes dê a devida consideração(...)(A Arte Musical 15-2-1907 ap. Correia 1953: 20).

Nesta parca selecção dos numerosos testemunhos da época, se depreende que por um lado o Chefe da Banda tinha toda a liberdade para impor a sua acção artística e os seus padrões estéticos, sendo o seu principal regulador, não a hierarquia militar, ou o poder institucional (do qual se desconhecem quaisquer orientações estéticas, a não ser a ténue obrigação de recolha e arranjo de música popular), mas os próprios receptores. Manifestando assim, a população, o seu apoio ou desagrado, ao vivo ou pelos jornais, organizando comités, petições ao mais alto nível, etc.

Outra característica paralela, até mesmo paradoxal aos olhos de hoje, são os artigos e publicações específicas da música militar, em que os seus elementos davam azo às suas aspirações, problemas, e mais severas críticas ao poder, à hierarquia, etc., numa linguagem acutilante e desbragada, como demonstram periódicos como: *O SARGENTO / Semanário dedicado aos sargentos e músicos do exército*, publicado em Coimbra no final do séc. XIX, e que serve de fórum para os mais variados problemas que afligem a classe dos músicos militares.

5 - O MÚSICO MILITAR nos séc.s XIX e XX

5.1 - INTRODUÇÃO

Manuel Ribeiro no seu livro de 1939, *Quadros Históricos da vida musical portuguesa*, dedica à música e aos músicos militares cerca de cinquenta páginas, em que não só faz o historial deste ramo, como salienta em pequenas biografias, uma série de personalidades que se destacam. Dentro destes nomeia 133 *Chefes de Música* e 38 instrumentistas.

Tal como no livro de Albino Lapa, *Subsídios para a história das bandas militares portuguesas* (1941), é desfiado um rol de músicos que serviram na Banda da GNR, em que se denotam fortes relações com o panorama musical *civil*, seja como regentes, solistas, professores, compositores, empreendedores, etc. Desde os mais importantes teatros de Lisboa e Porto, da Sé, Real Câmara, Patriarcal, Conservatório (desde a sua fundação com Bomtempo), Academia de Música, Casa Pia, Montepio Filarmónico, Associação de Música 24 de Junho, etc., se encontram nomes de músicos (também) militares que aí deram a sua contribuição.

Noutras obras de referência mais geral, como o *Diccionario biographico de musicos portugueses* de Ernesto Vieira ou o *Dicionário de Música* de Tomás Borba e Lopes-Graça são também citados vários exemplos que se salientam consoante as épocas em que se inserem.

Estas obras constituem assim um *crivo* do tempo que ajuda a perceber o que de importante vai ficando, referindo-se, em traços largos, a exemplos que vão do século XIX à primeira metade do século XX.

Das obras supramencionadas seleccionei primeiramente, pequenas notas biográficas mais representativas, de personalidades deste meio que têm lugar cativo na História da Música Portuguesa *tout court*, depois entre aqueles músicos militares que também foram marcantes, os que de algum modo, pela sua vida ou alguma consequência externa, nos ajudam a compreender o seu papel na sociedade, na instituição militar e na música do seu tempo.

Os três últimos escolhidos desta secção, estão ainda bem presentes na nossa memória, alguns não constam (ainda) das obras de referência, mas certamente lá figurarão quando estas forem compiladas, pois marcaram profundamente o século XX, seja na investigação, seja criando *escola* no seu instrumento, da qual ainda hoje



colhemos os frutos, através dos seus mais directos discípulos. Estas três importantes personalidades do século XX musical português, representam também, coincidentemente, as três mais antigas organizações músico-militares portuguesas (M. Joaquim - *Exército*, M. Romão - *Marinha*, A. Pestana - *Guarda*).

Finalmente, são apresentados mais a fundo aspectos biográficos de duas figuras de épocas complementares, as únicas conhecidas deste meio sobre os quais existe obra biográfica detalhada, permitindo assim reconstruir e extrapolar a evolução do músico militar em Portugal do aparecimento das bandas ao Estado Novo.

Pelo exemplo de vida de todos eles, pelo seu contributo efectivo para a música, deverão certamente pertencer, sem favor, ao lote das *grandes figuras*:

Para a comemoração do 1º de Dezembro, o Secretário-Geral da Defesa Nacional promoveu, no Pavilhão dos Desportos, um concerto por todas as Bandas Militares reunidas: Armada, Aviação, Infantaria 1, Caçadores 5 e Guarda Nacional Republicana. Quatro sobreviventes dos antigos agrupamentos congéneres existentes e uma recente criação, a da Força Aérea.

O papel das bandas militares na educação musical, com os seus efeitos e os seus benefícios, não é problema que se ponha só entre nós, porque o é em todos os países. Das suas grandes fileiras têm saído grandes figuras, que a história regista, e os elementos indispensáveis para lugares dificilmente preenchíveis nas grandes orquestras que mantêm a vida artística da nação. Se constituem, por si, autênticos conservatórios de ordem prática, são também uma das vias que dão sentido objectivo real e destino na vida aos estudos teóricos dos conservatórios. Sem eles pode-se dizer que uma parte importante da actividade musical do país morreria – e foi um colapso de que esta ainda não se ressarcia, a medida de extinção de quase todas as nossas bandas. (...) (in *O Século* 3-12-1959).

5.2 - NOTAS BIOGRÁFICAS dos músicos mais representativos

José Avelino Canongia (1784-1842) – clarinetista filho de catalão, compositor, foi músico da orquestra do Teatro do Salitre desempenhando ao mesmo tempo funções de Chefe de Banda Militar, em 1821 tocava em S. Carlos e na Real Câmara, em 1824 era mestre de instrumentos de palheta no Seminário da Patriarcal e em 1835 foi o primeiro professor desta cadeira no novo Conservatório (Borba e L. Graça 1956: I 270).

João Alberto Rodrigues da Costa (1798-1870) – atabaleiro* da Música das Reais Cavalariças que ele mais tarde transformara em Orquestra da Real Câmara, reorganizador da Irmandade de Santa Cecília, fundador do Montepio Filarmónico, é também o grande impulsionador da Associação Musical 24 de Junho precursora da Associação dos Professores de Música de Lisboa (1894) (Freitas 1939: 74).

Francisco A. N. dos Santos Pinto (1815-60) – Prolífico compositor, fez parte da banda das Reais Cavalariças e da Guarda Real de Polícia, da orquestra da Real Câmara e do S. Carlos. *Em 1854 sucedeu a Francisco Kuckembuk* (também da Guarda Real de Polícia) *no lugar de professor de instrumentos de latão do Conservatório e em 1857 ocupa o posto de mestre-director de S. Carlos* (Borba e L. Graça 1958: II 507).

José Francisco Arroio (1818-86) – de origem basca, filho de músico militar, alistou-se no Porto, onde foi clarinetista, compositor de óperas para o teatro S. João, e mestre da Guarda Municipal em 1849. Em 1855 estabelece uma casa de músicas na Rua Formosa. Foi empresário teatral e teve grande actividade política, que lhe valeu a extinção em 1862 da “sua” banda da Guarda Municipal do Porto, e a abandonar a vida de músico (Ribeiro 1939: 250). Pai de António Arroio (1856-1934) engenheiro e crítico de arte e do político e compositor João Arroio (1861-1930).

José Croner - mestre de Infantaria 4, tomou parte na revolta contra o governo em 1831, foi condenado à morte pelos miguelistas, comutada a pena em prisão perpétua, sendo solto quando venceu a causa constitucional/liberal (Borba e L. Graça 1956: I 386), pai do flautista António José e de Rafael José.

Rafael José Croner (1828-1884) – (avô do pianista e compositor Croner de Vasconcelos) natural de Lisboa, foi da *banda dos marinheiros* e depois mestre em Caçadores 5 (1855). Primoroso executante de clarinete, muito aplaudido no estrangeiro com o seu irmão António (Ribeiro 1939: 251). Em 1863 apresenta-se com uma novidade em Lisboa - o Saxofone, posteriormente é 1º oboé em S. Carlos (Borba e L. Graça 1956: I 386). [segundo programa referenciado em Moreau 1999: I 400, em 1862 Augusto Neuparth deu um recital de saxofone em S. Carlos]

Arthur Frederico Reinhardt – Mestre da *charanga* da armada até 1868.

Com a extinção da banda *nunca mais teve posição definida, e depois de esperar em vão obter alguma compensação do governo, fez diversas digressões pelas províncias dando concertos de contrabaixo, vindo a estabelecer-se como mestre de philharmonica* em Reguengos e ahí falleceu obscuro e pobrissimo.*

Arthur Reinhardt compoz uma farsa lirica, intitulada “O Congresso da Paz”, que se representou pela primeira vez no theatro do Gymnasio a 28 de junho de 1850, uma marcha – “Adamastor”- executada na cerimonia de se collocar a primeira pedra do monumento a Camões, em 28 de junho de 1862, outra marcha – “Bragança e Saboia”, escripta por ocasião do casamento de D. Luiz, e muitos outros trechos diversos, principalmente para banda militar, além de numerosos arranjos, pot-pourris, phantasias, etc. Traduziu o “Manual de Harmonia” de Elwart, publicado por Lence e Canongia, cuja edição se esgotou em pouco tempo. Na Bibliotheca de Evora existe o manuscrito de uma traducção resumida do tratado de Reicha, feita tambem por Arthur Reinhardt. Era homem illustrado e de fino trato (Vieira 1900: 247).

Jerónimo Soller (+1878) - 1.º Chefe da Banda da Guarda Municipal.

(...) durante o governo de D. Miguel esteve preso no Castello de S. Jorge, por suspeito de liberal (Vieira 1900: 38);...além de tocar clarinete em que era exímio, tocava com suma arte, contrabaixo, violino e viola. Pertenceu á orquestra de S. Carlos e foi um dos fundadores do Montepio Filarmonico e da Associação da Música de 24 de Junho (Lapa 1941: 26).

Jacques Murat (1829-78) - 2.º Chefe da Banda da Guarda Municipal. *Fez parte da orquestra de S. Carlos, como chefe dos 2ºs violinos, da Sé e da Real Câmara. Exerceu até o cargo de professor de música na Côte (Lapa 1941: 29).*

Manuel Augusto Gaspar (1843-1901) - 3.º Chefe da Banda da Guarda Municipal. *Nasceu em Angra do Heroísmo, no anno de 1843, e ainda na infancia sentou praça de musico militar (...) mestre da banda de caçadores nº 11, (...) infantaria 5(...), bom trompa(...) da orchestra do theatro de S. Carlos (Vieira 1900: 439).*

Joaquim Tomás Del-Negro (1850-1933) – contra-mestre da Banda da Guarda Municipal, foi trompista do S. Carlos e professor do Conservatório até 1930. *Foi também empresário teatral e compositor de operetas e revistas que lograram certa popularidade* (Borba e L. Graça 1956: I 415).

António Gonçalves da Cunha Taborda (1857-1911) - 4.º Chefe da Banda da Guarda Municipal. *Tirou o curso do Conservatório e era um excelente violinista. Em 1881 foi promovido a maestro da banda de infantaria 7... Foi o 1.º trompa da orquestra de S. Carlos* (Lapa 1941: 34).

Querubim António Assis (1865-1925) – chefe de banda de Infantaria 2, Lisboa, acompanhou com a sua banda a expedição de 1894 contra o Gungunhana. Foi compositor e regente da orquestra do Coliseu dos Recreios (Ribeiro 1939: 263).

Augusto Guerreiro Alves (1872-) – mestre em Caçadores 2, Lisboa. Em 1917 foi transferido para Penafiel por motivos políticos, regressando após o falecimento de Sidónio Pais; foi vítima de uma lesão cardíaca em pleno espectáculo no Teatro Avenida onde dirigia a orquestra (Ribeiro 1939: 266).

Joaquim Jacinto Figueiras (1872-) – Chefe da GNR Porto, compositor. Após a morte de Sidónio Pais, deu-se a revolução monárquica no Porto, intimado de surpresa a tocar o Hino da Carta que há muito tempo não se tocava, e que nenhum dos executantes sabia de cor, não lhe foi possível obedecer, pelo que foi ameaçado de morte, preso e separado do serviço (Ribeiro 1939: 277).

Armando Fernandes (1889-) – Dirigiu a banda de Sapadores de caminho de ferro, Caçadores 7, Infantaria 1, Polícia e dos Bombeiros municipais. *É professor de trompa no Conservatório* (Ribeiro 1939: 275).

Joaquim Fernandes Fão (1877-1947) – Chefe de música em Infantaria 26 Ponta Delgada e GNR - *por escolha dos próprios músicos* (Lapa 1941: 37). *Evidenciou-se ainda como chefe de orquestra, regendo a partir de 1920 e na sucessão de Viana da Mota, os concertos sinfónicos do Politeama, de Lisboa, e, na continuação destes, os do Ginásio, até à altura da sua extinção, em 1929. Abordou também a composição e, além*

de peças para banda, deixou um poema sinfónico, *Sylmires*, uma Abertura, uma Suite, para orquestra (Borba e L. Graça 1956: I, 504).

Eusébio da Silva Carvalho – Sub-chefe da GNR, músico da orquestra da Emissora Nacional.... *é o melhor solista dos últimos tempos, não só em clarinete, mas também em fagote, é dos executantes portugueses que maior apreço tem merecido aos maestros estrangeiros, Sérgio Koussevi convidou-o para professor do Conservatório de Boston* (Ribeiro 1939: 280).

MANUEL JOAQUIM (1894-1986) – Tenente chefe da banda de Infantaria 14, Viseu. *Na opinião de Robert Stevenson, musicólogo norte-americano e autoridade em música antiga peninsular, o Tenente Manuel Joaquim "é o maior musicólogo investigador do nosso século", em Portugal* (Alves 1984: 17); (...) *insigne investigador da antiga musica portuguesa* (da dedicatória de Fernando Lopes-Graça no livro *A música portuguesa e os seus problemas* III, 1973).

Enquanto chefe de banda promove uma série de acções inéditas de grande valor cultural. São disso exemplos os concertos por ocasião do centenário de Goethe, de homenagem a Viana da Mota, a Haydn, Mozart, etc., tornando-se um verdadeiro educador musical do público, pela escolha e organização dos concertos (v. *programa de concerto em Anex. V*) incluindo também a música de câmara, como se depreende pelo testemunho seguinte, que é um documento interessante acerca do repertório e o nível cultural da época:

(...) *escrevia o Dr. Bertino Daciano no "Orfeu", publicado no Porto, de 15 de Dezembro de 1931: "... as bandas regimentais, onde há maestros e executantes de valor, podem auxiliar extraordinariamente a obra de divulgação e educação que é mister encetar, diminuindo o número das selecções de óperas e aumentando o repertório de peças sérias de valor, que eduquem principalmente aqueles que, muitas vezes, só nos jardins públicos, em certos dias, podem ouvir alguns bons trechos... junto dos coretos.*

E isto faz-me lembrar um desabafo sincero do senhor alferes Manuel Joaquim, chefe da banda militar de Viseu, que à musicologia portuguesa muito se tem dedicado, quando um dia me escrevera numa carta: "Hei-de lutar, lutar sempre, através de todos os contratempos e dissabores, pois entendo que o artista jamais vive para o sucesso imediato, o qual, em vez de elevar só avilta".

Realmente, aquela banda lá vai interpretando Beethoven, Haydn, Mozart, Handel, Grieg e muitos mais autores, constituindo portanto, na cidade de Viseu, a meu ver, uma esplêndida escola de arte que, pouco a pouco, terá os seus adeptos e admiradores" (Correia 1953: 35).

No entanto no fim dos concertos há sempre quem ainda não tenha captado a mensagem: (...) *que homem este, que não há maneira de tocar uma polkinha!* (Correia 1953: 40) – à que lutar, lutar sempre! ...*remando embora contra a 'maré alta' do batuque e pandeireta...* (Joaquim 1937: 8).

A 1ª banda da província na rádio – a 19 de Setembro de 1935, pelas 22 horas é transmitido um concerto da *banda do 14* pela Emissora Nacional. O êxito desta iniciativa está patente no número de críticas elogiosas, desde Mário de Sampaio Ribeiro, n' *A Voz* (30-9-1935), Henrique Galvão, em ofício para o Comandante do Regimento, e mormente por Luís de Freitas Branco no editorial d' *A Arte Musical* de 30 de Outubro de 1935:

Um exemplo a seguir – Nem tudo é decadência na cultura portuguesa contemporânea. Aqui e além notam-se esforços e realizações que seriam impossíveis há trinta anos. De entre essas realizações, uma desejamos louvar entre todas pelo que ela representa de energia e de inteligência. Referimo-nos à série de concertos de música elevada organizados e interpretados pelo Sr. Manuel Joaquim à frente da banda de Infantaria 14 de Viseu, banda de que é digno chefe e animador incansável

(...) Da execução podemos com perfeito conhecimento de causa formular juízo favorável por termos ouvido de Espanha transmissão muito nítida do sexto concerto. (Correia 1953: 47).

Personalidade incontornável da musicologia portuguesa, publicando trabalhos de referência, como ainda hoje é reconhecido: *A análise feita à sua obra permitirá apresentá-lo como um dos co-autores da História da Música Portuguesa* (Vila Maior 2001: x); (...) *a musicologia histórica conhece a partir dos anos trinta um importante desenvolvimento, com os trabalhos de Manuel Joaquim...* (Brito e Cymbron 1992: 170). Trabalhou para o Instituto de Alta Cultura, Fundação Gulbenkian, Universidade de Coimbra, entre outras. O seu espólio bibliográfico encontra-se na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, foi agraciado Cavaleiro da Ordem Militar de Avis. Os seus trabalhos traduzem também, um resultado prático, como apontam estas notas de programa pela Prof.ª M.ª Augusta Alves Barbosa a um concerto de 1948:

...as duas cantigas do Cancioneiro de Manuel Joaquim vêm mostrar-nos como eram belos os nossos cantares profanos dos séculos XV e XVI. Foi Manuel Joaquim o ilustre musicólogo, quem descobriu na Biblioteca de Elvas este cancioneiro. Estudou-o, transcreveu-o para notação moderna e tornou assim possível o enriquecimento do nosso património musical com uma obra de grande valor. (Vila Maior 2001: anexos).

MARCOS ROMÃO dos Reis Júnior (1917-2000) – Solista de orquestra, compositor, Chefe da Banda da Armada, e eminente Professor de Clarinete do Conservatório Nacional (onde formou uma *geração de ouro*: António Saiote, Manuel Jerónimo, Francisco Ribeiro, Jorge Trindade, entre muitos outros). Concluiu o Conservatório em 1937, com 20 valores na classe de *instrumentos de palheta* do professor Abílio Meireles. Coursou composição com Croner de Vasconcelos. Foi vencedor do 1.º Prémio de Clarinete da Emissora Nacional em 1947, donde parte para Paris como bolseiro da Fundação Gulbenkian, para estudar com Ulysse Délècluse. Mais tarde foi professor dos Cursos Internacionais de Música da Costa do Estoril. Com outros professores e músicos militares formou a partir daqui o *Quinteto de Sopros da Costa do Estoril*: Carlos Franco (flauta), Lopes da Cruz (oboé), Marcos Romão (clarinete), Adácio Pestana (trompa) e Álvaro Cunha (fagote). Marcos Romão foi agraciado com a medalha de Mérito Cultural, atribuída pela Secretaria de Estado da Cultura em 1989, e a medalha Infante D. Henrique, era ainda Cavaleiro da Ordem Militar de Avis.

ADÁCIO Ferreira PESTANA (1925-2004) – Trompista da Banda da GNR, Solista da Orquestra da Emissora Nacional e eminente Professor do Conservatório Nacional. Recebe pela Emissora Nacional, o prémio *Del Negro* para trompa, e na sequência deste facto ocupa o lugar de trompa solista na orquestra em 1950. Em 1952 apresenta-se a solo, pela 1.ª vez, com a Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional, para executar a 1.ª audição em Portugal do *Concerto para trompa n.º 1, op. 11*, de Richard Strauss. Desde 1961 foi conselheiro para a qualidade, da casa *Alexander - Mainz*, no fabrico de trompas e outros metais. Durante a sua frutífera vida musical, trabalhou no país e no estrangeiro com importantes maestros, como: Stokowski, Klemperer, Kubelik, Stravinsky, Hindemith, Sargent, Solti, Abbado, etc. Em 1978 o maestro Silva Pereira declarava:

...considero Adácio Pestana como um caso relevante no panorama musical português. Em Adácio Pestana se constata não apenas um mérito solístico invulgar como ainda uma realidade indiscutível no campo pedagógico. ...toda uma geração deve a Adácio Pestana o total preenchimento de uma lacuna que até à presença efectiva do mesmo professor não existia.... (Pestana 2004: 13).

5.3 - O MÚSICO MILITAR NO SÉCULO XIX

através da vida de Eduardo Neuparth

Neste exemplo extraído da autobiografia manuscrita do músico, salientam-se as similitudes com a condição do músico errante na Europa de oitocentos, pois a banda militar não é parte intrínseca do quartel, mas um apêndice contratado para uma função acessória não militar. Daí a facilidade com que este músico passa por várias facções opostas durante as guerras napoleónicas. Podendo ser este caso um exemplo extremo do músico romântico aplicado à vida militar, idealista, empreendedor, que a troco da oportunidade de continuar a exercer a sua arte deambula pelos mais diversos locais e patrões.

Aqui está bem patente que o músico como ideário militar, em última análise não existe, é simplesmente um profissional que como qualquer outro músico, serve a quem o emprega, independentemente de condicionalismos políticos, patrióticos, geográficos ou estéticos.

CRONOLOGIA SUMÁRIA [segundo Neuparth: 1869] :

6-1-1784 – Nasce em Poelwitz (Saxónia), *Erdmann Neuparth*.

Ainda adolescente compra um clarinete de 2 chaves e aprende por si.

Aos 15 anos sai de casa para aprender com um mestre.

1804 – 1.º clarinete na Capela do Príncipe de Lowenstein até que Napoleão invade a Prússia e devasta as propriedades do seu amo em 1806.

1807 – Passa por alguns empregos temporários, como a Capela do Príncipe Amorbach, donde sai com outros e fundam uma banda (7 músicos).

Depois vai para Mestre do 4.º regimento de linha do Gran Duque de Baden. Entretanto adoece e baixa ao hospital, após 6 meses quando se restabelece, só lhe resta o fardamento militar.

1808 – Alista-se num regimento francês que vai para Espanha, como músico e depois mestre do 119.º Regimento de linha (Campanha Peninsular).

1814 – Depois de várias derrotas, resolveu abandonar os vencidos e acolher-se aos vencedores, engajando-se como *mestre de música* no 4.º Regimento de linha português.

Com Gomes Freire, entra em Lisboa a 18 de Agosto desse ano. Pouco depois entra para a orquestra do teatro da Rua dos Condes e para o S. Carlos.

1817 – É mestre de música da nau D. João VI, indo a Livorno buscar a futura esposa de D. Pedro com destino ao Brasil, lá chega a 3 de Novembro.

1818 – (Brasil) Para além da *Música das Reaes Cavalariças*, de que faz parte, e de diversos trabalhos musicais no Rio de Janeiro, monta com Valentim Ziegler (futuro sogro) um negócio de venda de instrumentos e músicas no *Rocio*.

1821 – Regressa a Portugal com o Rei D. João VI, a 2 de Julho.

1823 – Estabelece o negócio (da mesma sociedade) em Lisboa.

1827 – Músico da Real Câmara, estabelece negócio próprio - *Casa Neuparth* (posteriormente: *Valentim de Carvalho*) na Rua Nova do Almada.

1856 – Pede a reforma ao *Monte-Pio Philarmónico*, do qual foi um dos fundadores em 1834.

+ Morre em Lisboa a 23 de Junho de 1871.

Deixa ilustre descendência: seu filho Augusto Neuparth (1830-87), famoso fagotista de S. Carlos e professor de instrumentos de palheta do Conservatório Nacional, por sua vez pai de Júlio Neuparth (1863-1919), violinista, compositor, professor de Harmonia do Conservatório Nacional, autor, editor e tradutor de manuais.

5.4 - O MÚSICO MILITAR NO ALVOR DO SÉC. XX

através de José C. Martinó

O exemplo seguinte abrange o período das últimas décadas da monarquia ao Estado Novo, passando pela crise latente da música militar na I República e o relato impressionante (aqui bastante reduzido) testemunhado na primeira pessoa, do que foi a experiência de um músico e da sua banda na 1.ª Guerra Mundial.

Marcando esta época os primeiros passos na militarização do músico nas forças armadas, que foi sendo dado desde a legislação de 1864 (equiparando as classes de músicos a graduações militares), e o funcionamento das bandas militares antes da drástica reforma de Dezembro de 1937.

Aqui se observam também as relações institucionais entre o Conservatório e as Bandas militares (a legislação de 1870 obriga a exame no Conservatório para a ascensão aos postos cimeiros da carreira de músico militar).

Reflexo da conexão profunda com o meio *civil*, são os exemplos das notícias fervorosas na imprensa e as participações em festividades religiosas e espectáculos sociais, mas principalmente, a actividade de C. Martinó como professor, autarca e cronista, é o exemplo paradigmático da importante intervenção do músico militar nos mais diversos campos da sociedade de então.

CRONOLOGIA SUMÁRIA [segundo Martinó:1999] :

19-8-1872 – Nasce em Viana do Castelo *José Cândido Martinó*, filho de Manuel Maria Martinó, músico militar de 2.ª classe do Regimento de Infantaria 3.

26-6-1885 – Ainda com 12 anos e dispondo da instrução primária, alista-se como voluntário no Regimento de Caçadores 9 sediado na sua terra natal.

1887 – Já se apresenta em Penafiel - Infantaria 20, como músico de 3.ª classe.

1888 – Músico de 2.ª classe de Infantaria 21, Covilhã.

1890 – Cumpre com distinção o exame do 2.º ano de Rudimentos no Curso Obrigatório do Conservatório de Lisboa.

1893 – Aos vinte anos atinge a 1.ª classe na sua categoria militar ao serviço de Infantaria 20, agora em Guimarães.

1894 – Faz em Lisboa exame público nacional para contramestre de bandas regimentais e posteriormente é colocado em Portalegre - Infantaria 22.

EXAME DE CONTRA-MESTRE - Fez há dias exame de contra-mestre em Lisboa o snr. José Cândido Martinó, músico de primeira classe de infantaria n.º 20, filho do Snr Manuel Maria Martinó, músico reformado do exército e hábil professor de música no Colégio de S. Dâmaso, desta cidade. O examinado deu as mais exuberantes provas do seu talento musical no concurso a que foi submetido, sendo por isso classificado como o n.º 1. Ao jovem músico e a seu bondoso pai dirigimos sinceros e afectuosos parabéns. (Vimaranense 15-5-1894 ap. Martinó 1999: 31)

1896 – Aprovado por distinção no exame do terceiro e último ano do Curso de Harmonia, no Conservatório de Lisboa.

A banda do 22 é deslocada periodicamente para Évora, usualmente por períodos de três meses, donde a seguinte notícia revela o seu trabalho no meio civil:

SOCIEDADE UNIÃO EBORENSE - Realizou-se no domingo último nesta sociedade um concerto pelos 2 grupos de orquestra e bandolins,... sendo a 1.ª parte preenchida pela orquestra, habilmente regida pelo sr. José Cândido Martinó,... (A Academia 18-2-1897 ap. Martinó 1999: 35).

De volta a Portalegre: ...Era já grande a saudade que todos os portalegrenses sentiam por ouvir aquela banda; (A Plebe 16-4-1897 ap. Martinó 1999: 38).

MÚSICA NO PASSEIO : Com uma assistência numerosa tem continuado a tocar, quintas e domingos, no coreto do passeio da Avenida D. Carlos I, a excelente banda do 22 que tão distintamente é regida pelo seu hábil contra mestre, o sr. Martinó. Em seguida publicamos o programa que hoje, das 6 às 8 da tarde, deve ser executado no mesmo recinto (O Distrito de Portalegre 4-5-1897 ap. Martinó 1999: 38).

1900 – Na Ordem do Ministério da Guerra de 4 de Maio é publicada a sua promoção a Chefe de Música, a 9 é transferido para Infantaria 21 – Covilhã.

Na próxima notícia estão patentes alguns pormenores da actividade extra-institucional das bandas militares:

O S. JOÃO EM CASTELO BRANCO : (...) Durante os festejos tocaram uma filarmónica e uma banda; a filarmónica daqui e a banda da Covilhã... A banda do 21 suplantou a nossa expectativa... O sr. Martinó, hábil regente da banda, é incontestavelmente um músico muito distinto da escola moderna. Basta dizer-se, o que é significativo, que apenas conta 27 anos e é, como se vê mestre de banda. Hurrah pela banda! Um bravo a Martinó! (...) A banda do 21 foi muito vitoriosa nesta cidade, sendo calorosamente aplaudidos o seu mestre e contra mestre. Chegou na noite de 23, sendo entusiasticamente recebida na estação pela filarmónica albicastrense e muito povo, em marche aux flambeaux*, até ao quartel. Retirou na manhã de segunda feira, 25.

(...) veio ganhar a esta cidade 90\$00 e de comer. As passagens de caminho de ferro foram pagas à sua custa. Os músicos aquartelaram-se em cavalaria 8, à excepção dos srs. Martinó e Conceição, contra-mestre e músico primoroso, que ficaram no hotel Francisco (A Defesa da Beira 1-7-1900 ap. Martinó 1999: 43).

1902 – A seu pedido é transferido para Caçadores n.º1, sediado em Abrantes.

1906 – Volta a Portalegre por permuta, para comandar a banda de Infantaria 22.

EXAMES PARA MÚSICOS : Realizaram-se na quinta feira os exames para músicos de 1.ª classe. Presidiu o sr. Capitão Ferreira Vianna tendo como vogais os srs. Martinó e Gouveia, mestre e contramestre da banda regimental de infantaria 22... (O Distrito de Portalegre 12-8-1906 ap. Martinó 1999: 56).

Continuam as disputas entre cidades por causas da banda, alimentando polémicas:

NOTÍCIAS DE ÉVORA. Música e protestos: Como esta questão da vinda da banda militar do 22 já vai descambando para o lado do ridículo, com uma ténue pontinha de azedume, para não dizermos outra coisa, por parte dos habitantes da terra da Castanha contra os da Beata, que não se pode conformar com o facto da musica destaçar para aqui, e por esse motivo têm feito cavalo de batalha... (Diário de Notícias 12-9-1906 ap. Martinó 1999: 61).

1907 – Lavra requerimento oficial para casar:

“Senhor. José Cândido, mestre de música do regimento de infantaria n.º 22, desejando contrair matrimónio com D. Maria d'Alegria Ceia, a que aludem os documentos juntos, mui respeitosamente pede a Vossa Majestade a Graça de conceder ao suplicante o que humildemente requer”.

O pároco e o regedor atestam que a Sr.ª *“é donzela de bons costumes e merece por isso o respeito e temor públicos”* (Martinó 1999: 69).

1908 – D. Manuel confere-lhe o *Grau de Cavaleiro da Ordem de S. Tiago*.

Outras obrigações pouco artísticas:

(...) A banda do 22 retirou com direcção à carreira de tiro, onde vai receber a respectiva instrução, devendo depois recolher à sede do corpo (Diário de Notícias 19-7-1908 ap. Martinó 1999: 76).

1911 – É promovido a Chefe de 2.ª classe com a graduação de Tenente.

1912 – A 4 de Fevereiro dá uma interessante entrevista ao jornal *A Plebe* sobre o futuro das bandas militares, em Dezembro é Chefe de Música de 1.ª classe – Capitão.

Sente-se já a crise no seio da música militar:

BANDA DO 22 : A nossa banda militar, que levou um golpe de morte com a última reforma do exército, acaba de entrar no período da agonia(...). (A Plebe 7-1-1912 ap. Martinó 1999: 89).

1916 – Ecos da Guerra : segue para Tancos para receber instrução, com a 1.ª Companhia do Regimento de Infantaria n.º 22, mobilizada para a Guerra.

1917 – A 30 de Janeiro embarca mais a sua banda para a França, até ao sul da Flandres integrando o Corpo Expedicionário Português (CEP).

5.4.1 - Relatos da 1.ª Guerra Mundial

[Extraídos maioritariamente da correspondência quase diária que enviou de França para a sua filha, cerca de 500 postais (!), de Fevereiro de 1917 a Julho de 1918]

“(…)Quando na manhã frigidíssima de 9 de Fevereiro de 1917 o batalhão de infantaria n.º22 atravessou Aire-sur-la-Lys, a banda de música, devido à temperatura, ficou impossibilitada de tocar, em virtude dos pistons não funcionarem; prejudicando assim o desfile dos primeiros soldados do C.E.P. que, ao pisar terra estranha, deixaram de ouvir o hino da sua Pátria...” (O Distrito de Portalegre 18-1-1924 ap. Martinó 1999: 123).*

“França.(...) Uma banda de marinha inglesa deu um primoroso concerto das 3 às 4. (...) A execução foi magistral. 40 ou 50 figuras tinha a banda. (...)” (postal de 21-4-1917 ap. Martinó 1999: 139).

“França. Ontem fui com a música tocar a uma terra que ainda não conhecia. A banda agradou bastante. Hoje tenho uma grande marcha; das 7 da manhã às 5 da tarde” (postal de 28-4-1917 ap. Martinó 1999: 141).

“França. Ontem também tive concerto onde fui ultimamente mas fomos de carro.(...) A noite de 5 e madrugada de 6 foi uma coisa horrível. Nunca poderás fazer uma ideia aproximada de quanto isto é medonho. Estive deitado na cama, mas com a máscara. Ninguém pode dormir” (postal de 6-5-1917 ap. Martinó 1999: 142).

1918, Janeiro – Vem de licença a Portugal por um mês, no regresso aproveita uns dias em Paris para ir à *Grand Opera* e a concertos vários.

A 22 de Fevereiro está de novo na *front*.

Março – A situação das bandas na frente de batalha é periclitante, os músicos são destinados ao serviço de saúde e ao remunciação da brigada, o Capitão Martinó passa a ter a seu cargo o Serviço de Censura Postal.

“França. Actualmente tenho apenas 8 músicos?! Aguardo com ansiedade o resultado do meu requerimento” (postal de 15-5-1918 ap. Martinó 1999: 213).

1 de Agosto de 1918 – Regressa definitivamente a Portugal.

E a vida continua...

1921 – Depois de muitas dificuldades e de uma subscrição pública para a compra de instrumentos reaparece, a público depois de 3 anos, a banda do 22 na sua terra.

No final deste ano é louvado pelo Ministro da Guerra *pela grande generosidade que mostrou, oferecendo a quantia de 330\$80 para completar a importância necessária para a aquisição de um contrabaixo para a banda do referido regimento* (Martínó 1999: 259).

1922 – São colocados na banda do 22 alguns elementos vindos da banda da GNR de Coimbra, entretanto dissolvida.

O Presidente da República institui J. C. Martínó Oficial da Ordem Militar de Avis.

1923 – Novo capítulo é aberto na sua vida pública, com o início de uma série de “Crónicas Musicais” em *O Distrito de Portalegre*.

1926 – É reactivado o Batalhão de Caçadores 1 em Portalegre.

Integra uma nova Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Portalegre.

1928 – ...*durante o banquete* (na visita do Ministro do Interior) *a banda de Caçadores 1, sob a regência do sr. Capitão Martínó, executou um escolhido programa* (*O Distrito de Portalegre* 12-2-1928 ap. Martínó 1999: 314).

Em Abril, declara às Finanças ter deixado de exercer a profissão de professor de música.

1930 – a 13 de Julho rege o seu último concerto à frente da Banda de Caçadores 1, a 19 de Agosto dá por terminada a sua carreira militar depois de 45 anos de serviço.

Daqui em diante assiste regularmente a importantes concertos em Lisboa, de que deixa memória e continua a assinar as mais importantes revistas de música nacionais e estrangeiras, mantendo assim acesa a chama da sua vocação.

+ Morre em Portalegre a 10-9-1949.

COMENTÁRIO FINAL

Uma análise muito particular ao nosso tempo, certamente demonstrará um certo apagamento do protagonismo do músico e da música militar na nossa sociedade, por boas e más razões. As boas ligadas ao desenvolvimento da educação musical por várias escolas, que vão relativizar o papel das bandas, à democratização do acesso à música, com mais orquestras e gravações. As más, estão ligadas por um lado ao conservadorismo da instituição militar, que no que diz respeito à música ainda não *acertou o passo* com a especificidade desta função e com as novas realidades que se lhe deparam. Paradoxalmente, depois de um século XX bastante frutífero no campo da composição, dotando as bandas de um repertório próprio, podendo assim afirmar a sua identidade específica de valia musical, estas estão muitas vezes agarradas ao grande repertório orquestral, no qual o termo de comparação as deixa claramente em desvantagem com o manancial de espectáculos, concertos, gravações, etc., disponíveis, como certamente qualquer melómano mais atento notará. Continua a subsistir no entanto, uma falta gritante de estruturas de divulgação e partilha do novo repertório nas bandas militares, como sejam concursos, festivais e outros eventos profissionais que estimulem e dêem a conhecer ao público nacional estas *suas verdadeiras Orquestras Estatais de Sopros* com o mesmo grau de exigência e expectativas criados pelas orquestras clássicas.

Por outro lado, e por omissão, conclui-se que os diversos regimes políticos portugueses do século XIX ao Estado Novo, e mesmo hoje, não sabem aproveitar, para o bem e para o mal, este instrumento de grande proximidade e consequente influência sociocultural. No caso do Estado Novo, é bem emblemática a tacanhez cultural preconizada pelo regime, pela extinção, no fim da década de trinta, de grande parte das bandas militares, não havendo a mínima compensação para este vazio.

Hoje os muitos exemplos, seja nos meios académicos, nas orquestras, etc., de excelentes elementos que contribuem para o enobrecimento da classe, não se afirmam como tal, aparecem em nome individual, não partilhando como outrora dessa *almofada de credibilidade* que a função de músico militar tinha na sociedade. Refiro-me essencialmente ao meio académico e ao da música erudita, mas no âmbito da música ligeira, popular, jazz, e na formação e direcção de bandas civis são ainda mais numerosas as presenças de músicos militares, pois são áreas que não requerem uma formação abalizada, estando mais próximas da realidade do que foi o músico militar em

Portugal até ao final do século XX. Na área que me interessa especialmente, outro exemplo significativo passa-se aquando da formação e alargamento da *Orquestra Gulbenkian*, por volta dos anos 70 do séc. XX. Aí os sopros eram maioritariamente oriundos das Bandas militares, e mesmo nas cordas figuravam alguns, até em posições de liderança de naipe. Hoje poucos exemplos subsistem, também fruto de uma nova realidade do mercado de trabalho, que não favorece e por vezes dificulta ou mesmo condena, este tipo de partilha de sinergias. Por isso a relação entre as orquestras e as bandas militares deteriorou-se, ou simplesmente deixou de contar institucionalmente, como vimos nalguns exemplos passados. Mas falando de opções contestáveis, e desperdício de sinergias, ainda há bem pouco tempo se assistiu em Portugal ao mediático *Euro'2004*, Campeonato Europeu de Futebol, ocasião que certamente não seria desperdiçada por outras nações para usar e mostrar no bom sentido, as suas bandas militares. Pelo menos na empolgante execução dos hinos nacionais que tem lugar no início de qualquer uma destas realizações. Mas não, como vimos foram simplesmente utilizadas gravações, não conferindo àquele acto, e por arrastamento às bandas militares portuguesas, a importância devida. Outros povos ainda hoje mantêm-as *sempre* presentes, nestas e noutras ocasiões similares de celebração desportiva e cultural à escala mundial, mas por cá já no século XIX se notava a desconsideração – *Em geral o músico nesta terra é tido em pouca conta* (Brito e Cranmer 1990: 40).

Apesar da intervenção sociocultural do músico militar ser hoje bastante menos significativa que antes, também como disse, pelos méritos próprios da evolução do meio musical português, penso que é sintomático de um novo horizonte de relacionamento institucional, o facto de que neste que é o *primeiro* mestrado em *Artes Musicais*, promovido pela Universidade Nova de Lisboa em colaboração com a Escola Superior de Música de Lisboa, ingressarem uma maioria de músicos que foram ou são militares de carreira (sete em dez na vertente de *madeiras*).

Por aqui se provar, como a *História* me ensinou neste trabalho de investigação, não ser inédita esta relação de proximidade, e por isso a incongruência de uma divisão maniqueísta – *música militar / música civil*, faço minhas as palavras de uma outra reflexão sobre os méritos dos músicos militares que nos antecederam, co-autores de uma cultura musical portuguesa, não encontrando o autor justificação para se ter *esquecido ou banalizado toda uma história de sucesso e de íntima ligação à sociedade dita civil* (Martínó 1999: 414).

GLOSSÁRIO

ATABALE – designação antiga de timbale ou tímpano, *atabaleiro* é o seu tocador.

BAIXÃO – antepassado directo do fagote, feito numa só peça.

BAIXÃO DE CHAVES COM CABEÇA DE DRAGÃO (*Baixo Russo*) – instrumento de bocal que estabelece a ponte entre o serpentão e o fagote. Com a configuração de fagote mas tendo campânula de metal em forma de cabeça dragão.

BAIXO – refere-se normalmente a Tuba, ou no plural, ao conjunto dos graves de metal (*baixos* = contrabaixos e tubas).

BANDA – parece ter sido a Itália que primeiro adoptou este nome para as músicas militares, este termo do final do séc. XVIII, é em Portugal, adoptado na Legislação do Exército de 1866 (*Anex. IV*), substituindo a designação até aqui empregue de “*musica*”.

Hoje, uma banda de música é uma combinação essencialmente formada por instrumentos de sopro de metais, de madeiras e percussão, moldada na segunda metade do século XIX. A própria palavra banda indicando um conjunto musical se popularizou neste século, sendo que este significado não consta em nenhuma das duas edições do Dicionário da Língua Portuguesa de Rafael Bluteau, de 1740 e 1789. (Binder 2005:1).

BARÍTONO, *Barytono* – Saxhorne tenor (ver *Saxhorne*).

BOAZ, boaze, boase – arcaísmo para oboé.

BOMBARDINO – Saxhorne baixo (ver *Saxhorne*).

CAIXA FORTE ou de GUERRA – tambor de fuste metálico munido de bordões na membrana inferior, também denominada Caixa Clara ou Tambor de Guerra.

CAIXA DE RUFO – tambor sem bordões e de fuste alto também designado timbalão.

CHAPÉU CHINÊS (Pavilhão Chinês) – instrumento de percussão aureolado de campainhas e guizos que se agita na ponta de um bastão (figura em *Anexos I* também dita *Xisto*), um instrumento semelhante é o *Crescente Turco*.

CHARAMELA – para além de designar o antigo instrumento de palheta dupla precursor do oboé, foi em Portugal designação usual do agrupamento com funções cerimoniais constituído maioritariamente desses instrumentos, antecedente organológico da Banda.

“Quanto ao significado geral da palavra, parece ter se referido desde o século XV ao conjunto de instrumentos de sopro livre da corte portuguesa por conseguinte, também à Alta-Kapelle composta por instrumentos de palheta dupla e trombones e ao

corpo de trompetistas da corte. Como consta nos documentos, podia também se chamar 'Charamela' apenas a um dos grupos."(Tarr ap. Binder 2004:7).

CHARANGA – pequena banda de instrumentos de metal, usualmente ligada à cavalaria, e à execução a cavalo. Nos relatos de época consultados para este trabalho, é muitas vezes erroneamente utilizado, designadamente para a armada, na descrição de uma formação mais evoluída, aliás como acontece com a generalização do termo *charamela*.

CITALEIRO – tocador de *citale*, flauta pastoril feita de um tubo de cana.

CLARIM – instrumento de bocal de tubo liso mais estreito que a corneta, empregue nos sinais de ordenança, antecedente do trompete (clarim de pistões).

CONTRABAIXO – designação corrente para o Saxhorne baixo grave (mib).

CORNETA – instrumento de bocal de tubo liso e cónico empregue no serviço do exército. Aplicando o sistema de chaves (1770), e mais tarde o de pistões (1814) tanto neste como no Clarim, aparecem derivações instrumentais (como a Corneta de Chaves) dando origem a *Bugles* e *Oficleides*.

CORNETIM – corneta de pistões em sib que é em conjunto com a trompete, o soprano natural dos metais, muito usada nas Bandas em Portugal até meados do séc. XX.

DULCIANA, Dulcina, Doçaina ou Dulçaina – instrumento grave de palheta dupla da família dos oboés.

FANFARRA – pequeno grupo musical com funções marciais constituído por metais e percussão. Designou originalmente o toque de trompas e clarins usado antigamente para assinalar as diferentes peripécias de uma caçada.

FILARMÓNICA (*philarmonica*) – Banda civil, Sociedade musical de amadores.

FLISCORNE (*Flügelhorn*) – de tubagem mais larga que o trompete ou o cornetim, por isso possui um timbre mais suave, é referenciado como Saxhorne soprano.

FRAUTA – o mesmo que flauta.

HARMONIEMUSIK– termo alemão corrente para Banda, que hoje é genericamente empregue como referente à música (de câmara) composta para sopros, mormente sextetos e octetos (oboés, eventualmente flauta, clarinetes, fagotes e trompas), nos fins do séc. XVIII e no séc. XIX, embrião da Banda Militar.

No período entre 1743 e 1762 ocorreu a transição entre a banda de oboés e o conjunto de Harmoniemusik ou banda de harmonia,(...) com a fixação de um par de trompas ao conjunto, a diminuição de três para dois oboés e o uso dos clarinetes adicionados ou em substituição aos oboés. As combinações mais usuais eram "pares de

oboés, trompas e fagotes; pares de clarinetes, trompas e fagotes; pares de oboés, clarinetes, trompas e fagotes.” (Binder 2004: 4).

Em Portugal o termo *HARMONIA*, não muito comum, é referenciado por T. Borba como música ou conjunto orquestral constituído exclusivamente por instrumentos de sopro, em França é utilizado similarmente: *Harmonie* para designar Banda.

MARCHE AUX FLAMBEAUX – desfile solene, festivo, com archotes e música.

MARCIAL – relativo a militar; em movimento de marcha.

MENESTREL – músico profissional de origem plebeia ao serviço da corte.

MUSICA ALTA – distinção renascentista de música para o exterior, de ar livre, cerimonial ou militar, feita por instrumentos *altos*, mais sonoros, por oposição à música de outros mais suaves, de corte, para o interior, reservada, dita *musica baixa*.

MUSICA MILITAR – designação das bandas, charangas ou fanfarras ao serviço de organizações militares ou aparentadas. Em Portugal só em meados do séc. XIX o termo *Musica* é substituído por *Banda*. *As marchas, os passos dobrados, os ordinários e outras composições a que se imprima carácter militar* (Borba 1956 II:275).

MUSICO DE PANCADA – executante de percussão (Pancadaria, Bateria).

PANCADARIA – conjunto dos instrumentos de percussão.

PAVILLON CHINOIS (Pavilhão Chinês) – (*ver chapéu chinês*)

PICOLLO – flautim, oitavino, a mais pequena (aguda) das flautas transversais.

PÍFANO ou *PÍFARO* – antigo instrumento de sopro lateral semelhante à flauta aguda.

PISTÃO, *PISTON* – mecanismo desenvolvido para os metais, por Stölzel e Blümel, cerca de 1815, que possibilita assim toda a gama cromática a esses instrumentos.

REQUINTA (clarinete *piccolo*, *petit clarinet*) – o mais pequeno dos clarinetes, em mib.

SACABUXA – antepassado directo do trombone.

SARPENTÃO, *SERPENTÃO* – instrumento serpentiforme (*Anex. I*) do final do séc. XVI, de madeira e bocal, substituído no séc. XIX pelo *figle* ou *oficleide* de metal e chaves. No entanto em Portugal por vezes aparece este nome designando o trombone com campânula de dragão (*pavilhão de carranca*) como está patente na figuras em *Anexos I*.

SAXHORNES – a mais completa família de instrumentos de bocal (sete elementos) inventada por Adolphe Sax. Posteriormente no sentido de ordenar uma série de instrumentos paralelos, uma Convenção realizada em 1922 decidiu classificar como *Saxhorns* um variado número de instrumentos semelhantes, mas com nomes, formas e inventores diversos, como os *Bugles*, *Fliscornes*, ou as *Tubas*.

Sendo assim uniformizaram-se a lista com os seguintes membros:

- Saxhorne sopranino – *Fliscorne requinta (petit bugle)*;
- Saxhorne soprano – *Fliscorne (Flügelhorn)*;
- Saxhorne alto ou contralto – chamado *Clavicorne* quando em forma de trompa (*Saxtrompa*);
- Saxhorne tenor – *Barítono (Tuba tenor)*;
- Saxhorne baixo – *Bombardino* (em uníssono com o anterior mas de tubagem mais larga, também designado *Euphonium*);
- Saxhorne baixo grave – *Contrabaixo*;
- Saxhorne contrabaixo – *Tuba (Saxtuba)*.

SAXTROMPA – (ver Saxhorne alto).

SISTEMA BOEHM – sistema desenvolvido cerca de 1830 por *Theobald Boehm*, o primeiro a aplicar conceitos científicos na construção da flauta. Com isto proporcionou melhorias técnicas, de afinação, equilíbrio e projecção, que foram influenciar a construção de todos os outros membros das *madeiras*.

TAMBOR – designação genérica para instrumento de percussão, membrana e sons indeterminados.

TAMBOR-MOR – o mestre dos tambores (chefe da fanfarra, *música marcial*), que manobrando o seu característico bastão marchava à testa dos regimentos.

TAMBORILEIRO – tocador de *tamboril*, instrumento de cordas percutidas com baqueta.

TIMBALÃO – (v. Caixa de Rufo)

TIMBALE – instrumento de percussão, membrana e sons determinados.

TROMBÃO – *Grande trompa, trombone baixo* (Borba 1956 II:653).

TROMBETA – diminutivo de tromba (trompete em italiano), sinónimo de clarim.

TROMBONE-DE-CANTO – trombone de pistões.

TUBA – em latim designa o instrumento romano que chamamos trombete (direita, comprida e estreita), modernamente é adoptado para denominar todo o instrumento de bocal grave. Foram desenvolvidas *tubas* por Wieprich e Moritz (1835) com a intenção de substituir os *oficleides*. Na gíria das bandas portuguesas designa o mais grave de todos os instrumentos de bocal (em sib ou dó).

ZABUMBA – grande tambor, bombo.

BIBLIOGRAFIA

ALMANAQUE DO EXÉRCITO

1998 Lisboa: Estado Maior do Exército.

ALVES, Alexandre

1984 «Tenente Manuel Joaquim - Justa Homenagem». In *Beira Alta* 43.º vol., fasc. I/II, pp. 17-35. Viseu: Eden Gráfica.

AMORIM, Eugénio

1935 *Dicionário Biográfico de Músicos do Norte de Portugal*. Porto: Marânus.

ANDRADE, Hermes de

1989 *O "B" da Banda*. Rio de Janeiro: Gráf. Jódima.

BASÍLIO, João

2006 "Banda de Música da Zona Militar da Madeira". In *Eurídice* n.º 3, pp. 16-20. Queluz: Banda do Exército.

BALTAZAR, Manuel Maria

1990 *A música na vida do homem do mar*. Lisboa: Academia de Marinha.

BINDER, Fernando

2004 *Bandas de Música no Brasil: Revisão de conceitos a partir de Formações instrumentais entre 1793-1826*. Anais do VI Encontro de Musicologia Histórica, Juiz de Fora (Brasil).

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (B.A.H.M.)

1984, 53.º volume, Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

BORBA, Tomás, e Fernando LOPES-GRAÇA

1956-8 *Dicionário de Música*, 2 vols. Lisboa: Cosmos.

BRENET, Michel

1917 *La Musique Militaire*. Paris : H. Laurens.

BRITO, Manuel Carlos de, e Luísa CYMBRON

1992 *História da Música Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

BRITO, Manuel Carlos de, e David CRANMER

1990 *Crónicas da Vida Musical Portuguesa na Primeira Metade do Século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

CARNEIRO, Álvaro

1959 *A música em Braga – biografia de artistas*. Braga, Separata de *Thzologica*.

CARVALHO, Francisco Augusto Martins de

1888 *Subsídios para a história dos regimentos de infantaria e caçadores do exército português*. Coimbra: Imprensa Universidade.

COELHO, Domingos Martins

1961 *Manual Prático de Instrumentação*. Coimbra: Edições Olímpio Medina.

CORREIA, António Rodrigues

1953 *Esboço histórico da Banda Militar de Viseu*. Sep.ta da revista *Beira Alta*.

CUTILEIRO, Alberto

1978 *Notas históricas da Banda de Música do Regimento de Infantaria 1* (dactilografado).

1981 *Alguns subsídios para a história da Banda da Armada*. Lisboa: Centro de Estudos de Marinha.

DODERER, Gerhard

2005 "A constituição da Banda Real na Corte Joanina (1701-24)". In *Euridice* n.º 2, pp 9-24. Queluz: Banda do Exército.

ECO, Umberto

1977 *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*. Lisboa: Editorial Presença; 10.ª edição, 2003.

ESCRIVANIS, Augusto Carlos de Sousa

1890 *Esboço biográfico do Regimento N.º 1 de Infantaria da Rainha: antigo regimento Conde de Lippe*. Lisboa: Typ. da Comp. Nacional Ed.

FRADA, João José Cúcio

2001 *Guia prático para a elaboração e apresentação de trabalhos científicos*. Lisboa: Edições Cosmos.

FREITAS, Pedro de

1946 *História da Música Popular em Portugal*. Lisboa: edição do autor.

FREITAS BRANCO, João de

1959 *História da Música portuguesa*. Lisboa: Publicações Europa-América.

GABLE, Dominique

2003 «La Musique De La Garde Républicaine». In *Band International*, vol.25 n.º3, p.129.

HENRIQUE, Luís

1988 *Instrumentos Musicais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

JOAQUIM, Manuel

1937 *A musica militar através dos tempos*. Lisboa: Arte Musical.

KENNEDY, Michael

1994 *Dicionário Oxford de Música*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

LAINS, Leonor

2005 *Fernando Lopes-Graça*, in: http://www.vidaslusofonas.pt/lopes_graca.htm.
Acedido em 22-3-2005.

LAPA, Albino

1941 *Subsídios para a história das bandas militares portuguesas*. Lisboa: Oficinas da Revista *Alma Nacional*.

LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA, Collecção da; pelo Des.r Antonio Delgado da Silva

1826 – Legislação de 1802 a 1810. Lisboa: Typographia Maignense.

1828 - Legislação de 1791 a 1801. (idem)

LEIRIA, César

1940 *Arquivo Musical Português*. Lisboa : Sasseti.

LOPES-GRAÇA, Fernando

1973 *A música portuguesa e os seus problemas* (III). Lisboa: Edições Cosmos.

MARTINÓ, António Miguel

1999 *José Cândido Martinó: uma vida desenhada pela banda*. Lisboa: Colibri.

MAZZA, José

1944-45 *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes*. Editor: José Augusto Alegria. Separata da revista *Ocidente*.

MOREAU, Mário

1999 *O Teatro de S. Carlos*, 2 vols. Lisboa: Hugin.

NERY, Rui Vieira, e Paulo FERREIRA DE CASTRO

1991 *História da Música*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

NEUPARTH, Eduardo

1869 *Vida d'Eduardo Neuparth escrita por sua mão, até a idade de 85 annos*.
Lisboa, (manuscrito não publicado).

O SARGENTO

1888-9 *Semanário dedicado aos sargentos e músicos do exército*. Coimbra.

OLIVEIRA, A. N. Ramires de

1995 *História do Exército Português (1910-45)*. Lisboa: EME.

ORDENS DO DIA (O.D.), Collecção das

1809, 1810, 1815. *Do Illustrissimo e Ex.mo Senhor Guilherme Carr Beresford*.
Lisboa: Quartel General.

ORDENS DO EXÉRCITO (O.E.), Collecção das

1864, 70, 72, 98 e 99; 1901, 13 e 37. Lisboa: Imprensa Nacional.

PESTANA, Dimas Ferreira

2004 "Testemunho". In *Em memória de um grande músico*. Programa de Concerto - 21 de Junho de 2004, Lisboa: Conservatório Nacional.

POLK, Keit; et al.

2003 « Band ». In *Grove Music Online*. S.I.: Oxford University Press.
Disponível em: <http://www.grovemusic.com>. Acedido em 29 Dez. 2003.

QUEM É ALGUÉM

1947 *Dicionário Biográfico das personalidades em destaque no nosso tempo*.
Lisboa: Portugália Editora.

REGULAMENTO GERAL para o serviço dos CORPOS DO EXÉRCITO (R.G.C.E.)

1866 Lisboa: Imprensa Nacional.

RIBEIRO, Manuel

1939 *Quadros históricos da vida musical portuguesa*. Lisboa: Sassetti.

RODRIGUES, António

1998 *Os chefes de Banda Militar*. Amadora: Escola Sup. Politécnica do Exército.

SALGUEIRO, Jorge

2005a *Biografia de António Maria Chéo* (trabalho não publicado).

2005b *Biografia de Porphírio José da Cruz* (trabalho não publicado).

SANTO, Jacinto

1988 *Subsídios para a História da Banda da Armada* (trabalho não publicado).

SANTOS, João Alberto de Menezes dos

2002 *Marcos Romão dos Reis Júnior: Músico, Maestro, Professor e Compositor*
Trabalho de Licenciatura, Escola Superior de Música de Lisboa.

SCHERPEREEL, Joseph

1985 *A Orquestra e os instrumentistas da Real Câmara de Lisboa*. Lisboa:
Fundação Calouste Gulbenkian.

SUPLEMENTO / Á / COLLECÇÃO / DE / LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA /

DO DESEMBARGADOR / ANTONIO DELGADO DA SILVA. / PELO MESMO / ANNO DE 1791 A 1820. / [...] / Lisboa. / NA TYP. DE LUIZ CORREIA DA CUNHA. / ANNO DE 1847. / costa do castello N.º 15. == 1.º Andar

VIEIRA, Ernesto

1889 *Diccionario Musical*. J.G. Pacini, 2.ª edição.

1900 *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes*. Lisboa: Lambertini.

1911 *A música em Portugal*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

VIEIRA DE CARVALHO, Mário

1993 *O Teatro de São Carlos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

VILA MAIOR, Manuela Alexina Meneses

2001 *Manuel Joaquim: um contributo para a valorização do património artístico-musical português*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra.

WARTELLE, Capitaine

1999, “À propos de la musique militaire”. In *Freres D’armes* n.º168, pp.8-10.

SITES CONSULTADOS

www.exercito.pt

www.marinha.pt

www.emfa.pt (Força Aérea)

www.gnr.pt

www.psp.pt

www.bn.pt (Biblioteca Nacional)

www.arqnet.pt (O portal da História)

www.ipn.pt/literatura (Instituto Pedro Nunes/ Projecto Vercial)

www.grovemusic.com (*The New Grove Dictionary of Music and Musicians*)

www.imms-online.org (*International Military Music Society*)

www.worldmilitarybands.com

www.garderepublicaine.net

www.vidaslusofonas.pt

ANEXOS

I – IMAGENS

- i. *Músico da Charamela da Armada Real* – 1740
- ii. *Música do 1º Regimento da Armada Real* – 1793
- iii. *Tambor e pífano da Brigada Real da Marinha* – 1797
- iv. *Serpentões* – 1806, 1809
- v. *Chapéu Chinês (Xisto)* – 1830
- vi. *Musico Trompa* - 1834, e *Corneta do B. Naval* –1837
- vii. *Charanga da Armada* – 1863, 1868, 1899
- viii. *Banda da Armada* – 1903, c.1985.
- ix. *Banda da Guarda Municipal* – 1905
- x. *Banda de Infantaria 22* - c.1910, *Banda na I Guerra* - 1918
- xi. *Banda do Exército* – 1999, 2004
- xii. *Bandas da PSP, GNR e F. Aérea* (actualidade)

II – RESTANTES BANDAS MILITARES PORTUGUESAS (em actividade)

- i. *BANDA MILITAR DO PORTO*
- ii. *BANDA MILITAR DE ÉVORA*
- iii. *BANDA MILITAR DA MADEIRA*
- iv. *BANDA MILITAR DOS AÇORES*
- v. *BANDA DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA*
- vi. *BANDA SINFÓNICA DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA*

III – BANDAS EXTINTAS NO FINAL DO SÉC. XX

- i. *Banda da Região Militar do Centro (Coimbra)*
- ii. *Banda da EPI (Mafra)*
- iii. *Banda do R .I. Tomar*
- iv. *Banda da Guarda Fiscal*

IV – LEGISLAÇÃO :

- i. *Collecção da LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA (de 1791 a 1801):*
 - a. 1797, p.463, ponto IV (11-11-1797).
- ii. *Supplemento à Collecção de Legislação Portuguesa /.../ ...1791 a 1820 : Decreto de 20-8-1802 [primeira menção aos instrumentos musicais das bandas militares]*
- iii. *Collecção das ORDENS DO DIA (Anno 1809)*
 - a. p.31 Ordem do Dia (O.D.) 24-4-1809,
 - b. p.32 (cont.),
 - c. p.97 O.D. 17-8-1809, *Copia do Decreto (de 29-7-1809).*
- iv. *Collecção da LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA (de 1802 a 1810)*
 - a. p.781 (2º.) Decreto de 20-11-1809,
 - b. p.782 (cont.) *Plano*,
 - c. p. 866 (Decreto de 27-3-1810),
 - d. p.867 (cont.).
- v. *ORDEM DO DIA 9-12-1810, p.149*
- vi. *PORTARIA 16-12-1815 (O.D. N.º 22)*
 - a. pp.157 a 160.
- vii. *Collecção das ORDENS DO EXÉRCITO / Anno de 1864*
 - a. p.24 (quadro),
 - b. pp.26, 27 (idem),
 - c. p.28, Art. 46.º (O.E. n.º 25, 22-6-1864)
 - d. p.44 (quadro da distribuição territorial das unidades).
- viii. *REGULAMENTO GERAL / para o serviço / dos / CORPOS DO EXÉRCITO / aprovado / por / Decreto de 21 de Novembro de 1866 :*
 - a. p.25, *Dos musicos*,
 - b. p.26 (cont.).
- ix. *Regulamento para as bandas de musica dos regimentos de infantaria e batalhões de caçadores do exercito. 11 de Março de 1870 (RBMRIBCE)*
 - a. 26 artigos, pág.s 88 a 93 (O. E. N.º 9, 19-3-1870).
- x. N.º 20 / ... / 28 de Maio de 1872 / *ORDEM DO EXÉRCITO / Decreto / Regulamento para a classificação, accesso, direitos e deveres dos musicos militares do exercito, e para a organização das bandas de musica dos corpos de caçadores e de infantaria - 27 artigos, páginas 129 a 140.*

- xi. *ORDEM DO EXÉRCITO* N.º 9 (11-9-1899):
 - a. p.298, Art. 189.º,
 - b. p.337 Quadro N.º 13,
 - c. p.338 Quadro N.º 14.
- xii. *ORDEM DO EXÉRCITO* N.º 17 (21-11-1901)
 - a. p.400, Capítulo III : *Officiaes inferiores, musicos e artifices*
 - b. p.440 Quadro N.º 2,
 - c. p.455 Quadros N.ºs 18 e 19.
- xiii. *ORDEM DO EXÉRCITO* / N.º12 / 31-12-1937 (Decreto 28:401)
 - a. Art.s 40.º a 43.º.

V – OUTROS DOCUMENTOS

- i. 1815 – *Mappa dos Musicos que têm os Regimentos de Infantaria, e dos vencimentos que têm, e despeza do fardamento.*
- ii. 1816 – Requerimento de músicos da Art.ª nº1.
- iii. 1824 – Lista dos músicos do Regimento de Infantaria N.º 1.
- iv. 1855 – Artigo «Os músicos militares», in: *Revista Militar Portuguesa*, n.º 7.
- v. 1897 – Requerimento, Nota de assentos e Nota de envio, de um músico do *Regimento N.º1 d'infanteria da Rainha*, que pede autorização para frequentar o Conservatório (6 páginas).
- vi. 1902 – Relação dos mestres de música em serviço no Exército.
- vii. Programas de Concerto:
 - 1905 - Banda do R. I. N.º 2 no *Real Paço de Cintra*;
 - 1934 - Concerto pela Banda de Caçadores 5;
 - 1935 - Programa de uma série de três Concertos efectuados pelas Bandas Regimentais de Infantaria 6, Inf.ª 9 e Inf.ª 14 (Tenente *Manuel Joaquim*) em Oliveira de Azeméis.

I – IMAGENS



Sergo dos Fuzileiros da Armada



*Musico da Charamela da
Armada Real 1740*

Antiga colecção Palhares

(Deferência da Casa do Cavaleiro à Porta. Arquivo de Uniformologia
e Iconografia Histórico-Militar Portuguesa)

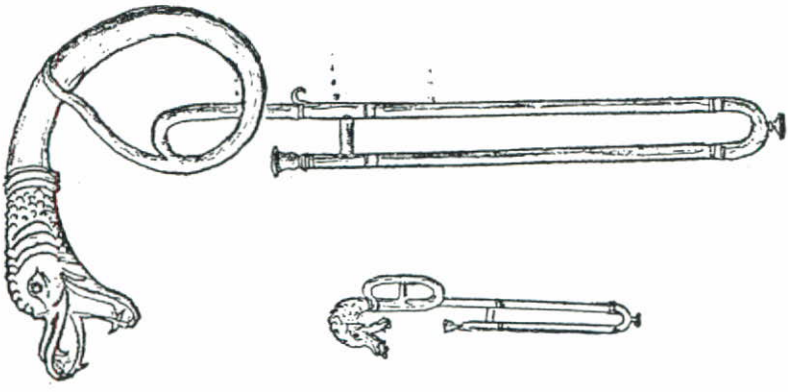


(Deferência do Arquivo Histórico-Militar. Secção de Reservados e Manuscritos)

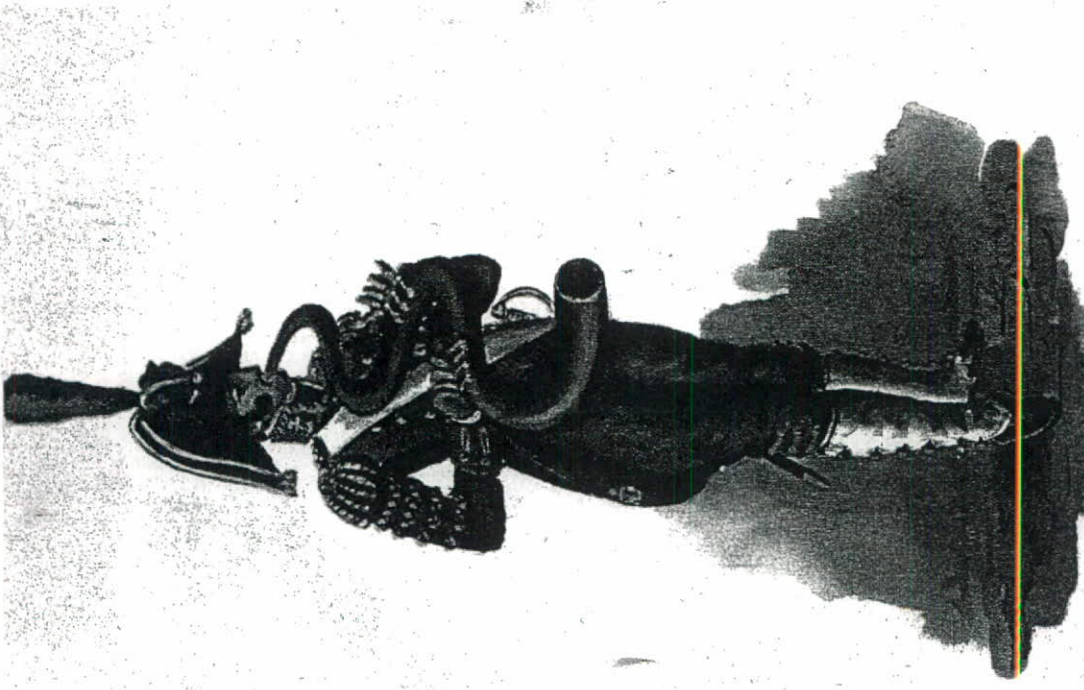
*Tambor e flauta da Brigada Real da
Marinha ~ 1797-1813 ~*



(Deferência da Biblioteca do Museu de Marinha. Secção de Uniformes)



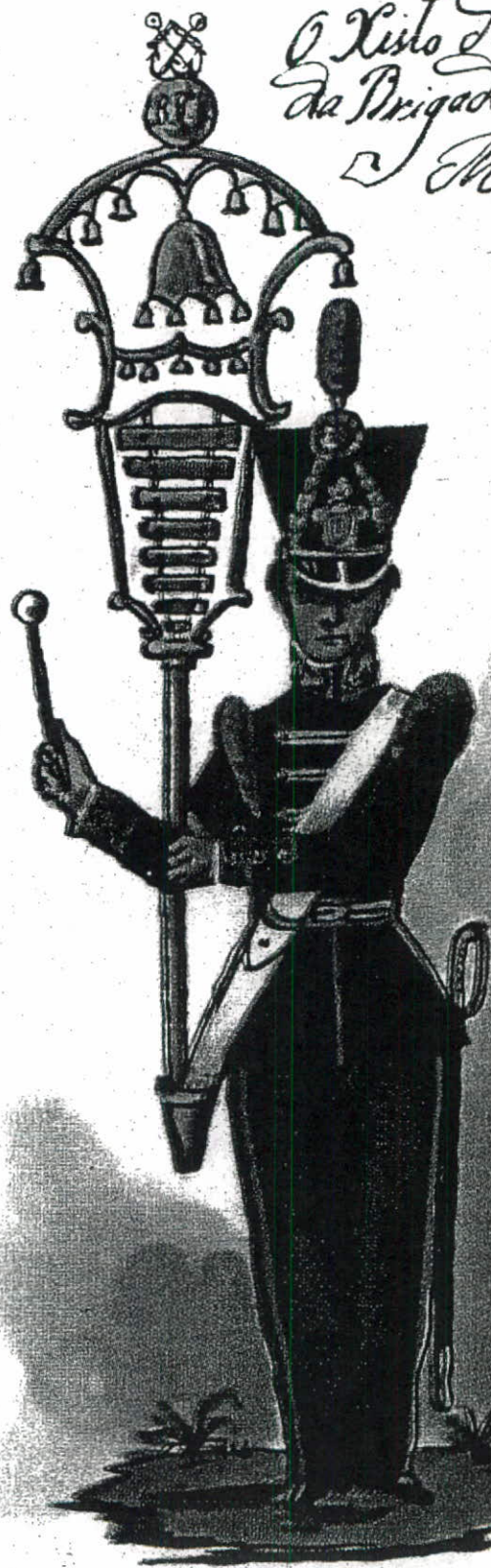
SERPENTOES
1809



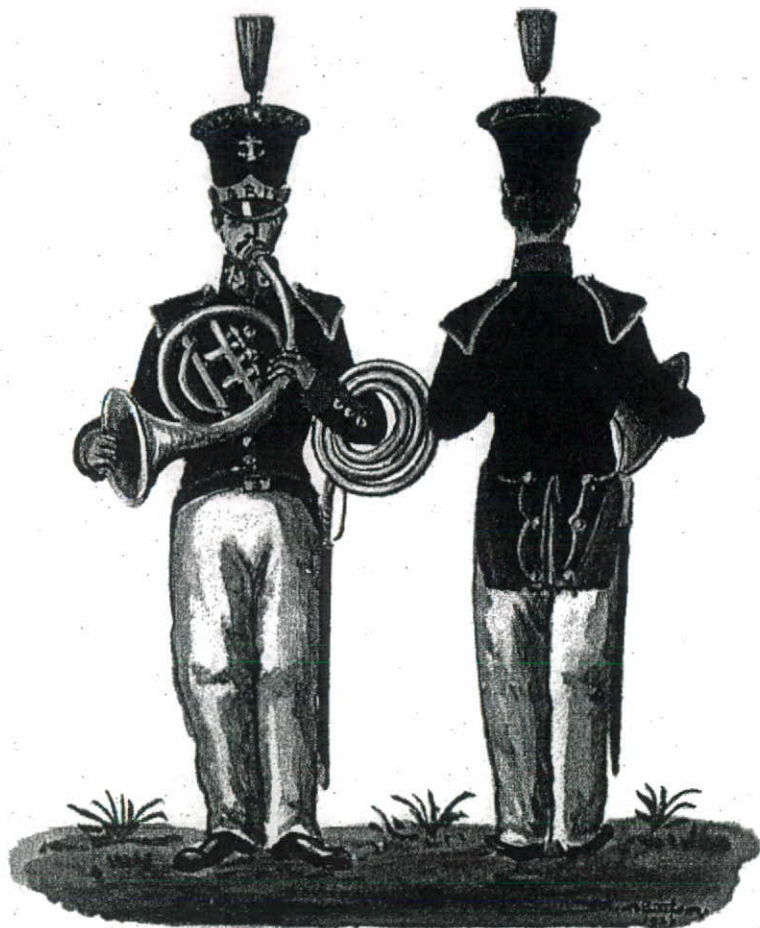
Reynolds. Real da Rainha Maria segunda 1806

(Desenho aguçado da antiga coleção Dietzman, Berlin)

O Xisto da Música
da Brigada Real da
Marinha
1830



Albuquerque
1830



*Musico Trompa
Brigada Real de Marinhia 1854*

(Aquarela do autor em reprodução do album colorido de uniformes da antiga Biblioteca do Ministério da Guerra. Convento dos Paulistas)



CORNETA DO BATALHÃO NAVAL, 1837

Espólio do coronel Sisenando Ribeiro Artur

(Litografia colorida. Deferência do Arquivo Histórico-Militar).

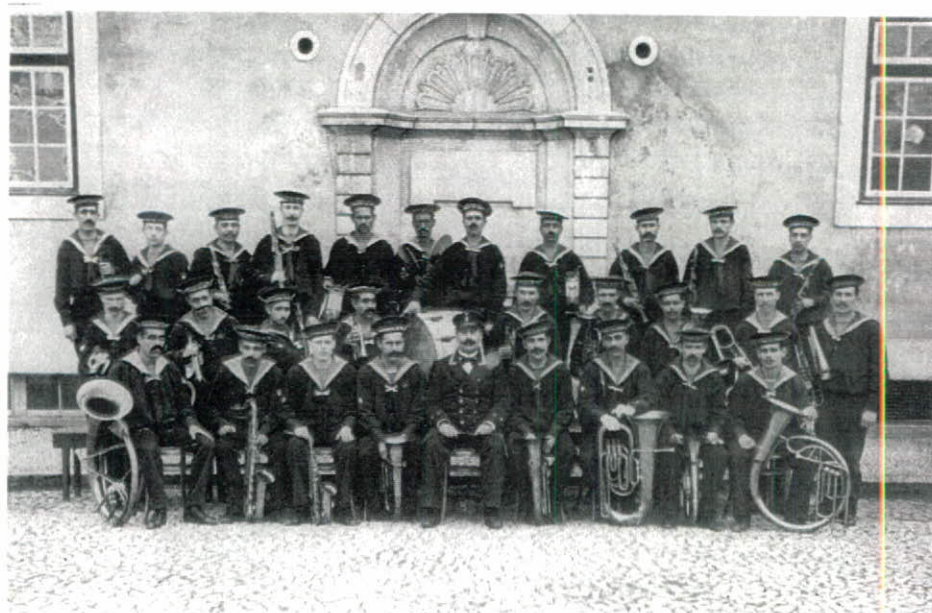
ARMADA



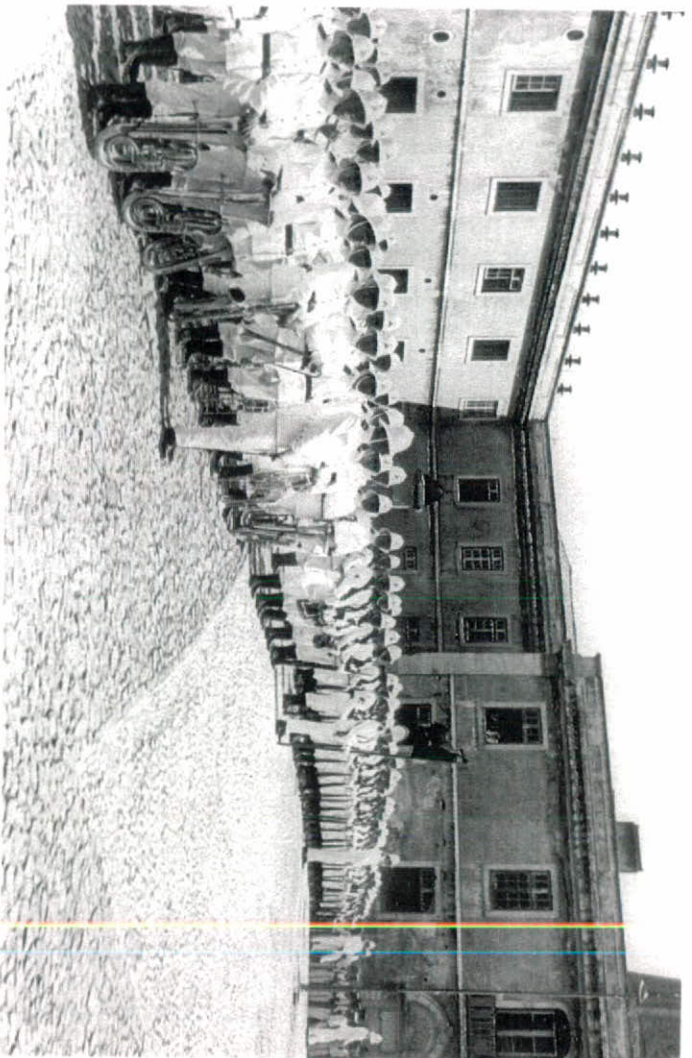
1863 - Reinhardt à frente da *Charanga da Armada*.



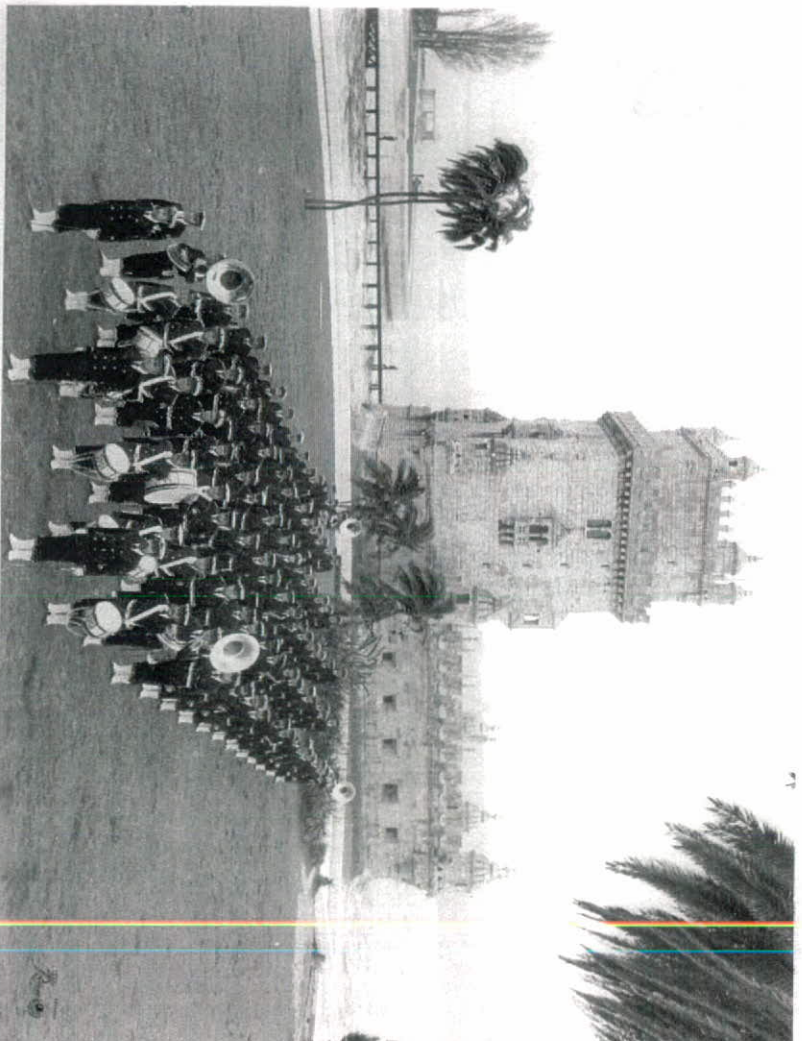
1868 – (idem)



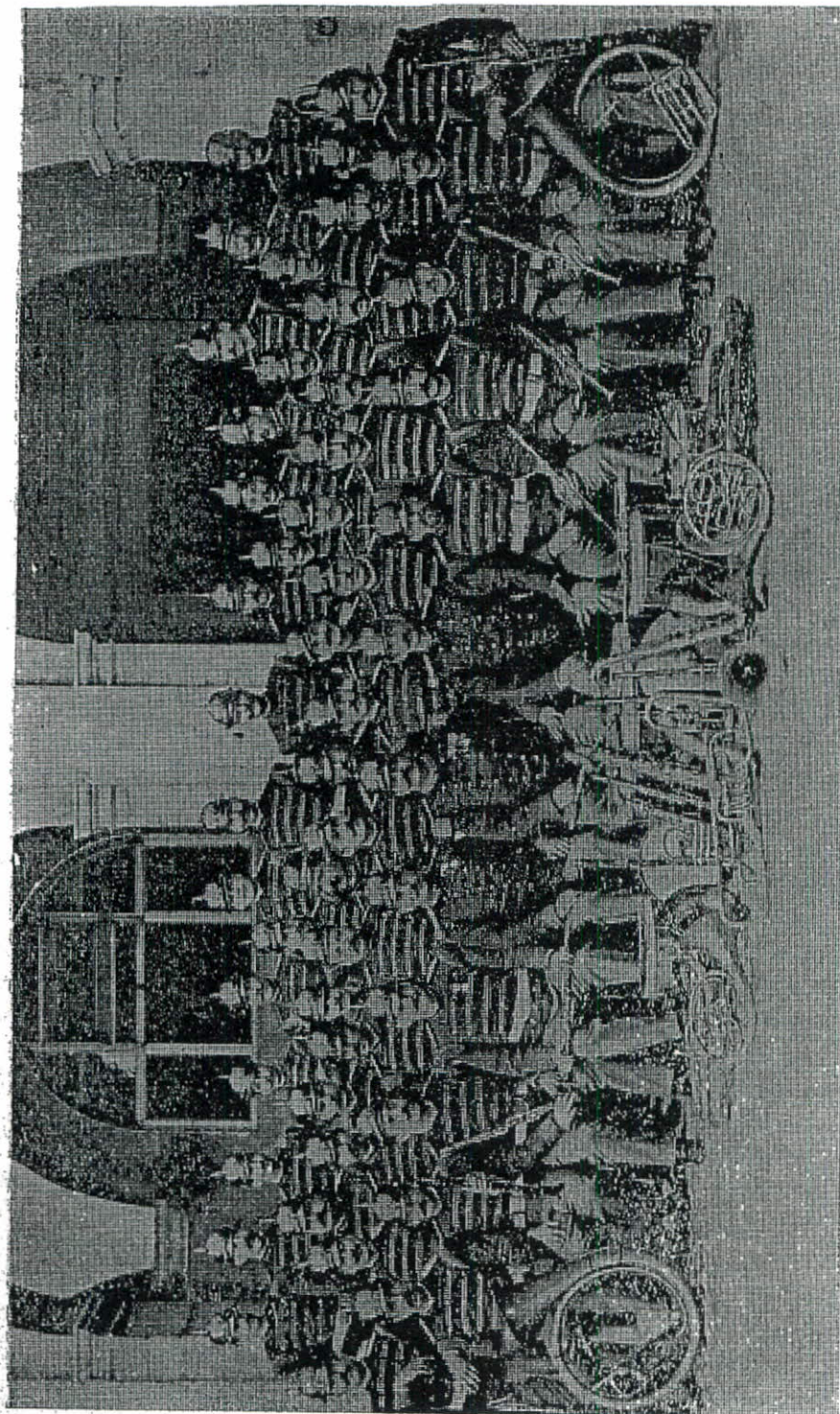
1899 – sob a chefia de António Maria Chéu.



1903 - Banda da Armada em uniforme colonial.



c.1985



O MAESTRO TABORDA COM A BANDA DA GUARDA MUNICIPAL

BANDA DE INF^a 22 chefiada por JC Martinó, nos tempos republicanos.



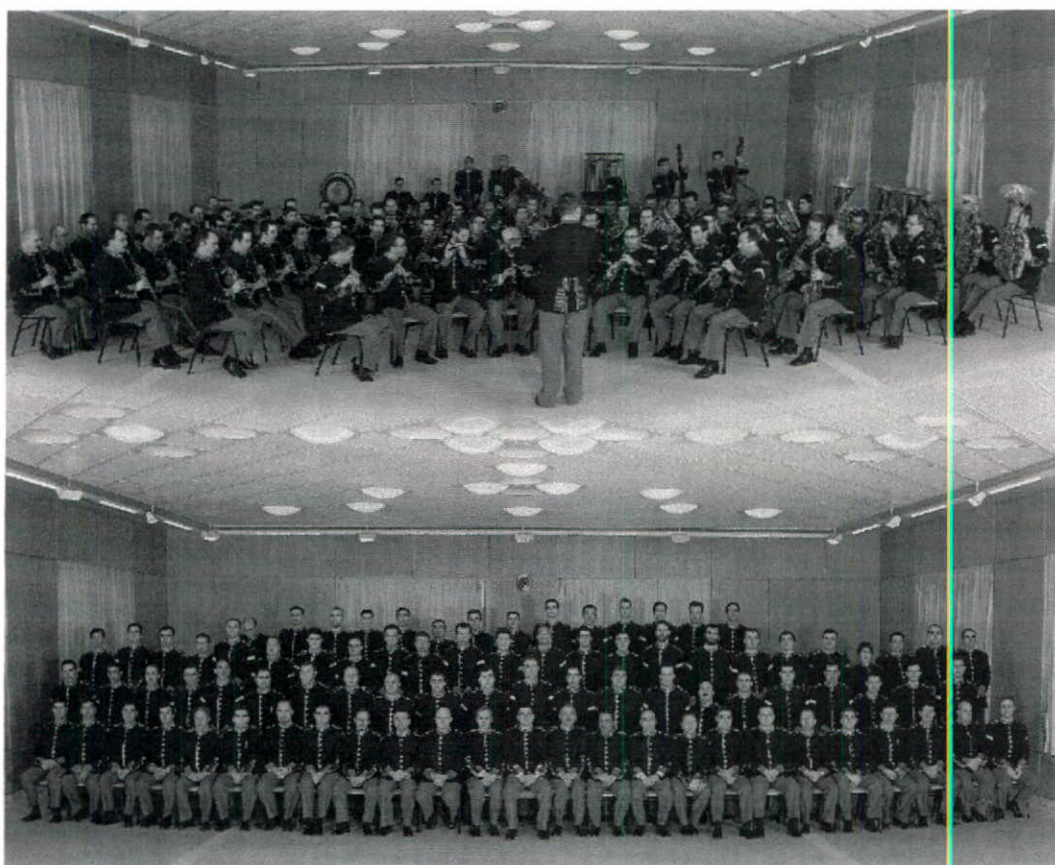
BANDA NA I GUERRA MUNDIAL - FRANÇA 1918





(Macau 1999)

BANDA DO EXÉRCITO



(2004)





II – RESTANTES BANDAS MILITARES PORTUGUESAS

i. BANDA MILITAR DO PORTO

Até recentemente (2006) denominada Banda da Região Militar do Norte, sediada na Escola Prática de Transmissões (EPT, Porto) teve a sua origem na Banda do Regimento de Infantaria n.º 6, constituído no último quartel do século XIX.

Existiam na mesma época na Guarnição do Porto, além da citada banda, as do Regimento de Infantaria n.º 18 (da qual fizeram parte como regentes, o Capitão José Nunes, Tenente Júlio Machado, Capitão Jacinto Figueiras) e a da Guarda Republicana do Porto, dissolvida em 1928.

Após a extinção de grande parte das bandas regimentais do exército, ficou somente a do R. I. n.º 6. Foi seu primeiro regente um músico castelhano, contratado, de nome Pio Isaac Shensel, sucedeu-lhe o Capitão João Carlos de Sousa Morais, talentoso maestro e compositor, cujas obras se têm mantido através dos tempos nos mais variados programas de concerto. Seguidamente chefiaram esta banda, entre outros, os Capitães - Francisco Alves, António Alves, Maias Meira, Manuel da Silva, Carlos de Oliveira, Silva Domingues, e os Majores - Oliveira Rebelo, Alves Amorim, Moreira Teixeira, Oliveira Santos, Armandino Silva e Silva Gonçalves. Actualmente é chefiada pelo Capitão Lemos Botelho.

A exemplo do que aconteceu com outros sectores do Exército Português, também esta passou ao longo dos tempos por várias reestruturações: primeiro foi banda regimental com 40 elementos, depois banda de 1.ª classe com 60 elementos, e presentemente banda do tipo A com 70 elementos.

ii. BANDA MILITAR DE ÉVORA

Até 1927 não existiu nenhuma banda de música militar sediada em Évora, por não haver nesta cidade nenhum Regimento de Infantaria ou Batalhão de Caçadores, únicas unidades a possuírem Banda de Música. Com a criação do Regimento de Infantaria n.º 16, passa a cidade a dispor de uma Banda de Música de 2ª classe, com quadro orgânico de: 1 Sarg. Ajudante, 23 Sargentos e 21 Praças.

Anteriormente, para que a cidade não ficasse privada de Banda de Música, estas acompanhavam os Batalhões que eram destacados para Évora (fazendo todo o trajecto a pé!), onde permaneciam por períodos de três meses, dando apoio musical às forças militares e fazendo os conhecidos concertos dominicais no Jardim. Assim, estiveram nesta cidade Bandas que vinham dos mais diversos pontos do país, como Portalegre, Faro, Covilhã ou Setúbal.

Apesar de em 1937 o número de Bandas ter sido drasticamente reduzido para oito, às Regiões Militares foram atribuídas Bandas, mantendo-se assim a de Évora, mas com um quadro diferente: 1 Oficial, 32 Sargentos e 25 Praças. Por esta altura o Regimento de Infantaria n.º 16 foi transferido para Beja, ficando a banda em Évora, adstrita ao Quartel General. No início da década de 1990, deu-se nova redução com a extinção das Bandas de Mafra (EPI) e Tomar (RIT), sendo no entanto a partir deste momento que a então Banda da Região Militar do Sul viveu um dos seus períodos áureos em termos de actuações públicas, dada a forte componente de recursos humanos existente.

No ano de 2000, nova reestruturação do Exército levou a que o efectivo da Banda fosse reduzido ao actual quadro: 1 Oficial, 31 Sargentos e 11 Praças.

iii. BANDA MILITAR DA MADEIRA

Terá sido aquando da formação das bandas regimentais em todos os regimentos de infantaria portugueses, nos inícios do séc. XIX que surgiu uma Banda de Infantaria no Funchal. No entanto há relatos de bandas militares que periodicamente se deslocam à Madeira com os seus regimentos.

Em 1869 há notícia da banda militar ter sido constituída no Batalhão de Caçadores 12, sucedendo-lhe mais tarde (c. 1901) Infantaria 27. Com a *revolta da Madeira* (1931) esta suspende a actividade só reatada em 1939. É designada Banda de 3ª classe dez anos depois (1949) e passa a banda de 2ª classe no ano de 1964.

No espaço de tempo percorrido desde a sua constituição até à actualidade, esta banda impôs-se como um instrumento de cultura indispensável no panorama artístico-cultural da ilha. A génese e desenvolvimento de algumas instituições culturais, que nos nossos dias têm um reconhecido mérito na região, contaram com uma estreita colaboração de muitos dos militares desta banda.

Actualmente a Banda (de Música da Zona) Militar da Madeira é composta por um Oficial Chefe de Banda, 19 Sargentos Músicos do Quadro Permanente e 15 Praças em Regime de Contrato.

Estão referenciados como seus regentes os seguintes indivíduos:

Professor Izidoro Franco (c. 1881),
Prof. Miguel Jorge Gomes Ribeiro (1885),
Evaristo António Guedes (1891),
Fernando Madeira (1902),
Manuel Ribeiro (1917),
José F. Pinto (1918),
Gustavo Coelho (1921),
António Vicente (1939),
Hipólito Antunes Gomes (1944),
António Francisco Marques (1946),
Firmiliano Martins Cândido (1948),
Bertini Fevereiro (1952),
Francisco J. Dias (1960),

Sílvio Pleno (1962),
Ferreira da Silva (1965),
José E. Ferreira (1978),
Matos Simões,
Moreira Teixeira,
Oliveira Santos,
Joaquim Barrisco,
Duarte Gaspar,
Virgílio Ramos,
Lemos Botelho,
Jacinto Montezo,
João Basílio,
João Cerqueira.

iv. BANDA MILITAR DOS AÇORES

A Banda militar dos Açores surge depois da revolução Angrense de 22 de Junho de 1828, a favor da carta constitucional.

A partir desta rebelião criou-se o ambiente favorável para uma nova organização militar, tendo surgido a partir daí, bandas militares, primeiro na Ilha Terceira e depois em São Miguel.

Mais tarde com a mudança do Comando Militar dos Açores para Ponta Delgada, passou a existir apenas uma banda sediada inicialmente no Batalhão Independente de Infantaria n.º 18 (no antigo Convento de S. João, onde hoje se encontra o Teatro Micaelense) e depois no Quartel General da Zona Militar dos Açores em Ponta Delgada.

v. BANDA DE MÚSICA DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA (FAP)

Foi criada em 1957, pelo Dec-Lei 41.492 de 31 de Dezembro, dependendo da então Secretaria de Estado da Aeronáutica, posteriormente foi colocada na dependência do Estado Maior da Força Aérea através do Comando da Base do Lumiar.

Mais tarde, tendo sido alargado o seu quadro orgânico, foi considerada como um órgão titular de *Coronel Aeronáutico*, distintivo privado da Força Aérea que caracteriza todas as suas Unidades.

Foi seu primeiro chefe o Capitão Joaquim Alberto Cordeiro, sucedendo-lhe no cargo os Majores, Silvério Marques Pereira de Campos, Aurélio da Silva e Pinho, Mário José da Costa Marques e o Capitão Agostinho Diniz da Cunha Caineta, que cumulativamente foram Superintendentes da Banda e das Fanfarras.

Actualmente a superintendência está cometida ao Tenente-Coronel João Monteiro da Silva, sendo Chefe o Major Élio Luís Salsinha Murcho e Adjunto o Tenente José João dos Santos Serra.

A banda foi condecorada com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos, pela forma exemplar e altamente profissional como os seus elementos têm cumprido as missões atribuídas desde a sua criação.

No seu Brasão de Armas ostenta como divisa:

“SERVINDO COM ENGENHO E ARTE”.

vi. BANDA SINFÓNICA DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (PSP)

As raízes desta banda remontam a um agrupamento de elementos policiais com conhecimentos de música pertencentes ao Comando Distrital da PSP de Lisboa. Em 1925, por sugestão do então 2º. Comandante da PSP de Lisboa, Major António José Rodrigues, apoiado calorosamente pelo seu Comandante, Coronel Ferreira do Amaral, foi organizada a Banda de Música da Polícia de Lisboa.

Teve a sua primeira aparição em público no ano seguinte sob a direcção do Capitão António José Esteves Graça. Posteriormente foi regida pelo Capitão Armando Fernandes, Alferes Álvaro de Sousa e Cap. José Pinto Rodrigues.

Em 1979 passa a dirigir a Banda o Major FAP Silvério Marques Pereira de Campos que impulsionou o crescimento e a oficialização da Banda, o que se veio a verificar em 1981, passando a designar-se BANDA SINFÓNICA DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, através do Dec.-Lei de 28ABR1981, regulamentada pela Portaria 665/82 de 3JUL e posta em execução por Despacho do Comandante Geral da PSP de 3AGO do mesmo ano, constituindo o seu Quadro Orgânico com 114 elementos.

O actual chefe é o Subintendente Ernesto Esteves sendo coadjuvado pelo Subcomissário José Ferreira Brito.

III – BANDAS EXTINTAS NO FINAL DO SÉC. XX

i. BANDA DA REGIÃO MILITAR DO CENTRO (RMC, Coimbra)

Esta banda foi criada no seio do Regimento de Infantaria N.º 23, sediado em Coimbra no Quartel de Santana (actual Comando da Brigada de Intervenção) onde sempre se manteve. Nas décadas de 40 e 50 do séc. XX obteve um grande impulso artístico sob a direcção do então chefe da banda Capitão Coelho. Em 1966 foi desactivada, em virtude de Coimbra deixar de ser sede de Região Militar desde 1960. Foi reactivada a banda em 1974, também pelo ressurgimento da sede de região desde 1970. Na década de 80, sob a chefia do Capitão Armandino, volta a assumir um papel preponderante no panorama militar, pois funciona como Banda-Escola do 12.º, 13.º e 14.º CFS/QBFE (Curso de Formação de Sargentos do Quadro das Bandas e Fânfarras do Exército). Nessa mesma altura cria uma Orquestra Ligeira, da então Região Militar Centro, formada por elementos da banda. Em 1993 a Região Militar do Centro (RMC) é extinta, sendo integrada na Região Militar do Norte (RMN).

Foi chefiada entre outros por:

Martins Coelho
Silva Bertini
Domingos da Silva
José Rebelo
António Nobre,
Armandino Silva

Marcelino Santos
Reginaldo Neves
Silva Gonçalves
Pereira Marques
António Varino.

ii. BANDA DA ESCOLA PRÁTICA DE INFANTARIA (EPI, MAFRA)

No reinado de D. Luís I, o Ministro da Guerra, Visconde de S. Januário, por carta de Lei de 22 de Agosto de 1887 funda a Escola Prática de Infantaria e Cavalaria, que começaria a funcionar instalada no Convento de Mafra (anteriormente aqui estiveram aquartelados vários regimentos com a respectiva banda, segundo confirmam notícias da época). A sua banda de música teve origem em duas bandas privadas da EPI, denominadas *Banda da Sala* e *Banda de Amanuenses*.

A primeira, existente na segunda metade dos anos 30 do séc. XX, era formada por praças do serviço militar obrigatório com conhecimentos musicais, e mantida com fundos da EPI e da Sala de Convívio, findou entre 1939 e 40. A segunda é criada devido ao convite feito, cerca de 1943, a sargentos amanuenses oriundos das bandas extintas pelo Dec. Lei de 1937, para aí prestarem serviço e formarem uma banda, dirigida pelo 1.º SAR Apolinário. Esta veio a findar em 1945.

Apesar das contradições e curta existência das bandas atrás referidas, não deixaram de introduzir sensibilidade musical no espírito da EPI, sentindo-se a sua falta nos actos solenes. Assim durante o ano de 1945, apresentou-se o Tenente Chefe de Banda de Música Domingos Maria Ferreira, para formalizar a oficialização da Banda, tendo como Subchefe o SAJ MUS José Pinto Rodrigues. A banda foi então oficializada em 1946, com a categoria de 3.ª Classe (45 elementos).

Em 1948 é chefiada pelo SAJ António Luís Costa e em 1979 passa a banda Tipo B – 58 elementos.

Depois de 1988 com a viabilização da Banda do Exército e do GML (RI 1) passa a 48 elementos, sendo definitivamente extinta em 1993.

Oficiais Chefes de Banda que dirigiram a Banda da EPI:

Pinto Rodrigues (1956)	Oliveira Rebelo (1972/73)
Carlos de Oliveira (1958)	A. M. Teixeira (1973/75, 77/78)
Domingos Canhão (1959/65)	Matos Simões (1975)
Sílvio Pleno (1966)	Oliveira Santos (1975/77, 81/84)
A. Domingos da Silva (1966/69)	Idílio Fernandes (1979/81)
Alves de Amorim (1971/72)	José D. Gaspar (1986/89).

iii. BANDA DO REGIMENTO DE INFANTARIA DE TOMAR (RIT)

Embora não se saiba com exactidão a data de criação desta banda, julga-se todavia estar ligada à grande reorganização nascida da Guerra Peninsular. De concreto, a sua ligação ao Regimento de Infantaria N.º 11 aquartelado na altura em Tomar, é atestada por notícia de um concerto realizado em 1897, na inauguração do coreto da Várzea Pequena, sob a regência de Querubim António de Assis. Continuando ligada a Tomar, mas já no Regimento de Infantaria N.º 15, com a designação de banda de 2.ª Classe, é a partir dos anos trinta considerada a Banda da Região Militar de Tomar, aquando da organização desta. Curiosamente o seu Quadro Orgânico passou em determinada altura – fins da década de 50 e princípios de 60 – a ser dos maiores entre as bandas militares do Exército, por se considerar ligada à SHAPE (NATO). Mais tarde, pelo Dec. Lei N.º 133/79 de 17MAI79, passou a banda do “tipo B”, ficando como segunda banda da Região Militar Centro, continuando aquartelada em Tomar, mas com a missão de apoio ao Campo de Instrução Militar de Santa Margarida. Em 1988 por Despacho do GEN. CEME de 25MAR88 é transformada em banda “tipo C”.

É extinta definitivamente em 1993.

Entre outros, foi dirigida pelos seguintes Chefes:

Francisco Curado,	Gonçalves Correia,	Oliveira Rebelo,
Manuel da Encarnação,	D. Canhão,	Góis Nobre,
Joaquim de Moraes,	Vasco da Rocha,	F. Sanches,
Francisco Ferreira,	Carlos de Oliveira,	António Teixeira,
António da Rocha,	Silvério Campos,	Joaquim Barrisco,
Carraça Vila Nova,	Ribeirinho Louro,	Pereira Marques.
Duarte Craveirinha,	Eduardo Gomes,	

iv. BANDA DE MÚSICA DA GUARDA FISCAL

Esta banda teve origem numa fanfarra militar criada por Despacho do Subsecretário de Estado do Orçamento em 27 de Março de 1958, com um quadro orgânico de 24 elementos, sendo chefiada então pelo 2º Sargento Henrique Casimiro Guerra. Nove anos mais tarde, 1967, a fanfarra deu lugar a uma banda de música com 32 elementos, tendo como seu primeiro chefe o Capitão Joaquim Alberto Cordeiro, sucedendo-lhe no cargo o Cap. Sílvio Lindo Pleno, que a chefiou de 1 de Janeiro de 1978 a 31 de Dezembro de 1983. Com a publicação do Decreto-Lei 302, de 12 de Setembro de 1984, e já sob a orientação do Major Fernando José Sanches, é oficializada a Banda de Música com um quadro orgânico de 85 músicos, ficando na dependência directa do Comando Geral da Guarda Fiscal. Cerca de dez anos mais tarde é extinta a Guarda Fiscal, sendo os seus elementos incluídos na GNR. O Cap. Silva Gonçalves foi assim o seu último chefe, até ao ano de 1993.

IV – LEGISLAÇÃO

presente anno: Ordeno que a este respeito se execute o que vai determinado no Additamento, que baixa com este, assignado por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, do Meu Conselho de Estado, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos. O Conselho do Almirantado o tenha assim entendido, e o faça executar, participando-o igualmente á Real Junta da Fazenda da Marinha, para que o execute tambem pela parte que lhe pertence. Palacio de Queluz em 11 de Novembro de 1797. = Com a Rubrica do Principe Nosso Senhor.

Additamento de algumas novas Determinações, que SUA Magestade ordena se observem no Estabelecimento da Brigada da Marinha.

- I. **O** Inspector Geral terá hum Ajudante de Ordens, que fará as funcções de Ajudante de Corpo, e por elle serão distribuidas as Ordens Geraes.
- II. Nas duas primeiras Divisões haverá tambem hum Ajudante em cada huma.
- III. Haverá tres Quarteis Mestres, que serão propostos pelo Inspector Geral, e que serão Primeiros Tenentes de Mar, os quaes receberão do Pagador do Corpo da Marinha o dinheiro dos soldos que pertencerem á Divisão, em que cada hum servir, para o distribuirem todos os dias, ou todos os sabbados.
- IV. Sua Magestade permite que a Real Brigada tenha Musica, e que seja composta do mesmo numero de pessoas, que para este fim se concederão á nova Legião de Cavallaria Ligeira.
- V. A primeira Divisão deve ter hum Tambor mór, que sirva tambem para a segunda, não só para ensinar, mas para regular os toques nas occasiões de Exercicio, de Parada, de Mostra Geral, &c.
- VI. Não obstante o que se determina no §. XV. da Lei de 28 de Agosto do presente anno: Ordena Sua Magestade, que as bandas dos uniformes sejam encarnadas.
- VII. Os Officiaes da Marinha, empregados na primeira, e segunda Divisão, terão os seus uniformes como os dos Soldados; e os seus distinctivos serão aquelles, que lhes competem no uniforme azul.
- VIII. A Divisão de Fuzileiros-Marinheiros terá o mesmo fardamento que o dos Artilheiros Marinheiros, com a differença de ter a primeira huma Espingarda bordada de ouro na manga esquerda, e não huma Peça, de que só usará a primeira Divisão.
- IX. A terceira Divisão usará do uniforme; que tem o Corpo da Marinha, trazendo na manga esquerda huma ancora bordada de ouro. Os Officiaes Marinheiros terão uniforme azul com botões de ancora, e forro encarnado. O dos Mestres terá banda azul, e gola encarnada, guarnecida de galão estreito de ouro. O dos Contra Mestres será do mesmo modo, mas a gola azul. O dos Guardiães como o dos Mestres, mas sem galão na gola. O dos Cabos será como os Contra-Mestres, mas sem galão, e curto. O dos Mestres Carpinteiros será como o dos Mestres, mas a casaca não terá bandas.
- X. Os chapéos dos Officiaes serão debruados de galão preto, e terão de cada lado huma borla de ouro com encarnado, e azul, conforme o modelo que der o Inspector Geral.

SUPPLEMENTO
Á
COLLECÇÃO
DE
LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA
DO DESEMBARGADOR
ANTONIO DELGADO DA SILVA.
PELO MESMO
ANNO DE 1791 A 1820.

[...]

Lisboa.

NA TYP. DE LUIZ CORREIA DA CUNHA.
ANNO DE 1847.

costa do castello N.º 15. = 1.º Andar / (p. 275)

(Primeiro texto com menção a instrumentos musicais das bandas militares - 1802)

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Presidente do Meu Real Erario ordene aos Thesoureiros das Tropas da Corte e Provincia da Extremadura, como tambem aos das Provincias do Norte, e Sul, que paguem a cada hum dos Coroneis de Infantaria da Corte mensalmente a quantia de 60\$600 réis, e aos das Provincias da Extremadura, Norte, e Sul a de 58\$400 réis, para satisfação de onze Muzicos de instrumental, constantes da relação junta, assignada por Antonio Joaquim de Moraes, Official Maior da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, que fui servido determinar houvessem na Minha Tropa, á custa da Minha Real Fazenda, ficando sem effeito daqui por diante o desconto, que nos soldos dos Soldados se fazia para este objecto; e outrossim ordeno aos mesmos Thesoureiros, que entreguem aos ditos Coroneis annualmente a quantia de 3\$200 réis para enfeites das Fardas de cada Musico alem do Fardamento, e Semestres que vencerem como os mais Soldados, e com conhecimento de Recibos dos mesmos Coroneis se levarão em conta aos referidos Thesoureiros, o que nesta conformidade satisfizerem, sem embargo de quaesquer Leis, Regimentos, ou Disposições em contrario. Palacio de Queluz em 20 de Agosto de 1802. — Com a Rubrica do Principe Regente N. S.

Hum Fagote
Hum primeiro Clarinete
Dois segundos ditos
Duas Trompas
Hum Flautim

Hum Clarim
Hum Zabumba
Hum Prato
Huma Caixa de Ruffo.

Na Collec. do Cons. Trigoso.

trechos, que tiver entregado. 4.º Quando os doentes pertencerem a Corpos, que não estejam no lugar, onde o Hospital se acha estabelecido, jamais d'elle serão despedidos individualmente, mas sim por turmas de hum certo número delles ao mesmo tempo; neste caso se no referido lugar houver Commandante Militar com Tropa, este os mandará escoltar em itinerario, e guia, para serem fornecidos de pão, e etape nos transitos; e será commandante da Escolta hum Official, ou Official Inferior, conforme o número dos escoltados: não havendo porém Tropa no lugar, o mesmo Almoxarife, além da alta competente, lhe determinará o itinerario, lhes dará Guia para o mencionado fornecimento, ficando encarregado da sua condução o Official, ou Official Inferior mais antigo, que entre elles existir, e na falta destes fará o Almoxarife escolha de hum Soldado para o mesmo objecto. O Snr. Marechal do Exercito manda declarar, que elle mesmo examinará mui particularmente se com effeito o disposto neste artigo tem a sua devida observancia. 5.º Os doentes nunca terão alta nos Hospitaes sem se acharem inteiramente convallescidos, e capazes de entrarem immediatamente de serviço, e ordena o Snr. Marechal, que os convallescentes, que presentemente existirem nos Quartéis dos Corpos, sejam reconduzidos para os Hospitaes, onde se conservarão até o seu completo restabelecimento.

O Snr. Marechal do Exercito julgando conveniente, que o cuidado assim para a sua conservação, como para a commodidade do Soldado em todos os seus movimentos, principalmente nas marchas, ande sujeito ao pé quanto seja possível, sem com tudo causar incummodo, recommenda que todos sejam obrigados a ligar as orelhas dos sapatos com corréas.

Igualmente recommenda o Snr. Marechal, que nas revistas se tenha todo o cuidado em examinar o aceio da Tropa, do qual tanto depende a conservação da saúde, e porque não são sufficientes os fornecimentos que se lhe faz, ao mesmo tempo que o soldo, que os Soldados actualmente percebem, são mais avultados: Ordena o mesmo Snr., que os Commandantes obriguem os mesmos Soldados a comprarem á sua custa os objectos, de que além disso carecem, para se apresentarem com aceio.

Tendo-se offerecido para irem servir na Leal Legião Lusitana alguns Soldados da 5.ª Companhia do Regimento de Cavallaria N.º 7, por effeito da Ordem do Governo, que permittia a passagem dos Soldados d'outros Corpos para a referida Legião, o Capitão daquelle Companhia Antonio José de Sá e Vasconcellos passou em consequencia a dar aos mencionados Soldados o máo tratamento de lhes tirar as mantas, com que se cobrião, de os fazer dormir no chão, e de os obrigar a montar guardas á Cavalharice sem lhe pertencer. O Snr.

Marechal desaprovando a conducta do referido Capitão, declara que o castigaria se o facto não tivesse succedido antes d'elle tomar posse do Commando do Exercito: e Ordena, que nenhum Official applique castigo aos Soldados, que não seja na conformidade da Lei. -- Ajudante-General Mosinho.

Quartel General de Thomar 22 de Abril de 1809.

O R D E M D O D I A.

O Snr. Marechal Beresford, Commandante em Chefe do Exercito, em consequencia de se terem apresentado desarmados alguns Soldados das Tropas das Províncias do Norte; e considerando (posto que conhece que todo o Exercito pode ser vencido, quando he atacado por forças mui superiores) que nunca o Soldado deve abandonar a sua Espingarda, ainda mesmo com risco eminente da propria vida, e polia he do seu dever contempla-la como parte de si mesmo, e o abandona-la sempre he hum indicativo de cobardia. Declara, que mandará castigar como cobarde todo aquelle, que depois de se ter achado em qualquer acção, se apresentar desarmado ao seu Regimento, salvo se provar que foi gravemente ferido, ou que cahio em poder do inimigo, e acontecimentos, que só podem justifica-lo.

Ordena o mesmo Snr., que a Parada do Exercicio de manhã, continuando a fazer-se á hora que se acha determinada, á chamada para a mesma Parada se mande tacar sómente meia hora antes: e espera o mesmo Snr., que dentro em pouco tempo será sufficiente á Tropa o intervallo de hum quarto de hora para se formar. -- Ajudante-General Mosinho.

Quartel General de Thomar 23 de Abril de 1809.

O R D E M D O D I A.

N Ada de novo. -- Ajudante-General Mosinho.

Quartel General de Thomar 24 de Abril de 1809.

O R D E M D O D I A.

O Snr. do Ill.º e Ex.º Snr. Marechal Beresford, Commandante em Chefe do Exercito. Sempre que a Tropa houver de fazer qualquer marcha, partirá á hora que lhe for determinada, observando tal exacção a este respeito, que entre a hora, e o princi-

pio do movimento não haja o mais pequeno intervalo, e andará duas leguas cada tres horas.

Quando a Tropa transitar, a Musica, e Tambores tocarão somente na passagem, entrada, e saída das Povoações, e para que os Soldados marchem á sua vontade, se lhes permittirá fora das Povoações levarem as armas como quizerem, e as fileiras tomarem hum intervalo conveniente.

As moxilas serão arrançadas de modo, que fação o menor volume possível, e postas em altura, que não fatiguem ao Soldado nas marchas, e não lhe embarcém tirar os cartuxos.

Os Srs.^{es} Commandantes de Corpos enviarão ao Sñr. Quartel Mestre General huma Relação das Peleñeiras que saltarem, contando tres por Praça inclusa a da Espingarda.

Os Corpos de Infantaria estarão sempre fornecidos-a 80 cartuxos por Praça: destes trarão os Soldados consigo todos os que couberem na Patrona, e os mais andarão em reserva, e acompanharão sempre os Corpos bem acondicionados em caixotes, e transportados em béstas: a este fim os Sñr.^{es} Commandantes dos Corpos mandarão ao Sñr. Coronel Commandante da Artilheria Gabriel Antonio Franco de Castro huma relação do numero das Praças, que devem ser fornecidas de cartuxame, e em que declarem o numero dos cartuxos que já tem, e os que lhe vem a faltar para o completo daquelle numero, para que estes lhes sejam immediatamente fornecidos; e farão as requisições precisas, para que tenham os que ficarem em reserva o arrançamento acima referido. Os Corpos que não estão em Thomar, mandarão huma Escolta a receber os cartuxos que lhe faltarem; e os Commandantes destas deverão trazer, e apresentar a sobre dita relação.

Recommenda-se todo o cuidado com as Espingardas novas, para que não se arruinem; e espera o Sñr. Marechal, que todo o bom Soldado caprichará em ter a sua Espingarda bem conservada, e bem limpa, não se servindo para limpa-la de materia que a estrague; e a este respeito faz responsaveis os Sñr.^{es} Officiaes.

Os beldres das baionetas, e as bandoleiras das Espingardas, se tingirão de preto, para que tenham a mesma cor que as corréas das Patronas novas.

Declara-se Tenente Coronel aggregado ao Regimento de Infantaria N. 10, o Major Olivier; Ajudante do Regimento de Infantaria N. 1, o Alferes do Regimento de Infantaria N. 7, Victorino José de Almeida Soares Serrão; Tenente do Regimento de Infantaria N. 16, o Alferes do Batalhão da Ilha Terceira, Luiz Diogo Pereira Forjaz de Lacerda; Alferes do Regimento de Infantaria N. 24, o Alferes dos Caçadores de Braga José Manoel Costa e Pipa. As Or-

dens serão escriptas em Livros com pasta, e não em cadernos. -- Ajudante-General Mosinho.

Quartel-General de Thomar 25 de Abril de 1809.

ORDEM DO DIA.

N Ada de novo. -- Ajudante-General Mosinho.

Quartel-General de Thomar 26 de Abril de 1809.

ORDEM DO DIA.

N Ada de novo. -- Ajudante-General Mosinho.

Quartel-General de Thomar 27 de Abril de 1809.

ORDEM DO DIA.

N Ada de novo. -- Ajudante-General Mosinho.

Quartel-General de Thomar 28 de Abril de 1809.

ORDEM DO DIA.

N Ada de novo. -- Ajudante-General Mosinho.

Quartel-General de Thomar 29 de Abril de 1809.

ORDEM DO DIA.

N Ada de novo. -- Ajudante-General Mosinho.

Quartel-General de Thomar 30 de Abril de 1809.

ORDEM DO DIA.

O Rdena o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. Marechal Beresford, que o Sñr. Tenente General Antonio José de Miranda Henriques nem de mora os Vogaes para o Conselho de Guerra do Capitão de Cavallaria Joaquim Corrêa Freire de Andrade, e que faça precezar o referido Capitão. Quartel-General de Thomar 30 de Abril de 1809. -- Ajudante-General Mosinho.

E

Sentença sobre Embargos.

Achão inatendíveis os Embargos offerecidos pelos Réos, José Manoel Courellas, e João Gonçalves de Sampaio a Sentença que os condemnou á morte, e por tanto mandio que esta se execute, recom-mendando-os com tudo novamente, á Inimta Piedade de S. A. R., pelas razões ponderadas na primeira Sentença = Assignado o Auditor, e Vogaes respectivos.

Confirmação da Sentença sobre Embargos.

Confirmada a Sentença, quanto ao Réo João Gonçalves Sampaio com a declaração de morrer arcabuzado sem embargo da pena declarada no Artigo XIV. dos de Guerra. Pelo que respeita porém ao Réo José Manoel Courellas em attenção á ter circumstancias, que mais o favorecem, fique por esta vez e por muita piedade absoluto da pena, com que foi condemnado no mesmo Conselho de Guerra, podendo continuar no Serviço, na esperança de que este horroroso delicto seja o ultimo, que commetta, porque de contrario lhe recahirá a severidade das penas, que as Leis estabelecem. Quartel General em Mo-ralleja 15 de Agosto de 1809. = Guilherme Carr Beresford = Ma-rechal Commandante em Chefe. -- Ajudante-General Mosinbo.

Quartel General de Sarza 16 de Agosto de 1809.

ORDEN DO DIA.

Constando ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. Marechal Beresford, que alguns Soldados vão a casa das padieiras tirar o pão que apromptão para a Tropa e mesmo aos fornos tirar aquelle que se esta cozendo, o que vem a ser causa essencial da Tropa experimentar falta de pão pois que isto faz que não se fabrique tanto quanto podia ser e daquelle que se fabrica se aproveita só a pequena parte dos Soldados mãos e fica privada delle grande parte dos Soldados bons, manda declarar que não deixará de fazer hum exemplo, punindo com pena Capital seme-lhante desordem.

Hoje receberá a Tropa só humna libra de pão, porém terá de mais de carne humna porção equivalente ao que vem a faltar para a ração inteira.

Declara-se Commandante da Brigada de Infantaria composta dos Regimentos N.^o 2, e 14 até segunda ordem o Sñr. Coronel Agosti-nho Luiz da Fonseca, -- Ajudante-General Mosinbo.

Quartel General de Sarza 17 de Agosto de 1809.

ORDEN DO DIA.

O Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. Marechal Beresford, faz publico ao Exer-cito o Decreto abaixo transcripto para a sua execução, e Ordena que os dois Anspeçadas, que se supprimem, fiquem aggregados até haver vacatura e não dispõe o mesmo a respeito dos Cabos de Esquadra, porque do acrescimo de dois Sargentos se deve seguir o accesso de dois Cabos de Esquadra.

Copia do Decreto.

Attendendo á Proposta que me fez o Marechal dos Meus Reaes Exercitos, Guilherme Carr Beresford, Sou Serydo aprovar a altera-ção que o mesmo Marechal me propôs Ordenando: que em cada Com-panhia de Infantaria de Linha, e Caçadores, hajão 4 1.^{os} Sargentos em lugar de 2, augmentando-se em cada humna das Companhias destes Corpos mais 2 Soldados, e supprimindo-se 2 Cabos de Esquadra, e 2 Anspeçadas, dos 8 de que ellas até agora se compunhão: que no Estado Maior dos Batalhões de Caçadores haja hum Mestre de Mu-sica, e 8 Musicos em lugar de 2 Pilanos, que até aqui tinhão: que em lugar de 1 Tambor Mór haja 1 Corneta Mór, e que em cada humna das Companhias dos mesmos Batalhões haja 2 Cornetas em lugar de 2 Tambores. O Conselho de Guerra entenda assim entendido e faça executar. Palacio do Governo em 19 de Julho de 1809. = Com quatro Rubricas dos Senhores Governadores do Reino.

O Sñr. Marechal transfere hoje o seu Quartel General para Sal-vaterra. -- Ajudante-General Mosinbo.



EU O PRINCIPE REGENTE Faço saber aos que o presente Alvará virem, que Attendendo á grande falta, que experimenta de Moeda Provincial de Prata neste Estado do Brazil, e para facilitar as transacções mercantis no maior giro de Commercio, que ora tem: Sou Servido Ordenar, que na Casa da Moeda desta Cidade, e na da Bahia se fabrique, e cunhe Moeda Provincial do valor extrinseco de novecentos e sessenta reis, ou tres patacas, na mesma proporção do valor intrinseco da de trezentos e vinte reis, que actualmente corre; e que a sobredita Moeda se receba em todos os pagamentos, que se hajão de fazer á Minha Real Fazenda, e aos particulares; e gire, e corra nas transacções civis, e mercantis do Estado, como qualquer outra Moeda Provincial já estabelecida.

Pelo que; Mando ao Presidente do Meu Real Erario, e do Conselho da Fazenda; Meza do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens; Regedor da Casa da Supplicação do Brazil; Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação deste Estado, e a todas as mais Pessoas, a quem pertencer o conhecimento deste Alvará, o cumprão, e guardem, como nelle se contém. E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Lei em contrario. Dado no Palacio de Santa Cruz em 20 de Novembro de 1809. = Com a Assignatura do Principe Regente, e a do Ministro.

Regist. na Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil no Liv. 1.º de Decretos, Leis, Alvarás, e Cartas Regias sobre Fazenda a fol. 71 vers., e impresso na Imprensa Regia.



Annuindo á Proposta que Me fez o Marechal dos Meus Reaes Exercitos Guilherme Carr Beresford, sobre a necessidade, que ha nos Regimentos de Linha, e Corpos de Caçadores do Meu Exercito, de hum augmento no seu Estado Maior para melhor disciplina dos Corpos, e para o Serviço de Guarnição, e de Campanha; assim como de augmentar nos Regimentos de Cavallaria mais hum Sargento por Companhia: Sou Servido Approvar os Planos, que com este baixão assignados por D. Miguel Pereira Forjaz, do Meu Conselho, Secretario do Governo, Encarregado das Secretarias de Estado dos Negocios Estrangeiros, Guerra, e Marinha. O Conselho de Guerra, e o mesmo Marechal dos Meus Exercitos o tenham assim entendido, e o fação executar. Palacio do Governo em 20 de Novembro de 1809. = Com tres Rubricas dos Senhores Governadores do Reino.

P L A N O

De Organização dos Estados Maiores dos Regimentos de Infantaria, e dos Batalhões de Caçadores.

O Estado Maior de hum Regimento de Infantaria, composto de dois Batalhões, deverá constar para o futuro de 36 praças; a saber.

- | | | |
|---|---|---------------------------|
| 1 | Coronel | |
| 1 | Tenente Coronel | |
| 2 | Majores | } hum para cada Batalhão. |
| 2 | Ajudantes | |
| 1 | Thesoureiro, ou Pagador | |
| 2 | Quarteis Mestres | |
| 2 | Sargentos de Brigada ou Ajudantes Sargentos | } hum para cada Batalhão. |
| 2 | Quarteis Mestres Sargentos | |
| 2 | Porta-Bandeiras | |
| 1 | Capellão | |
| 1 | Cirurgião Mór | |
| 4 | Ajudantes do dito | |
| 1 | Coronheiro | |
| 1 | Espingardeiro | |
| 1 | <u>Mestre de Musica</u> | |
| 8 | Musicos | |
| 1 | Tambor Mór | |
| 1 | Cabo de Tambores | |
| 2 | Pifanos | |

36

O Estado Maior de hum Batalhão de Caçadores deverá constar para o futuro de 23 praças, a saber:

- | | |
|---|---|
| 1 | Tenente Coronel, Commandante do Batalhão |
| 1 | Major |
| 1 | Ajudante |
| 1 | Thesoureiro ou Pagador |
| 1 | Quartel Mestre |
| 1 | Sargento de Brigada, ou Ajudante Sargento |
| 1 | Quartel Mestre Sargento |
| 1 | Capellão |
| 1 | Cirurgião Mór |
| 2 | Ajudantes do dito |
| 1 | Coronheiro |
| 1 | Espingardeiro |
| 1 | <u>Mestre de Musica</u> |
| 8 | Musicos |
| 1 | Corneta Mór |

23



Querendo conservar aos Regimentos de Infantaria de Linha, e Artilheria desta Corte a Muzica, que foi estabelecida com approvação dos Vice-Reis do Estado pelos Coroneis, e Officiaes dos Regimentos; e sustentada até agora em alguns com as prestações gratuitas, que os individuos delles fizeram mensalmente, e em todos com as licenças chamadas de economia, que para esse fim se distribuião: Considerando porém que este methodo era oneroso para os individuos dos Corpos, e prejudicial á disciplina delles: Sou Servido Ordenar, que de hoje por diante fiquem extinctas as ditas contribuições, e outros meios applicados para o dito fim; e que pela Thesouraria Geral das Tropas se pague mensalmente a cada Regimento a quantia de quarenta e oito mil reis, regulando-se a Muzica na fórma, que se segue. Em cada hum dos quatro Regimentos de Infantaria, e Artilheria desta Corte haverá doze, ou dezeses muzicos, que toquem Instrumentos de vento, sem que por principio algum se possa augmentar o dito número. Os sobreditos muzicos terão praça de Soldado, e serão divididos por todas as Companhias, exceptuando a de Granadeiros, e Caçadores, e vencerão nos Prêtos os soldos, que lhes competem como Soldados, e assim mesmo a farinha, e fardamento, além da gratificação, que abaixo se dirá. Os tocadores de Bomba, campainhas, e de outros Instrumentos desta qualidade serão tirados da classe dos Tambores, e não vencerão gratificação alguma. Tanto os muzicos de Instrumentos de vento, como de Bomba serão escolhidos no actual estado completo das Companhias, sem que se augmente o número deste em razão das praças escolhidas dos Soldados, como pelos que hão de ser tirados dos Tambores. A Somma, que vai determinada para gratificação da Muzica, será recebida todos os mezes na Thesouraria Geral por hum recibo do Coronel, e mettida na Caixa do Conselho de Administração, por onde se pagarão as despesas da muzica, de que haverá conta corrente separada da do fardamento. As Gratificações dos muzicos serão tiradas da dita Somma, e repartidas pelo Coronel na proporção do merecimento de cada hum em tal maneira, que as despesas das ditas gratificações não excedão de trinta e seis mil reis mensaes. O excedente da referida Somma será applicado para a compra, e concerto dos Instrumentos, e para os enfeites dos Uniformes. Os Uniformes dos muzicos serão sempre de panno igual ao dos Soldados, e comprado da Caixa dos fundos de fardamento; os enfeites porém serão tirados da Somma reservada, como se faz menção no Capitulo antecedente, para esse fim. O Coronel nomeará todos os annos hum Official para Director da muzica, o qual terá cuidado na sua instrução, e Disciplina; e ao Major competirá a fiscalização desta objecto, e dar parte ao Coronel dos inconvenientes, que observar, e que o Chefe do Regimento deverá tomar em consideração. O sobredito Official fará em cada mez a folha do vencimento da gratificação dos muzicos por huma Lista nominal, a qual entregará na Caixa da muzica com o recibo competente, e pagará a cada individuo a gratificação, que lhe tocar. Todos os generos, que houverem de se comprar para enfeite dos muzicos, assim como o concerto e compra de Instrumentos, correrão por conta do Official encarregado, o qual fará as despesas, recebendo para esse fim o dinheiro necessario da Caixa, e dará a sua

conta com os certificados convenientes para servirem de título á conta corrente, que terá o Conselho de Administração, e de que se tomará conta na Inspecção: O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e o faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Março de 1810. = Com a Rubrica do Principe Regente.

Impr. na Impressão Regia.

EU O PRINCIPE REGENTE Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que sendo-Me presente em Consulta da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação do Estado do Brazil, e Dominios Ultramarinos, tomada sobre o requerimento dos Mercadores de retalho desta Corte para ser excitada a disposição da Lei de vinte e quatro de Maio de mil setecentos quarenta e nove no Capitulo decimo oitavo, e do Alvará de vinte e hum de Abril de mil setecentos cinquenta e hum, que pelo novo, e Liberal systema estabelecido na Carta Régia de vinte e oito de Janeiro de mil oitocentos e oito, que admittio a despacho nas Alfandegas todos os generos; fazendas, e mercadorias, ficará virtualmente derogada a anterior Legislação, que prohibia nas Cidades, e Villas a venda das fazendas pelas ruas, e Casas, mostrando a experiencia, que foi sempre impraticavel a exacta observancia daquella Pragmatica Sumptuaria, que os verdadeiros principios de Economia Politica desapprovão; e que ainda com as modificações do sobredito Alvará, e não obstante a prohibição, prevaleceo em todos os tempos a franqueza de taes vendas, que o arruamento dos Mercadores nas grandes Cidades fez necessarias; exigindo o Interesse geral, que seja livre a todos os Meus fieis Vassallos procurar na util divisão de trabalho, conforme a propensão e escolha de cada hum, os meios de sua subsistencia, além de concorrer a multiplicidade das compras, e vendas para maior extensão de mercado, e facilidade de extracção, que motiva mais entrada de fazendas, e sahida de seus equivalentes com proporcional accrescimo na Collecta de Minhas Rendas, e na Industria, e Commercio deste Estado, que tanto convém promover, assim como sustentar em justo equilibrio pela concorrência de maior número de distribuidores os ganhos, que licitamente podem produzir as vendas a retalho sem gravame do Bem Público, ao qual se não deve antepôr o interesse particular de corporação alguma; manifestando-se nas actuaes circumstancias incompativel com o Meu Decreto de onze (1) de Julho do referido anno de mil oitocentos e oito, e Alvará da Creação da mesma Real Junta neste Estado, a continuação das restricções, que tambem não são observadas pelos Mercadores na parte, que lhes he desfavoravel, da taxa dos preços, e limitação de classes, e mercadorias, na conformidade dos respectivos Estatutos, tendo elles a seu favor pela vantagem da situação, e menor despeza nos transportes das fazendas, a certeza da sua

(1) Parece que será o Decreto de 11 de Junho de 1808, que fez hum novo Regulamento de direitos por entrada, e reexportação de mercadorias de Vassallos Portuguezes nas Alfandegas do Brazil, favoravel a promover, e augmentar o giro do Commercio; visto que de Julho desse anno não ha nenhum.

ter servido só dois annos.

Por Decreto de 26 de Novembro de 1810.

Para terem a Patente, Direitos, Honras, e augmento de soldo, que estabelecem o Decreto de 7 de Fevereiro, e Aviso de 8 de Março do corrente anno, tendo sido approvados pela Junta estabelecida para os exames dos Cirurgiões Militares.

O Ajudante de Cirurgia do Regimento de Infantaria N.º 3, Francisco José Guiao; o Ajudante de Cirurgia do Regimento de Infantaria N.º 15, Bento Proffrio; o Ajudante de Cirurgia do Regimento de Infantaria N.º 23, Francisco Antonio da Costa; O Ajudante de Cirurgia do Regimento de Artilheria N.º 3, José da Graça.

Por Decreto de 29 de Novembro de 1810.

Ajudante de Ordens do Senhor Marechal de Campo João Hamilton; ficando desligado do Batalhão, o Capitão da 4.ª Companhia do 1.º Batalhão da Leal Legião Luzitania, James Nesbit Charles; Ajudante de Ordens do Senhor Harvey, como Commandante da Brigada dos Regimentos de Infantaria N.º 11, e 23, com a Patente de Tenente, o Alferes da 2.ª Companhia de Granadeiros do Regimento de Infantaria N.º 6, D. Alvaro da Costa de Souza; Capellão do Regimento de Infantaria N.º 21, o Padre João Antonio Ferreira.

Ajudante-General Mosinho.

Quartel-General do Cartaxo 8 do Dezembro de 1810.

ORDEM DO DIA.

Permitte Sua Excellencia, o Senhor Marechal, que aquelles Corpos, que pela proximidade em que se achão de Lisboa convem mais, que enviem directamente os seus doentes aos Hospitaes daquella Corte, do que mandallos a embarcar em Alverca, conforme a Ordem do Dia 10 de Outubro ultimo, hajão de assim o praticar.

Ajudante-General Mosinho.

ORDEM DO DIA.

Sua Excellencia o Senhor Marechal, para evitar os inconvenientes que lhe resultão das repetidas reclamações, que a respeito de Musicos tem feito diversos Commandantes de Corpos a outros, dizendo cada hum delles, que pertencem ao seu Corpo, sem que para Sua Ex.ª decidir, quasi nunca se lhe tenham apresentado titulos proprios sobre os quaes possa julgar: Ordena, que engaiando qualquer Corpo a hum Musico, que não for Soldado, o seu ajuste seja feito por escripto com forma propria, o qual será averbado no Livro Mestre no mesmo dia, em que tambem o Musico deverá principiar o Serviço; e em toda a reclamação sobre este objecto, S. Ex.ª só attenderá á evidencia do ajuste por escripto com a sua data, a estar averbado no Livro Mestre, e á prova de que o Musico principiou a servir no mesmo dia. S. Ex.ª não addmitte de forma alguma engajamento de avance.

Ajudante-General Mosinho.

Quartel-General do Cartaxo 10 de Dezembro de 1810.

ORDEM DO DIA.

Recommanda Sua Excellencia, o Senhor Marechal, a observancia das Ordens do Dia 10 de Abril, e 7 de Agosto do corrente anno, na parte que respeita ás praças, que são enviadas para os Hospitaes.

Quartel-General do Cartaxo 11 de Dezembro de 1810.

ORDEM DO DIA.

Officiaes, a quem o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Marechal Beresford, Commandante em Chefe do Exercito, licencia conforme a opinião da Junta dos Cirurgiões Militares, principiando a licença em 30 de Outubro proximo passado.

José de Mello Brito, Ajudante do Regimento de Infantaria N.º 2; 20 dias. Bernardo Diogo de Brito, Tenente da 1.ª Companhia do Regimento de Infantaria N.º 7, 30 dias. Joaquim Cazemiro Rodrigues, Capitão da 8.ª do Regimento de Cavallaria N.º 4, 15 dias. Tranquilino Antonio Maria da Costa, Capitão do Regimento de Milicias de Lisboa Occidental, 8. dias.

Batalhas, Acções, Sítios, Assaltos, Bloqueios, Defensas de Praças, e Defensas de outros lugares.	Postos, e nomes dos Commandantes do Corpo.	Postos, e nomes dos Officiaes, que commandarão a força, que combaterão.
Defensas de Praças.		
Defensas de outros lugares.		

EM execução das Ordens de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, que me foram expedidas pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, remetto a V. Magestade a Portaria, e Regulação para o estabelecimento, e entretenimento da Musica nos Corpos, que a devem ter, a fim de que V. Magestade a execute, que lhe he devida, se houver Musica no Corpo, que V. Magestade commanda.

Deos guarde a V. Magestade. Lisboa 27 de Dezembro de 1815. =
Manoel de Brito Mozinho. = Ajudante-General. =

PORTARIA.

Constando na Real Presença do PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor os graves inconvenientes, que se tem seguido do modo arbitrário com que na maior parte dos Corpos do Exército se procede ao estabelecimento, e entretenimento das Musicas, que lhes he permitido ter. E Querendo S. A. R. fazer cessar por huma vez todos os abusos, que desta arbitrariedade se tem originado, e providenciando ao mesmo tempo, que os Corpos a quem compete Musica a possam ter, sem que para isso se empreguem outros quaesquer meios, que não sejam os que o Mesmo Senhor Manda designar para este objecto. Ha por bem Ordenar, que do primeiro de Janeiro do anno proximo futuro em diante, se siga a este respeito o que vai determinado na Regulação julga assignada por D. Miguel Pereira Forjaz, do Conselho de S. A. R. Tenente General dos seus Reaes Exercitos, e Secretario dos Negocios Estrangeiros, Guerra, e Marinha, a qual se deve considerar como fazendo parte da presente Portaria para o seu mais inteiro cumprimento. Palacio do Governo em 16 de Dezembro de 1815. = Com as Rubricas dos Governadores do Reino. =

Regulação do que S. A. R. Ha por bem Mandar observar do 1.º de Janeiro de 1816 em diante, a respeito do estabelecimento, e entretenimento da Musica dos Corpos do seu Exército.

I. A Musica de cada Regimento de Infantaria, Batalhão de Caçadores, e da Infantaria da Guarda Real da Policia, sera por agora composta dos individuos seguintes:

- 1 Mestre, Primeiro Clarinete.
- 1 Primeiro Requinta.
- 1 Segundo Primeiro Clarinete.
- 1 Segundo Clarinete.
- 1 Primeiro Trompa.
- 1 Segundo Trompa.
- 1 Primeiro Clarim.
- 1 Primeiro Fagote.
- 1 Trombão ou Serpentão.
- 1 Bombo.
- 1 Caixa de rufo.

11

II. Este número só poderá ser augmentado, quando, e como ao diante se declara.

III. Em cada hum dos sobreditos Corpos haverá sempre quatro Soldados destinados para Musicos, a quem o Mestre da Musica será obrigado a ensinar por meio de lições regulares, e tocar aquelles instrumentos, que se houverem por mais convenientes. Estes Soldados serão escolhidos dos que voluntariamente quizerem aprender, e ficarão dispensados de outro qualquer serviço, a obrigação de

IV. O Soldo dos individuos que compozerem a Musica, e do pequeno augmento, que deverão perceber os quatro Soldados, que aprenderem, poderão montar até quatro mil cossas, e a porção, que será recebida por pres regulares da mesma somma, que obda mil pças do Corpo, nos quaes se declarará a quantia, que vence cada individuo diariamente.

V. Na casa das observações de assento, no Livro Mestre de cada hum dos quatro Soldados escolhidos para aprenderem a tocar se porá = Aprendiz de Musica =

VI. Em algum aprendiz estando habil em tocar o instrumento a que se dedicar, passará a ter praça na Musica, e logo que nella possa ter cabimento, e he então que deixará de ser contado no Estado Effectivo dos Soldados.

VII. Quando tiverem praça na Musica dois, ou tres aprendizes, deverá compôr-se de doze individuos; de treze, quando tiverem praça nella quatro ou cinco aprendizes; de quatorze, quando tiverem praça nella seis, ou sete aprendizes; de quinze quando tiverem praça nella oito, ou nove aprendizes; de dezasseis quando tiverem praça nella dez, ou onze aprendizes; e de dezasete, quando tiverem praça nella doze aprendizes; e terminará aqui o seu augmento.

VIII. No augmento da Musica, assim designado, não poderão entrar outros individuos fóra dos seguintes:

- 1 Primeiro Flautim.
- 1 Segundo Clarinete.
- 1 Terceiro Primeiro Clarinete.
- 1 Segundo Clarim.
- 1 Segundo Fagote.
- 1 Serpentão.

6

IX. Se o Mestre não tocar Clarinete, haverá hum Musico Primeiro Clarinete, e de menos o destinado para aquelle instrumento, que o Mestre tocar.

X. O Soldo por dia do aprendiz, que passar a ter praça na Musica, será de 200 réis, tocando Primeiro Clarinete, Primeiro Requinta, Segundo Primeiro Clarinete, Primeiro Flautim, Primeiro Trompa, ou Primeiro Fagote; e de 160 réis, tocando Terceiro Primeiro Clarinete, Segundo Clarinete, Segundo Trompa, Primeiro, ou Segundo Clarim, Segundo Fagote, Trombão, ou Serpentão.

XI. Quando a Musica não estiver completa, a Thesouraria abonará de menos por dia o seguinte:

Na falta de Mestre	500 réis.
Na do Bombo	100
Na do Caixa do Rufo	100
Na de cada hum dos outros individuos	350

XII. Como em consequencia do disposto no §. VII. do Estado completo da Musica deve variar, a Thesouraria, conhecendo pelo número de Musicos, que nella houver, que tinham sido aprendizes, qual he o Estado completo, que lhe corresponde, abonará de menos os individuos, que vierem a faltar para este estado completo, seguindo constantemente a tarelta acima designada.

XIII. O Mestre da Musica, e os mais individuos, que a formarem, serão abonados de pão, e de etapa nas occasiões em que o Corpo, a receber, e de fardamento, como está determinado no Plano dos uniformes de 19 de Maio de 1806.

XIV. O Mestre da Musica, e os mais individuos della, serão obrigados a conservar os seus instrumentos no melhor estado que for possível, e fazer entrega delles, findo o tempo do seu ajuste.

XV. A cada Corpo serão abonados no principio de cada anno pela competente Thesouraria 53,000 réis, para compra de instrumentos; e o Arsenal Real fornecerá Bombo, e Caixa de Rufo sempre que fôr preciso.

XVI. Fica prohibido haver, além dos quatro Soldados aprendizes, outro algum mais, ou Tambor, empregado na Musica, sob pena de ser reputado praça supposta.

XVII. Fica igualmente prohibido haver qualquer contribuição voluntaria, ou obrigada de individuo algum para a conservação da Musica; e assim mesmo todo e qualquer outro meio de se haver dinheiro para esta; pois que seja qual fôr o empregado para tal fim, se haverá como extorsão feita aos individuos contribuentes, ou á Fazenda Real, se ella vier a ser prejudicada.

XVIII. Fica de mais a mais prohibido usarem os individuos da Musica de outro fardamento, que não seja o fornecido pelo Arsenal Real do Exercito: poderão com tudo servir como que actualmente tiverem, até a primeira distribuição, que se fizer do fardamento ao Corpo.

XIX. Os Regimentos de Cavallaria, e Artilheria, que ainda tiverem Musica, cessarão logo de a ter.

Palacio do Governo em 16 de Dezembro de 1815. = Da Miguel Pereira Forjaz. =

EM consequencia das Ordens de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, que me forão expedidas pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, remetto a V. hum exemplar do Alvará de 21 de Outubro de 1763, que regula os limites das Auctoridades Militares, e Civis; a fim de que V. conhecendo o que dispõe o mesmo Alvará, possa dirigir-se de modo, que se conserve a melhor harmonia entre as referidas Auctoridades.

Deos guarde a V. Lisboa 30 de Dezembro de 1815. = Manoel de Brito Mozinho. = Ajudante-General. =

ALVARÁ.

EU ELREY. Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que tendo abolido a jurisdicção dos Auditores Geraes da gente de Guerra das Provenças, e os Auditores particulares das Praças; excitando no lugar delles os Auditores, que ELREY Meu Senhor, e Bis-avô houve por bem crear para cada hum dos Terços, que constituirão o seu glorioso Exercito: Tendo consequentemente ordenado que nas Tropas haja para cada Regimento

hum Auditor Letrado, que seja instruido; não só nos Artigos de Guerra; mas também nos outros Crimes, que pelas Minhas Leis Civis se achão defendidos em beneficio da Paz publica dos Meus Reinos, e do bem commum dos Meus Vassallos; para exercitarem o Cargo de Juizes-Relatores nos Conselhos de Guerra em que os criminosos devam ser sentenciados: E considerando quão justo, e necessario he que os sobreditos Auditores tenham regras certas, e determinados limites, que lhes prescrevão a Jurisdicção, que devem exercitar; de sorte que em tão delicadas, e importantes materias, como são a regular disciplina das Tropas; e a tranquillidade publica dos Povos, que Deos me confiou para os proteger; nem a mesma jurisdicção Militar dos referidos Auditores, e Conselhos de Guerra, implique com a jurisdicção Civil dos Magistrados dos Lugares, onde ambos concorrem; nem pelo contrario a segunda das ditas jurisdicções implique com a primeira dellas: Para que de huma vez cessem entre os sobreditos todos os conflictos de jurisdicção, todas as prevenções de processos; e todas as mais controversias semelhantes, que só servem de animar, e fomentar os delictos; dando occasião a que os Réos delles os commettão na esperança de que poderão sobrefugir as penas pelas controversias dos Juizes, e pelos circuitos, e dilações dos meios ordinarios, que até agora se empregavão em dirimir as mesmas controversias: Estabeleço aos ditos respeito, o seguinte.

1. Tendo ordenado, que para as sobreditas Auditorias me sejam consultados Bachareis, que tenham bem servido Lugares de Primeira intrancia; para servirém os providos nellas por tempo de tres annos: Mando que no fim delles, havendo-lhe Eu nomeado successores, sejam sindicados como o são os mais Julgadores do Reino. Porém os Interrogatorios das suas residencias serão diversos dos que para os outros Sindicantes se achão estabelecidos pela Ordenação do Reino: Usando-se em lugar delles dos que no fim desta Lei se acharão escritos; os quaes Mando que valhão como parte della, e como se nella fossem incorporados.

2. Item: Mando, que a jurisdicção dos referidos Auditores, e de todos os Conselhos de Guerra em tudo o que pertence a crimes prohibidos pelas Minhas Leis Militares, e Civis, seja privativa, e exclusiva de toda, e qualquer outra jurisdicção, e de todo, e qualquer outro Privilegio; posto que sejam dos incorporados em Direito; que sejam múnidos das mais exuberantes clausulas; e que sejam daquelles que requererem que delles se faça expressa menção, e especial derogação: Porque a todos os sobreditos Privilegios, deve prevalecer nestes casos de crimes prohibidos pelas Leis Militares, ou Civis, sem differença alguma; a jurisdicção dos sobreditos Auditores, e Conselhos de Guerra; sem outra

Art. 43.º Cada um dos batalhões de caçadores de n.º 1 até 9 compor-se-ha em tempo de paz de um estado maior ou menor, e 8 companhias numeradas de 1 a 8, e os dos n.º 10, 11 e 12 terão igualmente um estado maior e menor, e 6 companhias numeradas de 1 a 6.

§ 1.º Em tempo de guerra cada um dos batalhões de caçadores n.º 10, 11 e 12 terá mais duas companhias, sendo a totalidade d'ellas numeradas de 1 a 8.

§ 2.º Seis dos batalhões de caçadores serão commandados por coronéis, e os outros seis por tenentes coronéis.

§ 3.º A distribuição da força dos batalhões de caçadores, tanto em tempo de paz como de guerra, é a que se segue:

	Pé de paz					Pé de guerra				
	Estado maior e menor	Uma companhia	As oito companhias	Todos		Estado maior e menor	Uma companhia	As doze companhias	Todos	
	Homens	Homens	Homens	Homens	Cavallos	Homens	Homens	Homens	Homens	Cavallos
OFFICIAES										
Coronel	1	-	-	1	1	1	-	-	1	2
Tenente coronel	1	-	-	1	1	1	-	-	1	2
Majores	1	-	-	1	1	2	-	-	2	2
Ajudantes	1	-	-	1	1	1	-	-	1	-
Quartel mestre	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-
Cirurgiões mór	1	-	-	1	-	3	-	-	3	-
Cirurgiões ajudantes	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-
Capellão	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-
Capitães	-	1	8	8	-	-	1	12	12	-
Tenentes	-	1	8	8	-	-	1	12	12	-
Alferes	-	1	8	8	-	-	2	24	24	-
Somma	8	3	24	32	4	12	4	48	60	8
PRAÇAS DE PRET										
Sargentos ajudantes	1	-	-	1	-	2	-	-	2	-
Sargentos quarteis mestres	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-
Mestre de musica	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-
Contramestre de musica	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-
Musicos	15	-	-	15	-	19	-	-	19	-
Tambor mór	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-
Cabos de tambores	1	-	-	1	-	2	-	-	2	-
Espingardeiros	1	-	-	1	-	2	-	-	2	-
Coronheiros	1	-	-	1	-	2	-	-	2	-
Primeiros sargentos	-	1	8	8	-	-	1	12	12	-
Segundos sargentos	-	2	16	16	-	-	5	60	60	-
Furrieis	-	1	8	8	-	-	1	12	12	-
Cabos	-	6	48	48	-	-	12	144	144	-
Soldados	-	90	720	720	-	-	160	1:920	1:920	-
Tambores	-	2	16	16	-	-	2	24	24	-
Somma	23	102	816	839	-	32	181	2:172	2:201	-
Somma total ...	31	105	840	871	4	44	185	2:220	2:264	8

Art. 44.º Em tempo de paz, além do numero de musicos designados nos mappas da distribuição da força dos regimentos de infantaria e dos batalhões de caçadores, serão empregados na musica de cada um d'aquelles corpos, como musicos de pancada, quatro tambores ou corneteiros dos quadros das companhias, os quaes em tempo de guerra deixarão de fazer parte d'estes quadros sendo incluídos no da musica, como está indicado nos referidos mappas.

Art. 45.º A compra e entretenimento dos instrumentos musicos e bellicos será feita por conta da massa dos 3 réis diarios, destinada para entretenimento dos artigos de equipamento das praças de pret dos corpos, do armamento e correame, pequenas reparações e limpeza dos quartéis, deixando de ser abonada aos corpos de infantaria e caçadores a verba que para aquelle fim lhes estava arbitrada.

Art. 46.º Os musicos dos corpos de infantaria e caçadores ficam em tudo sujeitos ás leis e regulamentos militares, e terão a classificação que segue:

Mestre de musica, com a consideração de sargento ajudante.....	1
Contramestre de musica, idem de sargento quartel mestre.....	1
Musicos de 1.ª classe, idem de primeiros sargentos.....	3
Musicos de 2.ª classe, idem de segundos sargentos.....	4
Musicos de 3.ª classe, idem de furrieis.....	8
Musicos de pancada, tambores ou corneteiros.....	4
Todos.....	24

§ unico. Um regulamento especial determinará as habilitações, deveres e o tempo que hajam de servir nos corpos do exercito. (1)

Art. 47.º Recapitulação da força de infantaria:

Numero de corpos	Pé de paz				Pé de guerra			
	Homens			Cavallos	Homens			Cavallos
	Officiaes	Praças de pret	Todos		Officiaes	Praças de pret	Todos	
18 Regimentos de infantaria	576	15:102	15:678	72	1:080	39:672	40:752	144
12 Batalhões de caçadores...	354	8:214	8:568	36	516	17:760	18:276	72
Somma.....	930	23:316	24:246	108	1:596	57:432	59:028	216

Sob. os antigos musicos de Contracta - veja-se o orden de Lei. no 38 de 1864 e tambem pelo; de respect aos menores existentes no quadro da musica, cujos se fixou. Pag 4 5º Decreto

Art. 48.º Recapitulação da força do exercito:

Estado maior general e corpos das diferentes armas	Pé de paz					Pé de guerra				
	Homens			Cavallos	Muars	Bócas de fogo	Homens			Bócas de fogo
	Officiaes	Praças de pret	Todos				Officiaes	Praças de pret	Todos	
Estado maior general	37	-	37	-	-	-	43	-	43	-
Corpo do estado maior	34	-	34	-	-	-	34	-	34	-
Engenharia.....	69	488	557	3	-	-	70	880	950	4
Artilheria.....	184	3:012	3:196	169	312	36	269	4:940	5:209	414
Cavallaria.....	224	3:184	3:408	2:536	-	-	376	5:072	5:448	4:696
Infanteria.....	930	23:316	24:246	108	-	-	1:596	57:432	59:028	216
Somma.....	1:478	30:000	31:478	2:816	312	36	2:388	68:324	70:712	4:152

Art. 49.º Haverá uma escola normal de tiro, gymnastica e esgrima, que terá por fim formar instructores destinados a dirigir nos corpos de infantaria a respectiva instrucção.

Officiaes em commissões

Art. 50.º Os officiaes em commissões são aquelles que, estando empregados em diversas especialidades do serviço do exercito, não fazem parte dos quadros das respectivas armas, mas têm direito a promoção na conformidade das leis que a regulam a par dos da mesma graduacão da arma a que pertencerem.

OE n.º 25

Pag 4

Decretos

5.º Tendo-se suscitado dvidas na execucao das leis de 23 de junho ultimas, Sua Magestade El-Rei manda declarar o seguinte:

- Que pela nova organizacão do exercito, deixaram de existir musicos de contracta.
- Que são considerados no quadro de musica, e me 2.º el os musicos que n'ella existam actualmente, com tanto que o seu numero não exceda a oito em cada companhia.

Aquartelamentos ordinarios dos corpos do exercito

Corpos		Localidades
Estado maior		Lisboa.
Engenharia		Lisboa.
	Estado maior	Lisboa.
	Regimento n.º 1	Lisboa.
Artilheria	" n.º 2	Elvas.
	" n.º 3	Porto.
	" n.º 4	Lisboa.
	Regimento n.º 1	Extremoz.
	" n.º 2	Belem.
	" n.º 3	Villa Viçosa.
Cavallaria	" n.º 4	Santarém.
	" n.º 5	Evora.
	" n.º 6	Chaves.
	" n.º 7	Bragança.
	" n.º 8	Castello Branco.
	Regimento n.º 1	Belem.
	" n.º 2	Lisboa.
	" n.º 3	Vianna.
	" n.º 4	Elvas.
	" n.º 5	Porto.
	" n.º 6	Penafiel.
	" n.º 7	Lisboa.
	" n.º 8	Braga.
	" n.º 9	Lamego.
Infanteria	" n.º 10	Lisboa.
	" n.º 11	Abrantes.
	" n.º 12	Guarda.
	" n.º 13	Chaves.
	" n.º 14	Vizeu.
	" n.º 15	Lagos.
	" n.º 16	Lisboa.
	" n.º 17	Beja.
	" n.º 18	Porto.
	Batalhão n.º 1	Setubal.
	" n.º 2	Lisboa.
	" n.º 3	Bragança.
	" n.º 4	Tavira.
	" n.º 5	Lisboa.
Caçadores	" n.º 6	Leiria.
	" n.º 7	Valença.
	" n.º 8	Elvas.
	" n.º 9	Porto.
	" n.º 10	Angra.
	" n.º 11	Ponta Delgada.
	" n.º 12	Funchal.

TABELLA N.º 1

Dos vencimentos dos officiaes, empregados civis com graduações militares e empregados menores da secretaria d'estado dos negocios da guerra de que trata a presente lei

Designação	Por mez		Forragens diarias
	Soldo ou ordenado	Gratificação	
	O da patente	A da patente	As correspondentes á patente.
Directores	Idem	Idem	Idem
Sendo official geral	Idem	Idem	Idem
Sendo coronel	Idem	Idem	Idem
Chefes de repartição	Idem	Idem	Idem
Sub-chefes de repartição	Idem	Idem	Idem
Ajudantes de campo do ministro	Idem	Idem	Idem
Adjuntos	Idem	Idem	Idem
Officiaes reformados empregados	Idem	Idem	Idem
Quartel mestre	Idem	Idem	Idem
EMPREGADOS CIVIS			
Repartição do gabinete e direcções	Sub-chefe da 2.ª direcção, com graduação de coronel	34,5000	30,5000
	Primeiros officiaes (Com graduação de tenente coronel)	48,5000	-5-
	Idem de major	45,5000	-5-
	Segundos officiaes, com a graduação de capitão	34,5000	10,5000
	Aspirantes (Com graduação de tenente)	32,5000	-5-
	Idem de alferes	30,5000	-5-
	Chefes de repartição	-5-	25,5000
	Sub-chefes de repartição	-5-	10,5000
	Archivistas	-5-	10,5000
	Commissarios de mostras	-5-	15,5000
	Pagador da 1.ª divisão militar	-5-	35,5000
	Idem de qualquer outra divisão militar	-5-	10,5000
	Encarregado de pagamentos nas ilhas da Madeira e Açores	-5-	10,5000
	Chefe de repartição, cirurgião em chefe	60,5000	30,5000
	Sub-chefes de repartição (Cirurgião de brigada)	-5-	25,5000
	Idem (Cirurgião maior)	-5-	20,5000
Repartição de saude	Facultativo veterinario (Sendo capitão)	Idem	10,5000
	Idem (Sendo subalterno)	Idem	5,5000
	Officiaes, graduação de capitão	24,5000	10,5000
	Aspirantes (Com graduação de tenente)	22,5000	-5-
	Idem de alferes	20,5000	-5-
Ajudante do procurador geral da corôa	Idem	40,5000	-5-
Empregados menores	Continuos (De 1.ª classe)	25,5000	-5-
	(De 2.ª classe)	20,5000	-5-
	Sorventes, praças de veteranos	-5-	Diaria 100

Paço da Ajuda, aos 23 de junho de 1864. — Duque de Loulé — José Gerardo Ferreira Passos — Joaquim Thomaz Lobo d'Arila — José da Silva Mendes Leal — João Chrysostomo da Abreu e Sousa.

PARA O SERVICO

DOS

CORPOS DO EXERCITO

APPROVADO

POR

DECRETO DE 21 DE NOVEMBRO DE 1866



BIBLIOTECA DO



N.º

Custo

Aumentado

1895-88

O. D. 1.09.01. fa. 1.41.06. Aa

ARQUIVO HISTORICO MILITAR
BIBLIOTECA

LISBOA

N.º 4013

IMPRESSA NACIONAL ENTRADO EM 1/3/78

4866

*do corpo do exercito de 23-3-1908,
nao difere desta, simplesmente repara
os desenhos da marcha de musica e
caracteristica dos outros musicos, mantendo
o contendo desses desenhos identicos, quase
integralmente*

compagnia ou
mandante d'ella

Art. 46.º O primeiro sargento de uma companhia ou bateria é responsável para com o commandante d'ella pela boa ordem, administração e escripturação da companhia ou bateria, executando as ordens que receber d'este, e vigiando que os seus subordinados cumpram quanto lhes incumbe.

§ 1.º Faz as chamadas em todas as formaturas a que tem de comparecer.

§ 2.º Assiste a todos os serviços particulares da companhia ou bateria, ou inspeciona a maneira por que se fizeram sob o mando do sargento de dia á companhia ou bateria.

§ 3.º Vigia na execução das ordens, detalhe do serviço e distribuição de generos á companhia ou bateria.

§ 4.º Apresenta ao seu commandante de companhia ou bateria as queixas e representações das praças de pret da mesma; todavia em casos especiaes, quando as praças pretenderem dirigi-las verbalmente, não as impedirá, antes as acompanhará á presença do referido commandante.

§ 5.º Procura conhecer das qualidades e aptidão das praças da companhia ou bateria, para informar o comandante d'ella quando seja necessario.

§ 6.º Prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam pedidos pelos officiaes da companhia ou bateria, concernentes ao serviço d'ella.

Dos segundos sargentos e furrieis

Art. 47.º Os segundos sargentos e furrieis têm por dever auxiliar o primeiro sargento no serviço de escripturação, e no de policia e regimen da companhia ou bateria, executando as ordens que d'elle recebam, e vigiar que os seus subordinados satisfaçam aos preceitos d'este regulamento, e dos outros em que lhes forem marcados deveres especiaes.

Dos cabos de esquadra

Art. 48.º Os cabos de esquadra são os primeiros responsáveis pela boa educação militar dos soldados, vigiando-os, admoestando-os e ensinando-os no cumprimento dos seus deveres. Devem ter exacto conhecimento das qualidades dos mesmos soldados, do numero e estado dos objectos que lhes tenham sido distribuidos, e de quanto hajam necessidade, para informar o commandante de divisão, o primeiro sargento e o commandante da companhia ou bateria.

Dos soldados

Art. 49.º No pontual cumprimento das ordens que receber dos seus superiores, se resumem os deveres geraes do soldado, achando-se sempre prompto á hora e no local que lhe for determinado, procurando familiarisar-se com os habitos militares, e ter conhecimento das suas attribuições expressas n'este regulamento e ordens concernentes ao serviço.

Dos músicos

Art. 50.º As praças que formam a musica do regimento ou batalhão são sujeitas ás companhias a que pertencerem, pelo que respeita a administração, recebendo dos commandantes d'ellas todos os vencimentos; e pelo que respeita á policia, regimen e instrucção, são immediatamente subordinadas ao mestre de musica, ou áquelle musico que fizer suas vezes.

Art. 51.º Compete ao mestre da musica:

§ 1.º O ensino e direcção dos musicos nos ensaios, e em toda a occasião em que devam tocar.

§ 2.º Vigiar pelo asseio individual e comportamento dos músicos, assim como pela conservação dos uniformes, armamento, equipamento e instrumentos que lhes forem distribuídos, dando parte ao major das faltas que encontrar.

(a) § 3.º Acompanhar a música em todas as ocasiões

Actas da 1.^a Sess. 9.ª jul. 1872 = Consta da g.^a em alg.^o corpos desta divisa
setem offendida duvida, se os mestres das musicas são ou não obrigados
a acompanhar a banda g.^a chamadas g.^a contranção, parte de lra.
f. 1.^a 2.^a 3.^a 4.^a 5.^a 6.^a 7.^a 8.^a 9.^a 10.^a 11.^a 12.^a 13.^a 14.^a 15.^a 16.^a 17.^a 18.^a 19.^a 20.^a 21.^a 22.^a 23.^a 24.^a 25.^a 26.^a 27.^a 28.^a 29.^a 30.^a 31.^a 32.^a 33.^a 34.^a 35.^a 36.^a 37.^a 38.^a 39.^a 40.^a 41.^a 42.^a 43.^a 44.^a 45.^a 46.^a 47.^a 48.^a 49.^a 50.^a 51.^a 52.^a 53.^a 54.^a 55.^a 56.^a 57.^a 58.^a 59.^a 60.^a 61.^a 62.^a 63.^a 64.^a 65.^a 66.^a 67.^a 68.^a 69.^a 70.^a 71.^a 72.^a 73.^a 74.^a 75.^a 76.^a 77.^a 78.^a 79.^a 80.^a 81.^a 82.^a 83.^a 84.^a 85.^a 86.^a 87.^a 88.^a 89.^a 90.^a 91.^a 92.^a 93.^a 94.^a 95.^a 96.^a 97.^a 98.^a 99.^a 100.^a 101.^a 102.^a 103.^a 104.^a 105.^a 106.^a 107.^a 108.^a 109.^a 110.^a 111.^a 112.^a 113.^a 114.^a 115.^a 116.^a 117.^a 118.^a 119.^a 120.^a 121.^a 122.^a 123.^a 124.^a 125.^a 126.^a 127.^a 128.^a 129.^a 130.^a 131.^a 132.^a 133.^a 134.^a 135.^a 136.^a 137.^a 138.^a 139.^a 140.^a 141.^a 142.^a 143.^a 144.^a 145.^a 146.^a 147.^a 148.^a 149.^a 150.^a 151.^a 152.^a 153.^a 154.^a 155.^a 156.^a 157.^a 158.^a 159.^a 160.^a 161.^a 162.^a 163.^a 164.^a 165.^a 166.^a 167.^a 168.^a 169.^a 170.^a 171.^a 172.^a 173.^a 174.^a 175.^a 176.^a 177.^a 178.^a 179.^a 180.^a 181.^a 182.^a 183.^a 184.^a 185.^a 186.^a 187.^a 188.^a 189.^a 190.^a 191.^a 192.^a 193.^a 194.^a 195.^a 196.^a 197.^a 198.^a 199.^a 200.^a 201.^a 202.^a 203.^a 204.^a 205.^a 206.^a 207.^a 208.^a 209.^a 210.^a 211.^a 212.^a 213.^a 214.^a 215.^a 216.^a 217.^a 218.^a 219.^a 220.^a 221.^a 222.^a 223.^a 224.^a 225.^a 226.^a 227.^a 228.^a 229.^a 230.^a 231.^a 232.^a 233.^a 234.^a 235.^a 236.^a 237.^a 238.^a 239.^a 240.^a 241.^a 242.^a 243.^a 244.^a 245.^a 246.^a 247.^a 248.^a 249.^a 250.^a 251.^a 252.^a 253.^a 254.^a 255.^a 256.^a 257.^a 258.^a 259.^a 260.^a 261.^a 262.^a 263.^a 264.^a 265.^a 266.^a 267.^a 268.^a 269.^a 270.^a 271.^a 272.^a 273.^a 274.^a 275.^a 276.^a 277.^a 278.^a 279.^a 280.^a 281.^a 282.^a 283.^a 284.^a 285.^a 286.^a 287.^a 288.^a 289.^a 290.^a 291.^a 292.^a 293.^a 294.^a 295.^a 296.^a 297.^a 298.^a 299.^a 300.^a 301.^a 302.^a 303.^a 304.^a 305.^a 306.^a 307.^a 308.^a 309.^a 310.^a 311.^a 312.^a 313.^a 314.^a 315.^a 316.^a 317.^a 318.^a 319.^a 320.^a 321.^a 322.^a 323.^a 324.^a 325.^a 326.^a 327.^a 328.^a 329.^a 330.^a 331.^a 332.^a 333.^a 334.^a 335.^a 336.^a 337.^a 338.^a 339.^a 340.^a 341.^a 342.^a 343.^a 344.^a 345.^a 346.^a 347.^a 348.^a 349.^a 350.^a 351.^a 352.^a 353.^a 354.^a 355.^a 356.^a 357.^a 358.^a 359.^a 360.^a 361.^a 362.^a 363.^a 364.^a 365.^a 366.^a 367.^a 368.^a 369.^a 370.^a 371.^a 372.^a 373.^a 374.^a 375.^a 376.^a 377.^a 378.^a 379.^a 380.^a 381.^a 382.^a 383.^a 384.^a 385.^a 386.^a 387.^a 388.^a 389.^a 390.^a 391.^a 392.^a 393.^a 394.^a 395.^a 396.^a 397.^a 398.^a 399.^a 400.^a 401.^a 402.^a 403.^a 404.^a 405.^a 406.^a 407.^a 408.^a 409.^a 410.^a

de serviço, e mesmo n'aquellas a que a banda for chamada por contrato particular. N'este segundo caso, o mestre dará sempre parte ao major sobre a maneira por que os músicos se comportaram.

§ 4.º Fazer a redução de partituras, se estas lhe forem dadas, e extrahir-lhes as partes cãvas; compor ou apresentar um repertorio variado de peças de harmonia, marchas graves, passos ordinarios e outras composições menores. Em cada mez deve ensaiar, pelo menos, uma peça de harmonia, dois passos ordinarios e duas outras composições ligeiras.

§ 5.º Propor ao commandante, por intermedio do major, aquellas praças que podem ser músicos de 3.ª classe, de pancada ou empregados na banda.

Art. 52.º O contramestre da musica tem a seu cargo o ensino dos músicos de 3.ª classe, e dos soldados empregados na musica, emquanto estes não são admittidos a tocar na banda; deve auxiliar o mestre, tanto nos ensaios, como na manutenção da policia e regimen; e na ausencia ou impedimento do mestre, exerce todas as attribuições d'este. Compete-lhe a nomeação dos músicos para o serviço privativo da banda.

Art. 53.º As bandas militares não podem acompanhar cyrios, collocação de bandeiras, peditorios, nem mesmo tocar em arraiaes e feiras, salvo se o fizerem em co-reto.

Art. 54.º Não é permittido a qualquer músico, ou a alguns d'elles, irem augmentar e acompanhar philarmônicas intituladas, «de guerrilhas», e com estas praticar o que lhe é vedado pelo artigo antecedente.

Art. 55.º Os músicos dos corpos poderão exercer a sua arte nas orquestras de theatro, ou nas festividades de igreja, mas não lhe é consentido substituir o seu uniforme pelo de quaesquer associações, que com diversos titulos costumam apparecer em festejos de outro genero.

Art. 56.º Todos os músicos são responsaveis pelo damno e mesmo pelo estrago anticipado do seu instrumento, quando d'elle se servem no seu interesse particular.

Dos artifices

Art. 57.º O coronheiro, espingardeiro, selleiro, correeiro, serralheiro, ferreiro e carpinteiro de reparos, cada um na sua especialidade, é responsavel pelas officinas que tenha recebido, e pela perfeição dos trabalhos mandados executar; para o cumprimento d'elles sómente receberá ordem do major ou quem suas vezes fizer no corpo. Da mesma sorte cumprirá a ordem dada pelo commandante de qualquer força destacada, se com esta se achar.

Dos ferradores

Art. 58.º Os ferradores de cada bateria ou companhia têm por primeiros deveres a ferragem dos cavallos ou muares e as outras operações annexas ao seu officio.

§ 1.º Os ferradores estão immediatamente dependentes do facultativo veterinario, em tudo que diz respeito ao curativo e applicação de medicamentos aos cavallos e muares, ou seja nas cavallariças, quer seja na enfermaria, ou ainda mesmo no campo e estrada; no resto dependem, como qualquer outro soldado, dos seus outros superiores.

§ 2.º Acompanham a sua companhia ou bateria em todas as montadas, e conduzem sempre consigo os ferros necessarios para ferrar em qualquer occasião e logar.

§ 3.º Visitam logo de manhã cedo todos os cavallos e muares, e informam-se das guardas de cavallariça de todas as circumstancias que podem ter influido na saude dos animaes, para as relatar ao facultativo veterinario.

§ 4.º Devem ensinar a pratica da sua arte aos aprendizes de ferrador que lhes forem entregues para este fim.

(a) Dos tambores, corneteiros e clarins ^(vi.) _(vi.)

Art. 59.º O tambor mór, corneteiro mór ou clarim mór tem a seu cargo o ensino dos tambores, corneteiros ou clarins, sendo coadjuvado pelo cabo da respectiva classe; e é responsavel pelo bom atavio d'elles quando se apresentam em formatura, pela regularidade e exactidão dos

(Ord. de 17 de 1873 - Atendem clarim, corneteiros tambores ou ferradores para dar parte ao major sobre a maneira por que os músicos se comportaram, se não por determinação do chefe da guarnição, baseada em segurança e interesse da guarnição e informado, ou em forma posta também fundamentada do chefe do corpo)

entendido e faça executar. Paço, em 11 de março de 1870.
= REI. = Joaquim Thomás Lobo d'Avila.

Regulamento para as bandas de musica dos regimentos de infantaria e batalhões de caçadores do exercito

Artigo 1.º As bandas de musica dos regimentos de infantaria e batalhões de caçadores serão compostas de instrumentos sopranos, contraltos, tenores, baritonos, baixos e contra-baixos, e bem assim dos de pancada.

Art. 2.º As bandas de musica terão o seguinte pessoal:

Mestre de musica com a consideração de sargento ajudante	1
Contramestre com a consideração de sargento quartel mestre	1
Musicos de 1.ª classe com a consideração de primeiros sargentos	3
Musicos de 2.ª classe com a consideração de segundos sargentos	4
Musicos de 3.ª classe com a consideração de furrieis..	8
Musicos de pancada com a consideração de tambores ou corneteiros	4

§ 1.º Estas equiparações não lhes dão direito a commando de quaesquer forças, mas servem para regular os vencimentos correspondentes ás mesmas quando forem reformados.

§ 2.º Quando devam ser castigados, applicar-se-lhes-hão as penas correspondentes á consideração de graduação que tiverem.

Art. 3.º Os instrumentos correspondentes ás vozes que representam, e numero que entra na composição de uma banda de musica, são:

Instrumentos		Vozes que representam
Numeros	Nomes	
1	Requinta.....	Sopranos.
1	Flautim (ou flauta 3.ª)	
5	Clarinetes	
3	Cornetins (ou 2 cornetins e 1 fliscorni) ..	Contraltos.
2	Sax-trompas.	Tenores.
2	Trombones	
2	Bombardinos (baixo e barytono).....	Barytono ou baixo.
2	Contra-baixos.	

tuor-cantante empregar-se-hão:

Requinta — Soprano.
Clarinete — Contralto.
Cornetim (ou fliscorni) — Tenor.
Bombardino — Barytono ou baixo.

Estes instrumentos serão tocados pelo contramestre e musicos de 1.ª classe.

§ 2.º Os musicos de 2.ª classe tocarão os seguintes instrumentos:

1.º Clarinete.
Cornetim.
Trombone.
Contra-baixo — Sax-horn-baixo.

§ 3.º Os musicos de 3.ª classe e aprendizes tocarão os restantes instrumentos.

§ 4.º O mestre da musica tocará o instrumento que julgar mais adequado, cumprindo-lhe principalmente a regencia e boa direcção da musica; esta circumstancia não o inibe de poder desempenhar em determinadas occasiões uma parte a solo.

Art. 4.º Os musicos de 3.ª classe e de pancada serão nomeados pelo commandante do corpo, sob proposta do mestre de musica, entre as praças de soldado, tambor ou corneteiro, que mostrarem disposição para os ditos logares. Os soldados que forem escolhidos para musicos de pancada passam á classe de corneteiros ou tambores.

§ 1.º Os menores desde a idade dos doze annos e com qualquer altura podem ser admittidos como musicos de 3.ª classe, alistando-se como taes, uma vez que saibam ler e escrever, e mostrem ter alguns conhecimentos de musica, disposição para a arte, e possuam as noções ou principios na applicação a qualquer instrumento.

§ 2.º Podem ser considerados aprendizes de musica, e como taes dispensados do serviço de escala, quatro soldados em cada corpo, comprehendendo-se n'este numero os que podem ser alistados como taes, e com o encargo marcado no ultimo periodo do artigo 4.º da carta de lei de 27 de julho de 1855.

Art. 5.º O preenchimento dos logares vagos de musicos de 2.ª e 1.ª classes será feito por concurso, e designadamente para o instrumento de que houver vacatura.

Art. 6.º Os concursos serão annunciados na ordem do exercito.

regras:

1.^a O jury será composto de um official superior, como presidente, e de tres mestres de musica, todos dos corpos da capital, nomeado, o primeiro, pelo commandante da divisão, e tirados á sorte os tres examinadores de entre todos os mestres dos corpos da guarnição de Lisboa e Belem.

2.^a O ultimo dos tres examinadores servirá de supplente, para o caso de impedimento dos effectivos, ou para quando algum dos concorrentes pertencer á banda de um dos examinadores.

3.^a Só podem concorrer aquelles musicos de 3.^a classe e os de 2.^a que tocarem o instrumento para que se tiver annuciado concurso e que forem considerados pelos respectivos mestres nas circumstancias de comparecerem, e os musicos da classe civil, devidamente habilitados, que do mesmo modo tocarem o instrumento designado.

4.^a O exame versará sobre a melhor execução no instrumento para que for aberto concurso; aquelles porém que se propozerem para a 1.^a classe, deverão executar uma primeira parte, sobre peça á sua escolha, e sobre outra que lhe seja apresentada pelo jury: este procederá á classificação em vista das provas, dando valores numericos entre 0 e 20; os que não obtiverem valores superiores a 10 ficam excluidos n'este concurso de accesso á classe para que se propunham.

5.^a O logar ou logares a preencher serão dados áquelle ou áquelles que obtiveram maior numero de valores na classificação; em igualdade de valores prefere o mais antigo em praça, em igualdade d'esta o mais velho em idade, e na concorrência de individuos da classe militar com os da civil, preferem os primeiros.

6.^a Preenchidas as vacaturas por este modo, todos os outros classificados entrarão successivamente nas vagas que se produzirem, segundo o instrumento que tocarem e para que se acham habilitados. O mesmo individuo póde habilitar-se para a execução de mais de um instrumento, concorrendo na occasião em que se derem provas.

Art. 8.^o Os logares vagos de contramestres serão providos em musicos de 1.^a classe, approvados pelo conservatorio, segundo a classificação que tenham obtido.

Art. 9.^o Os logares de mestres de musica serão providos em contramestres que, alem do seu merito artistico, provado por titulo de capacidade passado no conservatorio,

empenho de seus deveres, demonstrado por attestado do commandante do corpo em que servirem ou tiverem servido.

Art. 10.^o Os exames no conservatorio terão logar todos os annos no mez que for designado, sendo o jury composto do professor da aula de harmonia e contra-ponto, que servirá de presidente, de mais dois professores tirados á sorte, e bem assim de dois mestres das bandas de musica dos corpos da capital, igualmente tirados á sorte.

§ 1.^o Os candidatos requererão com a precisa anticipação, por via dos commandantes dos corpos, licença para se apresentarem a exame, juntando attestados de bom comportamento e sanidade, e quaesquer documentos abonatorios sobre capacidade artistica.

§ 2.^o O parecer do jury, com a classificação dos musicos approvados ~~para a 1.^a classe~~ para contramestres, será remettido á 2.^a repartição da direcção geral da secretaria da guerra; e os titulos de capacidade serão conferidos aos contramestres que forem julgados aptos para mestres, apresentando os interessados, na referida repartição, publica fórma dos mesmos titulos.

Art. 11.^o Os exames constarão, para mestres de musica, das regras de harmonia, da execução de uma peça de musica a solo que a sorte designar, da redução de uma partitura de orchestra para uma banda de musica militar, do ensaio de uma banda de musica, e finalmente do conhecimento das escalas dos instrumentos de que se deve compor uma banda de musica militar.

Para contramestre o exame versará na execução de uma primeira parte no seu instrumento, que a sorte designar, saber ensaiar e ter conhecimento das escalas dos instrumentos de que se deve compor uma banda de musica militar, especialmente dos que compõem o quarteto, sendo apto na execução de qualquer d'elles.

Art. 12.^o No resultado d'estes exames, em igualdade de classificação, prefere o mais antigo em praça, e em igualdade d'esta o mais velho em idade, sendo tambem motivo de preferencia na classificação a maior copia de habilitações artisticas.

Art. 13.^o Os musicos servem effectivamente por oito annos sem a obrigação do serviço na reserva, se pela natureza da praça não tiverem de servir mais.

§ 1.^o Os soldados porém que forem considerados aprendizes de musica, que não tenham sido admittidos no qua-

dro da 3.^a classe, servirão o tempo que competir, segundo a natureza da praça.

§ 2.º Do mesmo modo o soldado que passar a corneteiro ou tambor, para servir como musico de pancada, o tempo de serviço será conforme a natureza da sua praça.

Art. 14.º O mestre, contramestre e musicos de 1.^a, 2.^a e 3.^a classes poderão, requerendo, continuar a servir por mais tres annos effectivamente, sem que por isso tenham alteração em seus vencimentos, podendo esta readmissão repetir-se por mais triennios, se gosarem da saude e robustez exigidas.

Art. 15.º O mestre, contramestre e musicos de 1.^a classe tocará cada um em instrumento seu, podendo, quando o não tenham, serem-lhes vendidos por conta do conselho administrativo, indemnizando-se este por deducções rasoaveis nos vencimentos dos musicos para quem se fez a aquisição.

§ unico. Os instrumentos para uso dos mais musicos são propriedade dos corpos, comprados e mantidos pelos conselhos administrativos, e segundo a designação feita no artigo 3.º

Art. 16.º Todas as praças que compõem as bandas de musica serão consideradas no quadro do estado menor, á excepção dos musicos de pancada e dos soldados aprendizes de musica.

Art. 17.º Compete aos musicos, alem do vencimento marcado na tabella n.º 3 annexa ao plano de reforma na organização da secretaria da guerra e na do exercito de 23 de junho de 1864, o fardamento, pão, etape e gratificações concedidas ás mais praças de pret e nas mesmas circunstancias que o forem a estas, e bem assim quaesquer gratificações que pelo seu serviço artistico lhes possam ser dadas particular ou collectivamente. Os mestres e contramestres, quando doentes no hospital militar, soffrerão a deducção de metade do pret, que com o equivalente de pão se abonará a favor do hospital.

Art. 18.º Ao mestre da musica compete a redução das partituras, ensaio das respectivas musicas, inspecção os instrumentos do corpo distribuidos aos musicos, e finalmente dar parte aos seus superiores das faltas que commetterem os musicos no desempenho de suas funcções, e na conformidade dos regulamentos.

Art. 19.º Ao contramestre compete na ausencia do mestre exercer as funcções d'este, ensinar por meio de lições regulares os musicos de 3.^a classe e aprendizes, e finalmente coadjuvar em tudo o mestre.

Art. 20.º O mestre, contramestre e musicos de 1.^a classe são dispensados do deposito em cofre exigido para o fardamento.

Art. 21.º Os uniformes dos musicos são os determinados no respectivo plano.

Art. 22.º Os musicos são obrigados a conservar em bom estado os instrumentos que se lhes distribuirem, e a entregalos quando tenham destino para fóra do corpo: a ruina proveniente de falta de zêlo será reparada por conta de quem a occasionou, e o extravio com a importancia do instrumento novo que substituir o extraviado.

Art. 23.º Os musicos têm direito ás recompensas devidas ás mais praças de pret do exercito.

Art. 24.º Destinar-se-ha nos quartéis dos corpos, quando a sua capacidade o permittir, um alojamento em separado para os respectivos musicos.

Art. 25.º Os musicos não poderão reunir-se para tocar fóra do serviço sem licença do commandante da divisão, ou governador da praça, quando na localidade houver estas auctoridades, sendo a licença solicitada pelo commandante do corpo, que informará o que se lhe offerecer sobre tal pedido.

Art. 26.º Sempre que os musicos houverem de tocar isolada ou collectivamente, em quaesquer actos estranhos ao serviço militar, ser-lhes-ha concedida licença para trajarem á paizana, devendo comtudo solicita-la do respectivo commandante do corpo.

Secretaria d'estado dos negocios da guerra, em 11 de março de 1870. = *Joaquim Thomás Lobo d'Avila.*

Secretaria d'estado dos negocios da guerra — Direcção geral — 1.^a Repartição. — Tendo o alferes de infantaria, Joaquim José de Sousa Figueiredo, despachado para o ultramar nos termos da circular de 21 de maio de 1862, chegado á altura competente para dever ser promovido ao referido posto no exercito de Portugal: hei por bem determinar que seja considerado alferes do mencionado exercito desde a data do presente decreto, devendo comtudo concluir o tempo que, segundo as disposições do decreto de 10 de setembro de 1846, é obrigado a servir no ultramar.

O ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, e interino dos negocios da guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 15 de março de 1870. = REI. = *Joaquim Thomás Lobo d'Avila.*

Regimento de infantaria n.º 14
Luiz de Barros, soldado n.º 72 da 3.ª companhia, condemnado na pena de tres mezes de rigorosa prisão em praça de guerra, pelo crime de falta de respeito a uma sentinella, resistindo-lhe, e a um seu superior.

8.º—Licenças concedidas por motivo de molestia aos officiaes abaixo mencionados:

Em sessão de 18 de abril ultimo:

Batalhão de caçadores n.º 5
Alferes, Guilherme José da Guerra, trinta dias para se tratar.

Em sessão de 12 do mesmo mez:

Reformado
Cirurgião em chefe, Luiz Albino Gonçalves, quarenta dias para uso das caldas da Rainha na sua origem.

Em sessão de 2 do corrente mez:

Regimento de artilheria n.º 3
Tenente coronel, João de Sá Pereira Sampaio Osorio e Brito, quarenta dias para se tratar.

Batalhão n.º 2 de caçadores da Rainha
Tenente, Augusto Possollo de Sousa, trinta dias para se tratar.
Alferes, Gil Augusto Simões de Campos, trinta dias para se tratar.

Regimento de infantaria n.º 2
Tenente coronel, Vicente José Borges de Medeiros, trinta dias para se tratar.

Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme.

O director geral,

SECRETARIA D'ESTADO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

28 DE MAIO DE 1872

ORDEM DO EXERCITO

Publica-se ao exercito o seguinte:

Decreto

Secretaria d'estado dos negocios da guerra—Direcção geral—2.ª Repartição

Sendo provada a necessidade de alterar o regulamento de 11 de março de 1870, que, na conformidade do § unico do artigo 46.º da carta de lei de 23 de junho de 1864, rege a classificação e accesso dos musicos militares do exercito, e a organização das bandas dos corpos de caçadores e infantaria: hei por bem approvar o regulamento que baixa n'esta data assignado pelo presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda e interino dos da guerra.

O mesmo presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 23 de maio de 1872.—REI.—*Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Regulamento para a classificação, accesso, direitos e deveres dos musicos militares do exercito, e para a organização das bandas de musica dos corpos de caçadores e infantaria

Artigo 1.º A hierarchia dos musicos militares do exercito será a seguinte:

Mestre de musica.
Contra-mestre de musica.
Musico de 1.ª classe.
Musico de 2.ª classe.
Musico de 3.ª classe.
Aprendiz de musica.
Musico de pancada.

§ unico. Para os castigos, alojamentos, rações, comedorias, gratificações, recompensas e reformas serão equiparados:

Os mestres de musica aos sargentos ajudantes.
Os contra-mestres a sargentos quarteis-mestres.
Os musicos de 1.ª classe a primeiros sargentos.

Os musicos de 2.^a classe a segundos sargentos.
 Os musicos de 3.^a classe a furrieis.
 Os aprendizes de musica aos cabos.
 Os musicos de pancada aos soldados.
 Art. 2.^o O pessoal de cada banda de musica de um corpo de caçadores ou de infantaria constará de:

Mestre de musica	1
Contra-mestre	1
Musicos de 1. ^a classe	3
Ditos de 2. ^a classe	4
Ditos de 3. ^a classe	8
Aprendizes de musica	6
Musicos de pancada	4

Art. 3.^o O instrumental das bandas constará de requintadas de clarinete, clarinetes, flautins, flautas, cornetins, cornetas, sax-trompas ou trompas, trombones, barytonos ou bombardinos, baixos, contra-baixos, bombos, pratos, caixas de rufo e caixas fortes.

§ 1.^o Cada banda será formada pelos seguintes instrumentos:

Requinta	1
Flautim	1
Clarinetes	6
Cornetins e cornetas	4
Sax-trompas ou trompas	2
Trombones	3
Barytonos ou bombardinos	2
Baixos	1
Contra-baixos	2
Bombo	1
Caixa de rufo	1
Caixa forte	1
Pratos (pares)	1

§ 2.^o A requinta, o clarinete principal, a primeira corneta ou cornetim, e o primeiro barytono ou bombardino serão tocados pelo contra-mestre e pelos tres musicos de 1.^a classe; os outros instrumentos de sopro pelos musicos de 2.^a e 3.^a classe e pelos aprendizes.

§ 3.^o Os mestres tocarão os instrumentos em que forem mais habéis, ou que mais convierem á organização instrumental de cada banda.

Art. 4.^o Os musicos de pancada serão nomeados pelos commandantes dos corpos, sobre propostas dos mestres de musica, contados no numero dos corneteiros ou tambores

em tempo de paz, e abonados de todos os vencimentos como taes.

Art. 5.^o Aprendizes de musica serão os mancebos alistados com esta classificação, nos termos da lei vigente, e terão praça e vencimentos como soldados.

§ 1.^o Quando os mancebos, de que trata este artigo, não bastarem para o preenchimento do quadro dos aprendizes de algum corpo, poderão passar a esta classe soldados que possuam alguns conhecimentos musicos, ou mostrem vocação musical, sejam propostos pelo mestre da banda e aprovados em leitura e escripta correntes e nas quatro operações arithmeticas com numeros inteiros, por um jury composto de um capitão e um official subalterno nomeados pelo commandante, e do director da escola regimental.

Estes aprendizes conservarão a natureza do seu alistamento, e terão a praça e os vencimentos de soldados.

§ 2.^o O soldado que pretender passar a aprendiz de musica, e se achar nas condições exigidas pelo § antecedente, deverá assim require-lo a Sua Magestade, declarando no requerimento obrigar-se a servir effectivamente por tres annos, contados da data da sua passagem a musico de 3.^a classe, se assim convier ao serviço, e caso pela natureza do seu alistamento não esteja obrigado a servir mais tempo. O requerimento será remettido pelas vias competentes ao ministerio da guerra, acompanhado das necessarias informações.

§ 3.^o A qualidade de soldado aprendiz de musica será averbada na casa das notas biographicas do livro de matricula.

§ 4.^o Os aprendizes de musica poderão mudar de instrumentos por deliberação dos mestres das respectivas bandas, contanto que em cada uma d'ellas haja os executantes em musicos e aprendizes correspondentes aos instrumentos designados no § 1.^o do artigo 3.^o

§ 5.^o Quando algum aprendiz de musica mostrar verdadeira inhabilidade artistica, o mestre da banda dará d'este facto parte circumstanciada; e sendo ella provada perante um conselho de investigação, o commandante do corpo ordenará, se o aprendiz tiver sido alistado como tal nos termos da lei, que passe a soldado, corneteiro ou tambor, segundo a sua idade, altura e disposições physicas e moraes, e se tiver passado de soldado, que regresse a esta classe. Em um e outro caso ficarão sujeitos ás obrigações de serviço effectivo impostas pelas naturezas dos seus alistamentos.

Art. 6.^o As promoções a musicos de 3.^a, 2.^a e 1.^a classes serão gradativas e effectuadas por concurso dentro do qua-

do de cada banda, as promoções a contra-mestre serão feitas por concurso entre todos os músicos militares de 1.^a classe de todo o exercito, e a mestres também por concurso entre todos os contra-mestres de musica militares do exercito.

§ 1.^o Os concursos para músicos de 1.^a classe serão feitos nos instrumentos de que houver vacatura, segundo o disposto no § 2.^o do artigo 3.^o, e serão a elles admittidos os músicos de 2.^a classe que se julgarem habilitados nos ditos instrumentos, embora nas bandas toquem outros.

§ 2.^o As vacaturas de 2.^a e 3.^a classes serão preenchidas por concurso entre os músicos das classes immediatamente inferiores, e sem distincção de instrumentos.

§ 3.^o Os contra-mestres e os músicos de 1.^a classe não poderão mudar dos instrumentos, em que forem examinados, para outros.

§ 4.^o As passagens dos músicos de 2.^a e 3.^a classes de um instrumento para outro serão feitas por propostas dos mestres das respectivas musicas e ordem dos commandantes dos corpos, com a condição porém de que em cada banda haja o numero de executantes correspondente aos instrumentos designados no § 1.^o do artigo 3.^o

§ 5.^o Pelo ministerio da guerra poderão ser concedidas ou ordenadas passagens de corpos aos aprendizes de musica, músicos, contra-mestres ou mestres de musica, quando assim convier ao serviço.

Art. 7.^o Os exames de concurso para o preenchimento das vacaturas de músicos de 3.^a, 2.^a e 1.^a classes, serão feitos em cada corpo perante um jury composto do tenente coronel, ou do official que suas vezes fizer, como presidente; de um official, nomeado por escolha do commandante, preferindo um dos que tiverem conhecimentos musicaes, ou que mais capacidade possua para julgar as provas dadas pelos examinandos; do mestre da musica, do contra-mestre e de um músico de 1.^a classe tirado á sorte por occasião de cada concurso.

§ 1.^o Os parentes ou affins dos examinandos não poderão fazer parte dos juries.

§ 2.^o Quando succeda não haver mestre, contra-mestre ou músicos de 1.^a classe, ou não podérem fazer parte do jury, o general commandante da divisão mandará supprir esta falta por individuos de outras bandas, que tenham iguaes categorias.

§ 3.^o A designação das vacaturas a preencher será annunciada em ordem regimental quinze dias antes do concurso, e a nomeação do jury publicada em ordem também regimental na vespera do dia, em que houver de ter lugar

o dito concurso; fixando-se por essa occasião a hora em que dever começar.

§ 4.^o Serão interrogantes obrigados: o mestre, o contra-mestre e o músico de 1.^a classe; porém o presidente e o official vogal do jury poderão, querendo, dirigir aos examinandos as perguntas que julgarem necessarias para formarem juizo completo da sua aptidão.

§ 5.^o Os exames de concurso serão publicos.

Art. 8.^o Cada exame constará de uma parte theorica e de outra pratica.

§ 1.^o As provas exigiveis serão:

Para músico de 3.^a classe:

Parte theorica—Rudimentos de musica pelo compendio usado no conservatorio real de Lisboa, e na parte que diz respeito ao 1.^o anno do curso.

Parte pratica:

1.^o Leitura rythmica facil na clave de sol ou de fa, segundo o instrumento que tocar. A cada examinando será concedida meia hora para estudar esta leitura.

2.^o Execução das escalas diatonicas que lhe forem exigidas.

3.^o Execução da parte que lhe competir em uma peça de musica para banda, sendo o numero de instrumentos, que tocarem juntamente, o mais resumido possivel, para o jury poder avaliar a aptidão do examinando. Este não deverá ter conhecimento antecipado da parte que ha de executar, mas ser-lhe-ha concedida meia hora para a estudar.

4.^o Execução de algum estudo á sua escolha.

5.^o Cavar partes de uma partitura.

Para músico de 2.^a classe:

Parte theorica—Rudimentos de musica pelo compendio usado no conservatorio real de Lisboa, e na parte que diz respeito ao 2.^o anno do curso.

Parte pratica:

1.^o Leitura rythmica de difficuldade media na clave de sol ou de fa, segundo o instrumento que tocar.

2.^o Execução das escalas diatonicas e chromaticas que lhe forem exigidas.

3.^o Execução da parte que lhe competir em uma peça de musica para banda, sendo o numero de instrumentos, que tocarem juntamente, o mais resumido possivel, para o jury poder avaliar a aptidão do examinando. Este não deverá ter conhecimento antecipado da parte que ha de executar; mas ser-lhe-ha concedido um quarto de hora para a estudar.

4.^o Execução de alguma peça de musica, á sua escolha, com acompanhamento de banda.

5.º Cavar partes de uma partitura.

Para musico de 1.ª classe:

Parte theorica — Rudimentos de musica pelo compendio usado no conservatorio real de Lisboa, e na parte respectiva ao 3.º anno do curso.

Parte pratica:

1.º Execução de uma parte obrigada para o instrumento em que se fizer o concurso, com acompanhamento de banda. A parte deverá não ser conhecida do examinando, e será a este concedido um quarto de hora para a ver.

2.º Execução de uma peça a solo, á escolha do examinando, e com acompanhamento de banda. Esta peça deve ter pelo menos dois andamentos — um vagaroso, outro apressado, para o jury poder avaliar a escola e execução do examinando.

§ 2.º As peças escolhidas pelos candidatos ás vacaturas de 2.ª e 1.ª classes serão com antecedencia apresentadas ao mestre de musica, a fim de serem ensaiadas.

§ 3.º Para a escolha de cada parte cavada que o jury houver de apresentar a cada examinando, cada examinador obrigado proporá uma; serão numeradas de 1 a 3, e a sorte designará a que deve ser executada. Os examinadores combinarão a escolha das partes de modo que todas sejam, no mesmo concurso, e quanto possivel, de igual difficuldade.

§ 4.º Terminadas as provas publicas, o jury reunir-se-ha em sessão secreta; e, avaliando essas provas e o comportamento dos examinandos pelos registos disciplinares, que lhe serão presentes, procederá á votação por valores de 0 a 20. A media dos valores obtidos por cada um dará o numero da sua classificação. Em igualdade de numero de classificação preferirá o mais antigo no serviço, e, em igualdade d'este, o mais velho. O que só obtiver um numero de classificação inferior a 10 não poderá ser promovido.

§ 5.º Approvando o commandante o resultado do concurso, será a promoção feita pelos classificados em primeiro lugar, e publicada em ordem regimental: não a approvando submeterá as rasões da sua duvida á apreciação do ministerio da guerra, que resolverá esta, ou mandará proceder a novo concurso em outro corpo, se assim julgar conveniente.

Art. 9.º Quando em algum corpo não houver aprendiz de musica ou musico habilitado para preencher alguma vacatura de 3.ª, 2.ª ou 1.ª classe, o ministerio da guerra poderá permittir que aprendizes ou musicos de outros corpos sejam admittidos ao concurso, ou auctorisar o alistamento

na classe em que houver a vacatura a qualquer individuo paizano, que, segundo a lei então vigente, possa assentar praça de soldado como voluntario, uma vez que satisfaça ás exigencias prescriptas por essa lei para o dito assentamento de praça, que obtenha a approvação na fórma determinada no artigo antecedente, e que por uma declaração feita n'um tabellião de notas se obrigue a servir effectivamente durante oito annos.

Art. 10.º Os logares vagos de contra-mestres serão preenchidos por concurso, a que só serão admittidos os musicos de 1.ª classe; e as de mestre tambem por concurso, a que só serão admittidos os contra-mestres.

§ 1.º Serão condições de admissibilidade a estes concursos: a aptidão physica attestada pelos dois cirurgiões do corpo ou pelo que estiver presente; o bom comportamento moral, civil e militar, provado pelo registo disciplinar e pela informação do commandante do corpo.

§ 2.º Estes concursos terão logar uma vez por anno no conservatorio real de Lisboa, e em epocha que será com a necessaria antecedencia annunciada em ordem do exercito, e este annuncio transcripto immediatamente nas ordens regimentaes.

§ 3.º Os individuos que pretenderem tomar parte nos concursos deverão dentro de tres dias, contados da transcripção do annuncio na ordem regimental, requerer a Sua Magestade licença para serem a elles admittidos; e os commandantes dos corpos remetterão logo, pelas vias competentes, os requerimentos instruidos com o attestado dos cirurgiões, a nota de assentamentos, a sua informação especial, e quaesquer documentos de habilitações que os requerentes queiram juntar-lhes; e os que em vista d'estas informações e documentos forem admittidos, serão pelo ministerio da guerra mandados marchar em tempo conveniente para Lisboa.

§ 4.º Uma relação duplicada dos candidatos admittidos, acompanhada dos respectivos requerimentos, informações e documentos será pelo ministerio da guerra enviada ao director do conservatorio real de Lisboa, para ser presente ao jury de exame.

§ 5.º Todo o individuo, que requerer licença para ser admittido a estes concursos, e depois desistir, não sendo por motivo provado de doença, ficará inhibido de ser admittido ao concurso immediato; e, se houver chegado a marchar do quartel em que estiver, pagará á fazenda, por desconto no seu pret, a despesa que a sua marcha tiver occasionado. O que desistir duas vezes, sem motivo justifica-

tivo de doença, ficará inhibido de ser admittido a qualquer outro concurso.

Art. 11.º Os exames de concurso para contra-mestre e para mestres serão feitos perante um jury composto do professor da aula de harmonia e contra-ponto do conservatorio real de Lisboa, que servirá de presidente; de dois outros professores do conservatorio tirados á sorte, e de dois mestres de musica dos corpos que se acharem estacionados em Lisboa e suas proximidades, tambem tirados á sorte no quartel general da 1.ª divisão.

§ 1.º Os parentes ou affins dos examinandos não poderão fazer parte do jury.

§ 2.º Antes de começarem os actos do concurso, os membros do jury concordarão qual deve ser interrogante sobre cada parte theorica; porém a todos assistirá o direito de fazer aos examinandos as perguntas que julgarem necessarias para formar o seu juizo.

§ 3.º Todos os actos d'estes concursos serão publicos.

Art. 12.º O exame, tanto para contra-mestre como para mestre, constará de uma parte theorica e de outra pratica.

§ 1.º As provas exigiveis serão:

Para contra-mestre:

Parte theorica — 1.º Conhecimento desenvolvido dos rudimentos de musica pelo compendio usado no conservatorio real de Lisboa.

2.º Conhecimento das escalas de todos os instrumentos que entram na composição das bandas de musica militar.

Parte pratica — 1.º e 2.º Como para musico de 1.ª classe;

3.º Sufficiente aptidão no ensaio de banda, provada em uma peça de musica apresentada pelo jury ao examinando, o qual terá meia hora para ver a partitura.

Para mestre:

Parte theorica — 1.º Regras de harmonia, pelo systema adoptado no conservatorio real de Lisboa;

2.º Conhecimento desenvolvido das escalas dos instrumentos que compõem uma banda, sua extensão, tacitura e mechanismo.

Parte pratica — 1.º Instrumentação de um trecho de musica escripto para canto com acompanhamento de piano. O jury fixará o tempo em que este trabalho deve ser executado, segundo a sua extensão.

2.º Proficiencia no ensaio de banda em uma peça que o jury lhe apresentar, sendo-lhe concedida meia hora para ver a partitura.

§ 2.º As peças, escolhidas pelos candidatos a contra-mestres ou mestres, serão por elles apresentadas com antece-

dencia ao director do conservatorio, com acompanhamento de quarteto de corda, a fim de serem ensaiadas antes do concurso; porém se o acompanhamento for por outros instrumentos, o examinando terá de apresentar os acompanhadores.

§ 3.º Para a escolha de cada parte ou peça de musica que o jury houver de apresentar aos examinandos, seja para reduzi-rem, executarem ou ensaiarem, cada membro do jury proporá uma; serão numeradas de 1 a 5, e a sorte designará a que deve ser executada.

§ 4.º Terminadas as provas publicas, o jury reunir-se-ha em sessão secreta, e, avaliando essas provas, as informações e documentos respectivos a cada examinando, procederá á votação por valores de 0 a 20. A media dos valores obtidos por cada um dos examinandos dará o numero da sua classificação. Em igualdade de numero de classificação preferirá o mais antigo no serviço; e, em igualdade d'este, o mais velho. O que só obtiver um numero de classificação inferior a 10, ficará d'ella excluido.

§ 5.º Os resultados d'estes concursos, com uma das relações dos concorrentes e os respectivos requerimentos, informações e documentos, serão pelo presidente do jury enviados ao director do conservatorio, e por este á direcção geral do ministerio da guerra.

§ 6.º Pelos individuos classificados aptos n'estes concursos, e pela ordem em que o forem, serão preenchidas as vacaturas de contra-mestre e de mestre que existirem n'essa occasião, e as que occorrerem até á conclusão de novo concurso.

Art. 13.º A todos os mestres e contra-mestres de musica, musicos de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes e aprendizes de musica existentes em serviço activo no exercito ficam garantidas as classificações e antiguidades que actualmente têm, seja qual for o modo por que a ellas tenham sido providos; porém da data do presente regulamento em diante só serão admittidos os aprendizes, e feitos os alistamentos e promoções nos termos do presente regulamento.

Art. 14.º A todos os musicos de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, que já foram approvados para a classe immediata pela fórmula estabelecida no regulamento de 17 de agosto de 1864, é garantido o accesso á classe immediata áquella em que actualmente estiverem.

§ 1.º Os musicos de 1.ª classe approvados para contra-mestres serão classificados no instrumento em que foram examinados.

§ 2.º Os musicos de 2.ª classe approvados para 1.ª se-

rão providos nas vacaturas que ocorrerem nos instrumentos em que foram examinados, e nas bandas dos corpos a que pertencerem. Se porém o exame tiver tido lugar em instrumento, que não seja algum dos designados no § 2.º do artigo 3.º, a promoção do examinado só poderá effectuar-se pelas regras estabelecidas n'este regulamento.

§ 3.º Os musicos de 3.ª classe approvados para 2.ª serão providos nas vacaturas que ocorrerem nas respectivas bandas.

Art. 15.º Os mestres, contra-mestres e musicos de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, quando completem o tempo de serviço effectivo a que estiverem obrigados, poderão ser readmitidos por triennios successivos, quando tenham bom comportamento moral, civil e militar, aptidão artistica e aptidão physica.

§ unico. Os requerimentos para readmissão subirão ao ministerio da guerra pelas vias competentes, acompanhados da nota de assentamentos, da informação do commandante do corpo sobre o comportamento moral, civil e militar do pretendente; do attestado dos cirurgiões do corpo, ou do cirurgião, se um só estiver presente, sobre a sua aptidão physica para o serviço, e da informação do mestre de musica sobre a sua aptidão artistica.

Art. 16.º O mestre, o contra-mestre e os musicos de 1.ª classe tocarão em instrumentos seus; e, quando os não possuam, poderão ser-lhes fornecidos pelos conselhos administrativos, indemnizando elles o cofre por descontos rasoveis nos seus vencimentos.

§ 1.º Os instrumentos para os musicos de 2.ª e 3.ª classes, para os aprendizes e para os musicos de pancada serão propriedade do estado; e comprados, concertados e substituidos pela fazenda militar, conforme dispozer o respectivo regulamento, excepto quando a aniquilação, extravio ou ruina for consequencia de acto voluntario ou de desleixo; porque n'este caso será a fazenda indemnizada por quem o houver praticado.

§ 2.º Os musicos de 2.ª e 3.ª classes, os aprendizes de musica e os musicos de pancada ficarão responsaveis pela conservação dos instrumentos que lhes forem distribuidos.

Art. 17.º Os mestres, contra-mestres e os musicos de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes das bandas dos corpos serão contados nos seus estados menores.

Art. 18.º As gratificações, dadas extraordinaria ou collectivamente a qualquer musica por serviços artisticos, serão distribuidas pelos musicos que desempenharem esses serviços proporcionalmente aos seus vencimentos diarios de pret.

Art. 19.º Os mestres e contra-mestres, quando estiverem em tratamento nos hospitaes, contribuirão para os cofres d'estes com o equivalente da ração de pão e metade dos seus vencimentos diarios de pret, e receberão a outra metade.

Art. 20.º Serão obrigações especiaes do mestre de musica: escolher as composições musicaes que a banda ha de executar, ou fazer as composições, se para isso estiver habilitado; instrumentar; reduzir as partituras; ensaiar a banda; rege-la em todos os actos de serviço, ainda mesmo que não toque; instruir os musicos de 1.ª e 2.ª classes e o contra-mestre, a fim de os habilitar para o accesso; inspecionar amiudadas vezes os instrumentos pertencentes á fazenda, que estiverem distribuidos aos musicos, a fim de tornar effectiva a responsabilidade pela sua conservação; manter a disciplina dos musicos da banda todas as vezes que ella estiver reunida; vigiar o comportamento moral, civil e militar de todos os individuos que fizerem parte da banda; informar sobre o seu comportamento quando lhe for exigido; admoesta-los pelas faltas menos importantes, e dar parte das que tiverem alguma gravidade; e da reincidencia mesmo das que forem leves.

Art. 21.º Serão obrigações especiaes do contra-mestre: substituir o mestre na sua ausencia, auxilia-lo nos ensaios da banda; instruir os aprendizes e os musicos de 3.ª classe, a fim de os habilitar para o accesso, coadjuvar o mestre na vigilancia pela conservação dos instrumentos musicos; manter o asseio e bom arranjo da casa de ensaio, no que empregará os musicos de pancada, quando não tenham que satisfazer a outro serviço.

Art. 22.º Serão obrigações especiaes dos musicos de 1.ª classe: dirigir os musicos que tocarem instrumentos iguaes ou analogos aos seus, no estudo das partes que lhes forem distribuidas; coadjuvar o contra-mestre no ensino dos aprendizes e musicos de 3.ª classe, auxiliando estes no estudo, obrigando-os mesmo a elle, e tomando as lições áquelles que lhes forem designados pelo dito contra-mestre.

Art. 23.º Todo o musico, desde o contra-mestre até ao de pancada, será obrigado a executar, sem fazer observação, qualquer parte que lhe for distribuida pelo mestre.

Art. 24.º O mestre de musica só poderá reunir a banda para tocar em actos, que não sejam de ensaio ou de serviço, depois de obter licença do commandante do corpo, o qual terá tambem de a pedir á auctoridade superior, se a houver na localidade, ou se a licença pedida for para a musica ir tocar a distancia do quartel maior de uma legua.

§ unico. Sempre que uma banda, parte d'ella ou algum

actos que não sejam de serviço, os musicos trajarão á pazana; porém quando esses actos tiverem um caracter semi-official, como são alguns de regosijo publico, demonstrações de consideração a pessoas eminentes, etc., as auctoridades militares, ao concederem a licença, prescreverão sempre o uniforme com que a musica se deve apresentar.

Art. 25.º Todos os regulamentos e ordens de disciplina militar são applicaveis ao pessoal das bandas de musica.

§ 1.º Segundo a hierarchia dos musicos militares estabelecida no artigo 1.º, cada um deve obediencia, continencia e mais demonstrações de respeito aos que tiverem categoria superior, e aos que, tendo a mesma, forem mais antigos.

§ 2.º Os musicos deverão obediencia, continencia e mais demonstração de respeito aos officiaes e praças de pret combatentes do exercito e da armada, desde o posto de marechal general, seguindo a ordem hierarchica, inclusivamente, até aquelles que abaixo se designam; sem que todavia tenham direito de exigir igual obediencia e demonstrações dos individuos que tiverem graus inferiores;

Mestre de musica, até sargento ajudante.

Contra-mestre de musica, até sargento quartel mestre.

Musico de 1.ª classe, até primeiro sargento.

Musico de 2.ª classe, até segundo sargento.

Musico de 3.ª classe, até furriel.

Aprendiz de musica, até cabo.

§ 3.º A continencia e demonstrações de respeito serão igualmente devidas pelos musicos a todos os officiaes não combatentes e empregados com graduções de officiaes do exercito e da armada.

Art. 26.º Os musicos nunca poderão exercer commando sobre as praças combatentes, e por isso nos casos eventuaes, em que ellas tenham aquella auctoridade, lhes serão subordinados.

Art. 27.º Os actuaes contra-mestres e musicos de 1.ª classe serão classificados nos instrumentos em que foram examinados para estas categorias.

Secretaria d'estado dos negocios da guerra, em 23 de maio de 1872.—*Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme.

O director geral,



SECRETARIA D'ESTADO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

6 DE JUNHO DE 1872

ORDEM DO EXERCITO

Publica-se ao exercito o seguinte:

1.º—Decretos

Secretaria d'estado dos negocios da guerra—Direcção geral—3.ª Repartição

Usando da auctorisação concedida ao meu governo pela carta de lei de 14 do corrente mez, hei por bem determinar que as condições exigidas pela carta de lei de 18 de agosto de 1869, ao alferes de cavallaria, Luiz Carlos Mardel Ferreira, para ser admittido na escola do exercito a frequentar o curso de cavallaria e infantaria, fiquem satisfeitas pelo curso de marinha, que possuia n'aquella data; devendo por isso ser admittido ao exame especial de habilitação a que se refere o artigo 40.º do decreto com força de lei de 24 de dezembro de 1863, e classificado com relação aos alumnos que conjuntamente com elle seguiram o curso da arma a que pertence.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda e interino dos da guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 27 de maio de 1872.—REI.—*Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Secretaria d'estado dos negocios da guerra—Direcção geral—1.ª Repartição

Tendo sido nomeado conductor de trabalhos publicos na provincia de Cabo Verde, por portaria expedida pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 21 do corrente mez, o primeiro sargento graduado aspirante a official do batalhão de caçadores n.º 5, Antonio Xavier Crato: hei por bem promove-lo ao posto de alferes, sem prejuizo de antiguidade dos individuos da sua respectiva classe e arma, nos termos do artigo 16.º do decreto com força de lei de 3 de dezembro de 1869. Outrosim sou servido determinar que esta minha soberana resolução fi-

numerarios, entrará um por cada duas vacaturas, sendo a segunda preenchida por promoção na classe immediatamente inferior.

Art. 188.º O posto de sargento ajudante, em cada arma, será concedido ao primeiro sargento, primeiro sargento cadete ou primeiro sargento graduado, cadete, que, sendo o mais antigo, satisfaça ás condições estabelecidas em regulamento especial para tal promoção.

Art. 189.º Os musicos formam seis classes, a que correspondem as seguintes graduações:

- Mestre de musica, alferes; (*oficial não combatente*)
- Contramestre de musica, sargento ajudante;
- Musico de 1.ª classe, primeiro sargento;
- Musico de 2.ª classe, segundo sargento;
- Musico de 3.ª classe, primeiro cabo;
- Aprendiz de musica, soldado.

§ unico. Os musicos de pancada serão soldados do effectivo, nomeados pelo commandante do regimento, sobre proposta dos mestres de musica.

Art. 190.º Os artifices têm a graduação de segundo sargento, e formam cinco classes:

- Selleiro-correeiro;
- Correeiro;
- Serralheiro-ferreiro;
- Carpinteiro;
- Espingardeiro.

§ unico. Os actuaes coronheiros passam a designar-se carpinteiros.

Art. 191.º Os clarins e corneteiros formam quatro classes, com as seguintes graduações:

- Mestre de clarins ou corneteiros, segundo sargento;
- Contramestre de clarins ou corneteiros, primeiro cabo;
- Clarim ou corneteiro, soldado;
- Aprendiz de clarim ou corneteiro, soldado.

Art. 192.º Os musicos, artifices, clarins e corneteiros serão distribuidos pelos corpos das diversas armas e serviços conforme está indicado nos quadros de composição das respectivas unidades.

§ 1.º As condições de admissão das diferentes praças de pret a que se refere este artigo, e de promoção em cada uma d'essas classes, serão estabelecidas em regulamentos especiaes.

§ 2.º Os mestres de clarins que fizerem exame para musicos de 1.ª classe terão o pret correspondente a esta classe.

§ 3.º Os mestres de musica e de clarins que tenham cincoenta ou mais annos de idade e trienta de effectivo serviço nos corpos do exercito, terão direito á reforma com o vencimento da effectividade.

§ 4.º A readmissão, reforma e vencimento das praças de pret de que trata este artigo, serão reguladas pela legislação em vigor, conservando na reforma a classificação e distinctivo que tinham na actividade.

Art. 193.º Em cada bateria, esquadrão ou companhia poderão ser promovidos a segundo cabo, soldados em numero igual a metade do numero de primeiros cabos, indicado nos respectivos quadros.

Art. 194.º Para o serviço de cada corpo haverá: uma bibliotheca, uma sala de armas, um gymnasio, uma carreira de tiro reduzido e uma enfermaria regimental.

§ 1.º Quando as condições de terreno e os recursos do thesouro o permittirem, haverá tambem uma carreira de tiro normal.

§ 2.º Em cada corpo montado haverá um picadeiro.

Art. 195.º Na organização do serviço de remonta serão garantidos os direitos estabelecidos pelo decreto de 25 de abril de 1895, não só no que respeita aos creadores de cavallos, como tambem ao numero de cavallos praças dos officiaes do exercito que remontam por conta do estado ou por conta propria.

§ unico. Um regulamento especial definirá a maneira de satisfazer ao serviço de remonta.

CAPITULO II

Serviço em ministerios estranhos ao da guerra

Art. 196.º Os officiaes combatentes e não combatentes podem ser empregados em serviços do estado não dependentes do ministerio da guerra, quando esses serviços não sejam incompativeis com a categoria do official.

§ 1.º Os ministerios que pretenderem empregar officiaes do exercito em serviços sob a sua dependencia, farão as requisições ao ministro da guerra, que as satisfará, quando as commissões sejam voluntariamente acceites pelos officiaes e não haja prejuizo para o serviço do exercito.

§ 2.º Os officiaes nomeados para serviço de outros ministerios, com excepção dos comprehendidos no § 1.º do artigo 26.º, não serão contados nos quadros a que pertencem, mas ficam addidos a esses quadros, tendo promoção a par dos immediatamente mais modernos, quando satis-

QUADRO N.º 12

Recapitulação da força de cavallaria

	P.º de paz				P.º de guerra			
	Pessoal		Cavallos		Pessoal		Cavallos	
	Officiaes	Praças de pret.	Officiaes	Praças de pret.	Officiaes	Praças de pret.	Officiaes	Praças de pret.
Exercito activo	Combataentes		Combataentes		Combataentes		Combataentes	
	Não combataentes		Não combataentes		Não combataentes		Não combataentes	
	Todos		Todos		Todos		Todos	
8 regimentos.	216	4:000	3:084	4:268	208	4:744	3:060	4:560
Serviço de recenseamento de animaes e vehiculos	8	20	8	28	8	20	8	28
Total	224	4:020	3:092	4:296	216	4:764	3:068	4:588
Tropas de reserva	Combataentes		Combataentes		Combataentes		Combataentes	
	Não combataentes		Não combataentes		Não combataentes		Não combataentes	
	Todos		Todos		Todos		Todos	
8 grupos a dois esquadrões.	224	4:020	3:092	4:296	96	2:360	2:472	6:816
Total geral	448	8:040	6:184	8:592	312	7:124	5:540	11:404

11/9/1899

QUADRO N.º 13

Caçadores

Um regimento de 3 batalhões a 4 companhias

	P.º de paz				P.º de guerra			
	Uma companhia		Total do regimento		Uma companhia		Total do regimento	
	Homens	Cavallos	Homens	Cavallos	Homens	Cavallos	Homens	Cavallos
Estado maior								
Coronel	1	1	1	1	1	1	1	1
Tenente coronel	1	1	1	1	1	1	1	1
Majores	3	3	3	3	3	3	3	3
Ajudantes .. (de regimento)	1	1	1	1	1	1	1	1
Ajudantes .. (de batalhão)	3	3	3	3	3	3	3	3
Medico (capitão)	1	1	1	1	1	1	1	1
Medicos (tenentes)	2	2	2	2	2	2	2	2
Capellão	1	1	1	1	1	1	1	1
Official de administração militar	1	1	1	1	1	1	1	1
Officiaes	14	9	14	9	14	9	14	9
Estado menor								
Sargentos ajudantes	3	3	3	3	3	3	3	3
Mestre de musica	1	1	1	1	1	1	1	1
Contramestre de musica	1	1	1	1	1	1	1	1
Musicos de 1.ª classe	3	3	3	3	3	3	3	3
Musicos de 2.ª classe	4	4	4	4	4	4	4	4
Musicos de 3.ª classe	3	3	3	3	3	3	3	3
Aprendizes de musica	8	8	8	8	8	8	8	8
Mestre de corneteiros	1	1	1	1	1	1	1	1
Contramestres de corneteiros	2	2	2	2	2	2	2	2
Correiros	1	1	1	1	1	1	1	1
Espingardeiros	1	1	1	1	1	1	1	1
Carpinteiros	1	1	1	1	1	1	1	1
Praças de pret.	34	34	34	34	34	34	34	34
Companhias								
Capitães	1	1	12	12	1	12	1	12
Tenentes	1	1	12	12	1	12	1	12
Alferes	1	1	12	12	1	12	1	12
Tenentes ou alferes de reserva	1	1	1	1	1	1	1	1
Officiaes	3	3	36	36	4	48	4	48
Primeiros sargentos	1	1	12	12	1	12	1	12
Segundos sargentos	3	3	36	36	3	72	3	72
Primeiros cabos	6	6	72	72	12	144	12	144
Corneteiros	2	2	24	24	4	48	4	48
Aprendizes de corneteiro	1	1	12	12	1	12	1	12
Soldados	66	66	792	792	227	2:724	227	2:724
Praças de pret.	79	79	948	948	250	3:000	250	3:000
Total geral	82	82	1:032	1:032	9	3:102	9	3:102

QUADRO N.º 14

Infanteria

Um regimento de 2 batalhões a 4 companhias

	Pé de paz				Pé de guerra			
	Uma compa- nhia		Total do regimento		Uma compa- nhia		Total do regimento	
	Homens	Cavallos	Homens	Cavallos	Homens	Cavallos	Homens	Cavallos
Estado maior								
Coronel	1	—	1	1	—	—	1	1
Tenente coronel	—	—	1	1	—	—	1	1
Majores	—	—	2	2	—	—	2	2
Ajudantes	—	—	1	1	—	—	1	1
Medico (capitão)	—	—	1	1	—	—	1	1
Medico (tenente)	—	—	1	1	—	—	1	1
Capellão	—	—	1	1	—	—	1	1
Official de administração militar	—	—	1	1	—	—	1	1
Officiaes	—	—	9	9	—	—	11	11
Estado menor								
Sargentos ajudantes	—	—	2	2	—	—	2	2
Mestre de musica	—	—	1	1	—	—	1	1
Contramestre de musica	—	—	1	1	—	—	1	1
Musicos de 1.ª classe	—	—	3	3	—	—	3	3
Musicos de 2.ª classe	—	—	4	4	—	—	4	4
Musicos de 3.ª classe	—	—	8	8	—	—	8	8
Aprendizes de musica	—	—	8	8	—	—	8	8
Mestre de corneteiros	—	—	1	1	—	—	1	1
Contramestre de corneteiros	—	—	1	1	—	—	1	1
Correio	—	—	1	1	—	—	1	1
Espingardeiro	—	—	1	1	—	—	1	1
Carpinteiro	—	—	1	1	—	—	1	1
Praças de pret.	—	—	32	32	—	—	32	32
Companhias								
Capitães	1	—	8	8	1	—	8	8
Tenentes	1	—	8	8	1	—	8	8
Alferes	1	—	8	8	1	—	8	8
Tenentes ou alferes de reserva	—	—	—	—	1	—	8	8
Officiaes	3	—	24	24	4	—	32	32
Primeiros sargentos	1	—	8	8	1	—	8	8
Segundos sargentos	3	—	24	24	6	—	48	48
Primeiros cabos	6	—	48	48	12	—	96	96
Corneteiros	2	—	16	16	4	—	32	32
Aprendizes de corneteiro	1	—	8	8	—	—	—	—
Soldados	57	—	456	456	227	—	1:816	1:816
Praças de pret.	70	—	560	560	250	—	2:000	2:000
Total geral	73	—	625	625	254	—	2:075	2:075

QUADRO N.º 15

Infanteria de reserva

Quadros em pé de paz

Postos	1 regimento	27 regimentos
	Homens	Homens
Coroneis, tenentes coroneis ou majores	1	27
Capitães	1	27
Tenentes	1	27
Officiaes	3	81
Primeiros sargentos	1	27
Segundos sargentos	2	54
Primeiros cabos	2	54
Soldados	6	162
Praças de pret.	11	297
Total geral	14	378

Art. 28.º Todos os officiaes em serviço no ultramar têm direito a uma ração de etape em campanha.

Art. 29.º Aos officiaes do exercito do reino, e aos officiaes europeus dos quadros do ultramar, é applicavel o disposto no decreto com força de lei de 11 de agosto de 1900.

§ unico. Os officiaes naturaes das provincias ultramarinas, que estejam nas condições do decreto citado n'este artigo, terão direito ás mesmas licenças que os europeus, mas só para serem gosadas nas provincias da sua naturalidade.

CAPITULO III

Officiaes inferiores, musicos e artífices

Art. 30.º O quadro de sargentos ajudantes das guarnições ultramarinas será preenchido pelos primeiros sargentos mais antigos das referidas guarnições, quando satisfazam ás condições actualmente exigidas para a promoção ao posto de alferes dos quadros do ultramar.

Art. 31.º Os quadros de segundos e primeiros sargentos das guarnições ultramarinas serão preenchidos:

1.º Por concurso respectivamente entre os primeiros cabos e segundos sargentos já em serviço nas tropas ultramarinas;

2.º Por transferencia do exercito do reino, com posto de accesso, quando os concorrentes satisfaçam ás condições da promoção exigidas no mesmo exercito;

3.º Por imposição de serviço aos mais modernos de cada classe do exercito do reino.

§ 1.º Para a promoção dos segundos sargentos ao posto immediato, nas condições do n.º 2.º d'este artigo, serão preferidos os mais antigos dos que se tenham offerecido e tenham bom comportamento, devendo a antiguidade no posto de primeiro sargento ser contada da data da promoção, logo que completem dois annos de serviço effectivo no ultramar.

§ 2.º Os primeiros sargentos a quem for imposto o serviço nas condições do n.º 3.º do presente artigo, gosarão a vantagem de, terminados dois annos de serviço effectivo no ultramar, subir na escala do accesso, no exercito do reino, tantos logares quantos der o valor de x na formula

$x = \frac{3}{2}n$, em que n representa a média das promoções annuaes nos ultimos cinco annos immediatamente anteriores áquelles em que a imposição do serviço se tiver dado.

§ 3.º Os segundos sargentos transferidos para o ultramar, em virtude do disposto no n.º 3.º d'este artigo, e que regressarem ao exercito do reino no fim de dois annos de serviço effectivo no ultramar, serão promovidos a primeiros sargentos, na primeira vacatura, quando tenham as habilitações legais e sejam approvados no respectivo exame.

Art. 32.º O serviço nas unidades compostas de praças de pret europeas ou nas fracções europeas das unidades mixtas, será feito exclusivamente por sargentos europeus, provenientes do exercito do reino.

Art. 33.º O numero de sargentos não europeus não poderá nunca exceder, em cada classe, um terço dos que pertençam á guarnição de cada provincia ou districto autonomo.

Art. 34.º As vacaturas de mestres e contramestres de musica serão preenchidas por individuos que satisfaçam ás condições exigidas no exercito do reino para a promoção nas referidas classes.

Art. 35.º As vacaturas de musicos das diferentes classes serão preenchidas:

1.º Por concurso entre os musicos da classe inferior áquella em que se der a vaga, ou entre os aprendizes de musica se a vacatura for de musico de 3.ª classe;

2.º Por transferencia do exercito do reino com promoção á classe immediata, quando os concorrentes satisfaçam ao respectivo exame;

3.º Por imposição de serviço aos mais modernos de cada classe do exercito do reino.

Art. 36.º Os aprendizes de musica e musicos de pancada serão praças indigenas.

Art. 37.º As vagas de artífices serão preenchidas pelos individuos de classe civil ou militar que voluntariamente se offereçam para servir no ultramar e tenham a necessaria aptidão profissional e, quando se não offereçam em numero sufficiente, por imposição de serviço aos mais modernos da respectiva classe do exercito do reino.

Art. 38.º Os musicos e artífices terão as graduações estabelecidas nos artigos 189.º e 190.º do decreto com força de lei de 7 de setembro de 1899.

CAPITULO IV

Cabos, soldados, clarins, corneteiros e ferradores

Art. 39.º As vacaturas de primeiros cabos nas unidades das guarnições das provincias ultramarinas e districto autonomo serão preenchidas:

QUADRO N.º 2

Guarnições de 1.ª linha das províncias ultramarinas e districto autonomo de Timor

Provincias e districto autonomo	Baterias mixtas de ar- tilheria de montanha e de guarnição	Companhia europêa de artilheria de guarni- ção	Companhia indigena de artilheria de guarni- ção	Companhas mixtas de artilheria de monta- nha e infantaria	Companhas mixtas de artilheria de guarni- ção e infantaria	Esquadrões de dragões	Pelotões independentes de dragões	Companhas europêas de infantaria	Companhas indigenas de infantaria	Corpos de policia	Batalhões disciplinares	Companhas de deposito	Bandas de musica euro- pêas	Bandas de musica indi- genas
Cabo Verde.....	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Guiné.....	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
S. Thomé e Príncipe.....	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Angola.....	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Moçambique.....	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
India.....	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Macau.....	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Timor.....	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Somma.....	3	1	1	6	2	3	4	6	32	6	2	8	5	4

QUADRO N.º 3

Composição de uma bateria mixta de artilheria
de montanha e guarnição

	Effectivo minimo					Effectivo maximo				
	Officiaes	Praças de pret europêas	Praças de pret indigenas	Cavallos	Muare	Officiaes	Praças de pret europêas	Praças de pret indigenas	Cavallos	Muare
Capitão, commandante (da arma de artilheria).....	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-
Duas secções de artilheria de montanha										
Capitão (da arma de artilheria)...	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-
Officiaes subalternos de artilheria	2	-	-	2	-	2	-	-	2	-
Primeiro sargento (da arma de artilheria).....	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Segundos sargentos (idem)	-	3	-	-	-	-	5	-	-	-
Primeiros cabos (idem)	-	8	-	-	-	-	12	-	-	-
Soldados serventes.....	-	32	-	-	-	-	48	-	-	-
Soldados conductores	-	-	24	-	20	-	-	36	-	32
Ferrador	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Aprendiz de ferrador.....	-	2	1	-	-	-	2	1	-	-
Corneteiros.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprendiz de corneteiro.....	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
Secção de artilheria de guarnição										
Official subalterno de artilheria...	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Segundos sargentos da arma de artilheria.....	-	2	-	-	-	-	3	-	-	-
Primeiros cabos (idem).....	-	4	-	-	-	-	6	-	-	-
Soldados	-	24	-	-	-	-	36	-	-	-
Auxiliares	-	-	8	-	-	-	-	12	-	-
Corneteiro	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Somma....	5	78	34			6	115	50	5	32
		117		4	20		171			

Composição do batalhão disciplinar de Angola

	Officiaes	Praças de pret europeas
Estado maior		
Tenente coronel, commandante (da arma de infantaria ou dos quadros do ultramar).....	1	-
Major (idem).....	1	-
Official subalterno, ajudante (idem).....	1	-
Thesoureiro (official subalterno dos quadros do ultramar ou de administração militar).....	1	-
Estado menor		
Sargento ajudante.....	-	1
Contramestre de corneteiros.....	-	1
4 companhias		
Capitães (da arma de infantaria ou dos quadros do ultramar).....	4	-
Officiaes subalternos (idem).....	8	-
Primeiros sargentos.....	-	4
Segundos sargentos.....	-	12
Primeiros cabos.....	-	24
Corneteiros.....	-	8
Soldados, os que forem encorporados.....	-	-
Somma.....	16	50

O numero de segundos sargentos será elevado até 5 e o de primeiros cabos até 10, por companhia, quando cada uma das companhias tiver mais de 120 soldados encorporados.

QUADRO N.º 17

Composição de uma companhia de deposito

	Official	Praças de pret europeas	Praças de pret indigenas
Tenente, commandante (dos quadros do ultramar)...	1	-	-
Primeiro sargento.....	-	1	-
Segundo sargento.....	-	1	-
Primeiro cabo.....	-	1	-
Auxiliares.....	-	-	5
Somma.....	1	3	5
		9	

QUADRO N.º 18

Composição de uma banda de musica europeá

	Official	Praças de pret europeas	Praças de pret indigenas
Mestre da musica.....	1	-	-
Contramestre da musica.....	-	1	-
Musicos de 1.ª classe.....	-	3	-
Musicos de 2.ª classe.....	-	4	-
Musicos de 3.ª classe.....	-	8	-
Aprendizes de musica.....	-	-	6
Musicos de pancada.....	-	-	4
Somma.....	1	16	10
		27	

QUADRO N.º 19

Composição de uma banda de musica indigena

	Official	Praças de pret indigenas
Mestre da musica.....	1	-
Contramestre da musica.....	-	1
Musicos de 1.ª classe.....	-	3
Musicos de 2.ª classe.....	-	4
Musicos de 3.ª classe.....	-	8
Aprendizes de musica.....	-	4
Musicos de pancada.....	-	6
Somma.....	1	26
		27

MINISTÉRIO DA GUERRA

Ordem do Exército

1.ª Série

N.º 12

31 de Dezembro de 1937

SUPLEMENTO

O Ministro da Guerra faz publicar:

DECRETOS

Ministério da Guerra

Relatório dos decretos-leis n.ºs 28:401, 28:402, 28:403 e 28:404

Promulgadas as leis da organização geral do exército e do recrutamento e serviço militar; lançadas as bases essenciais ao desenvolvimento da aviação civil; tomadas e seguidas com a maior inflexibilidade as medidas indispensáveis à constituição de uma forte reserva de quadros de complemento necessários à mobilização das forças de terra e das forças aéreas; definidas ou em via de definição as linhas gerais do nosso rearmamento e estando já a entrar no País com certa regularidade o material destinado às forças terrestres e às forças aéreas, vai agora o Governo publicar quatro diplomas fundamentais das instituições militares — sobre quadros e efectivos do exército em tempo de paz, a situa-

Art. 37.º Os diversos órgãos do serviço de trem automóvel são constituídos com pessoal da arma de engenharia e do quadro de serviços auxiliares do exército. O trem hipomóvel é constituído por pessoal dos serviços auxiliares do exército e da arma de artilharia. Em caso de guerra ou de perigo iminente dela o trem hipomóvel poderá mobilizar licenciados da arma de cavalaria.

Art. 38.º Além dos contros de mobilização expressamente prescritos neste diploma para as diferentes armas e serviços, poderão ser constituídos outros, se as necessidades de mobilização o determinarem.

Art. 39.º O quadro dos serviços auxiliares do exército compreende:

100 capitães.
300 subalternos.

A distribuição dos oficiais do quadro dos serviços auxiliares do exército pelas diferentes armas e serviços e pela organização territorial do exército será feita pelo Ministro da Guerra.

O preenchimento das vacaturas no quadro dos serviços auxiliares do exército será feito na medida em que forem sendo sucessivamente eliminados os oficiais dos extintos quadros auxiliares e do extinto quadro de oficiais do secretariado militar.

Art. 40.º Em tempo de paz serão constituídas 8 bandas militares, sendo 3 de 1.ª classe, 3 de 2.ª e 2 de 3.ª, umas e outras com a seguinte composição de pessoal:

Designação das categorias	Bandas de música de 3.ª classe	Bandas de música de 2.ª classe	Bandas de música de 1.ª classe
Chefe de banda	1	1	1
Sub-chefe de banda	1	1	1
Músicos de 1.ª classe	4	6	7
Músicos de 2.ª classe	6	10	13
Músicos de 3.ª classe	10	13	16
Aprendizes de música	14	13	14
<i>Soma</i>	36	44	52

31 DEZ 1937

sora:
Chefe de banda de 1.ª classe — capitão.
Chefe de banda de 2.ª classe — tenente.
Chefe de banda de 3.ª classe — alferes.
Sub-chefe de banda — sargento ajudante.
Músico de 1.ª classe — primeiro sargento.
Músico de 2.ª classe — segundo sargento.
Músico de 3.ª classe — furriel.
Aprendizes de música — cabos e soldados.

Art. 42.º O quadro dos chefes de banda compreenderá:

Chefes de banda de 1.ª classe 3
Chefes de banda de 2.ª classe 3
Chefes de banda de 3.ª classe 2

O quadro dos sub-chefes de banda, dos músicos e dos aprendizes de música compreenderá:

	Sub-chefes	Músicos de 1.ª classe	Músicos de 2.ª classe	Músicos de 3.ª classe	Aprendizes
Bandas de 1.ª classe. . .	3	21	39	48	43
Bandas de 2.ª classe. . .	3	18	30	39	39
Bandas de 3.ª classe. . .	2	8	12	20	28
<i>Soma</i>	8	47	81	107	109

Art. 43.º Enquanto se encontrarem excedidos os quadros dos músicos não serão admitidos aprendizes, devendo estes ser substituídos nas bandas por músicos de categoria superior.

O Ministro da Guerra pode mandar servir na organização territorial do exército, como amanuenses e fiéis, os actuais sargentos músicos que, em virtude das disposições d'este decreto, fiquem excedendo os quadros.

Art. 44.º É criado o quadro dos amanuenses do exército, para o qual deverão transitar, mediante vacatura, os segundos e primeiros sargentos do serviço geral das diversas armas que atinjam respectivamente a idade de quarenta e cinco e de quarenta e oito anos. No quadro dos amanuenses do exército não haverá promoção.

V – OUTROS DOCUMENTOS

De quelle's i numero de Musiques, assimentente per dia de cada Luna?

Especie e numero de Animais, convenientemente por dias de cada semana.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
Ardeata	Agouti	Tougaras	Fogito	Plumbeo	Marine	Flautas	Famula	Spontanea	Parada	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais	Animais

Diogo Garcia, Pai, e } Musicos da Art.ª n.º 1, e Criados de S. A. R.
Jose Maria Garcia, filho }

Representão, que tendo musicos do dito Regimento em 1797 foram chamados para Musicos do Infante de Hespanha, e querendo o Commandante do Regimento por isso dar-lhes baixa, mandou S. A. R. conservar-lhes a praca no Regimento, posto que não comparecessem. Que gozarão desta graça, até que o Regimento veio para Lisboa, e desde então foram chamados ás mostras. E que lhes é penoso terem de comparecer agora ás mostras do Regimento, aonde este existe; pois que o Pai tem 70 annos de idade, e o filho é obrigado a ir a todas as funcções da Camera. Podem ser dispensados de todos os actos Regimentaes, como erão antigamente.

Ha no Arquivo do Regimento um Aviso do Conde da Ega para o Comm.º d'elle em 20 Maio 1797, dizendo, que S. A. R. mandava, que aos Supp.ªs se conservasse a sua praca no Regimento, em quanto não mandasse o contrario.

O Visconde de Santarem attesta em Maio de 1813, que o filho é empregado em todas as funcções, que por ordem de S. A. R. se costumão fazer.

Ouvindo o Coronel Arriada, informa, que o Pai tendo praca de Soldado de 1.º Fevereiro 1774, e o filho de 29 Maio 1796, ambos com exercicio de Musicos do Regimento, foram empregados na Musica do Paço: que o Brigadeiro Pratt intendeu dar-lhes baixa por faltarem ás obrigações Regimentaes de Musicos: que em consequencia baixou o sobredito Aviso, o qual se tem executado até ao presente, ficando desligados de todo o serviço do Regimento desde então até ao fim de Setembro de 1810, em que o Marechal do Exército ordenou, que todos os que tinham praca no Regimento, e estavam dispensados em Queluz, recolhessem a elle para fazerem o serviço: e que como estes 2 Musicos não podião ser empregados em serviço algum activo, o Pai pela sua avançada idade, e o filho por fraca constituição e molestias, se tem conservados na forma das ditas ordens, obrigados somente a comparecerem nas mostras mensaes.

Regimento de Infantaria N.º 1

Relação dos Múrcos do dito Regimento

Postos	Nomes	Observações
Mestre de Múrica	Francisco Buchenbuch.	São de Contracto, a qual se reforma da todos os annos: se fôr necessário de fornecer de presente e mais e hade fornecer no ultimo de Outubro do mesmo
Múrico	José Pereira Saraiva	
"	Miguel Martins	
"	José Gubert	
"	Vicente e Antonio	
"	Carlos Frederico Diering	
"	Monte Ribas	
"	Francisco de Paula	
"	Francisco de Assis	
Pavão	José Simões	São Múricos de presente, a qual se paga nao sendo de presente
Caixa de Múf	Antonio Gomes	

N.º Não á neste Regimento Múrico algum q' tenha pago a 1.ª de
J.º de Julho de 1824

De L.º
Coronel do Reg.º 1.º

ORGANISAÇÃO MILITAR.

Os musicos militares.

No exercito ha classes, cujo futuro não convida a occupal-as; entre outras, é uma a classe dos musicos, que, fazendo na paz e na guerra importantes serviços, não teem condigna recompensa, quando lhes falta o vigor pelo augmento da idade, ou pelos achaques da doença. A nação visinha não ha muito tempo que prestou attenção a esta classe, e fez publicar um decreto no theor seguinte:

«Os mestres de musica das differentes armas e institutos do exercito, terão, em quanto estiverem servindo, a cathegoria de *alferes*, e os musicos de contracta, que estiverem em igual caso, a de *primeiro sargento*; mas sem que uns nem outros possam usar os distinctivos dos referidos postos, nem ter mando algum sobre a tropa.

«Os mestres de musica, que provarem ter servido com zelo, intelligencia e honradez por espaço de vinte annos, contados dia por dia, e tenham nas suas contractas a clausula de se haverem obrigado a seguir a sorte dos corpos, tantô em tempo de paz como no de guerra; assim como a de ficarem sujeitos a tudo o que determinam as ordenanças militares, terão direito á reforma no posto de *alferes*; e á reforma no posto de *tenente*, quando mostrem haver servido trinta annos; disfructando, em um e outro caso, o soldo marcado pelos regulamentos para as duas referidas classes do exercito.

«Os musicos de contracta, que tiverem servido, pelo modo prescripto para os mestres de musica, os annos marcados aos primeiros sargentos para poderem fazer op-

ção dos *premios de constancia*, terão tambem direito a elles, ainda que sem usarem do distinctivo de official, annexo a algum dos ditos premios.

«O musico de contracta, que, achando-se disfructando *premio de constancia*, fôr elevado a mestre de musica, entrará no goso das regalias e dos direitos inherentes a esta classe, como acontece aos primeiros sargentos que sobem ao posto de *alferes*.

«Aos mestres de musica e aos musicos de contracta, que servem actualmente, não lhes servirá de impedimento, quando optarem pelos indicados beneficios, o não terem nas suas anteriores contractas a clausula de se sujeitarem em tudo ás leis militares; mas, para poderem gozar os referidos beneficios, é indispensavel que a dita clausula seja immediatamente accrescentada ás contractas que na actualidade estão cumprindo, se acaso ella ainda ali não existir.»

A nação franceza, pouco antes, tinha publicado outro decreto.

«Segundo este decreto de organização, a musica de cada regimento de infantaria compôr-se-ha de *um* mestre de musica, *um* *contramestre*, *cinco* musicos de primeira classe, *dez* de segunda, e *treze* de terceira; formando por conseguinte um total de *trinta* musicos. A cavallaria terá *um* mestre de musica, *um* *contramestre*, *quatro* musicos de primeira classe, *oito* de segunda, e *oito* de terceira; formando um total de *vinte e dois*.

«Estes musicos recrutar-se-hão, em primeiro lugar, entre os militares, que na classe de aprendizes tiverem já a sufficiente instrucção musical para entrar na banda; e em segundo lugar entre os particulares. Os mestres de musica serão nomeados pelo imperador, os *contramestres* pelo ministro da guerra, e tanto uns como outros só poderão ser destituídos pela mesma authoridade que os nomeou.

«O soldo fixo dos mestres de musica será igual ao dos *alferes*; o dos *contramestres* ao dos sargentos ajun-

dantes; o dos musicos de primeira classe ao dos primeiros sargentos; o dos musicos de segunda classe ao dos segundos sargentos; e o dos de terceira, igual ao dos cabos. Logo que contem dez annos no exercicio de suas funcções, os mestres de musica receberão o mesmo soldo que recebem os tenentes.

« Além dos soldos fixos acima indicados, os mestres de musica, assim como todos os outros musicos, receberão dos fundos permanentes da caixa do corpo, uma gratificação mensal relativa á classe de cada um, e cuja cifra, sujeita ao maximo e minimo marcados pelo ministro da guerra, será fixada pelo conselho de administração. Uniformisados com signaes distinctivos entre si, conforme o posto que cada um occupe na cathegoria musical, differentes dos do regimento, e logo que estejam classificados no effectivo geral do exercito, terão o mesmo direito que os outros militares aos accessos e recompensas, como, por exemplo, pensões, condecorações, reformas, etc. D'aqui deve necessariamente resultar a emulação, e d'esta a applicação ao estudo, guiada pelo desejo de subir e de melhorar a sua posição. »

A integra dos decretos acima citados já appareceu em outro jornal publicado n'esta capital, em fevereiro do corrente anno; e outro no anno passado, e no jornal a que nos referimos, se pedia ao governo que prestasse attenção ao estado em que se tem achado até hoje a classe dos musicos, os quaes, não tendo um futuro definido em harmonia com a posição que occupam, reclamam com justiça que se lhes estabeleça.

Unimos tambem hoje os nossos fracos desejos ao brado, que em favor d'esta classe se levantou no jornal supradito.

A. F. S. P.

MONTE-PIO MILITAR.

A lei de 1843, que não permittiu mais a admissão dos officiaes ao monte-pio do exercito, foi uma d'aquellas leis inconsideradas, cujo alcance, se foi devidamente avaliado, desconceitua bastante os que a dictaram; e se sómente se levou em vista a flagelladora economia, foi uma flagrante injustiça, que pesou sobre uma classe da sociedade, que não sabemos até onde lhe possam exigir mais sacrificios.

Inclinamos-nos a crêr que predominou o segundo alvitre, até mesmo porque n'aquella occasião a lei convidou a desligarem-se da associação aquelles que o desejassem, restituindo-se-lhes as quotas com que tivessem contribuido, em quatro prestações annuaes: já se vê que os calculos provavam que a restituição era inferior aos encargos futuros, que os fallecimentos dos associados acarretaria ao thesouro.

Desde que, felizmente, o exercito possui um jornal para advogar os seus interesses, verdadeiro campo para se tratarem com placidez e mui detalhadamente as questões vitaes, a *Revista* não tem deixado de repetir quanto convém organizar de prompto um monte-pio, que salve da miseria milhares de familias que a ella estão votadas; e algumas vezes temos erguido nossa debil voz, apontando os factos que o tempo se vae encarregando de nos ministrar.

E desculpem-nos aquelles que nos julgarem importunos, por não levantarmos mão d'este ponto, que consideramos uma das primeiras necessidades a attender, necessidade reclamada pela boa moral, pelo dever, e pela humanidade com que se pretende caracterisar o presente seculo; e quando os factos lamentaveis se repetem, e cre-



Luís da Conceição Brás, unido
 ao de 1.ª classe de infantaria 4.ª, ^{de}
 recebe licença para estudar no conser-
 vatório.

Pois o S. M. A. Rainha
 Brás para
 the corps - attached for 1-9-99
 Macayminda



5-8 52

1-9-97

Senhor

10
1897

Eurelio dos Banheiros Brazão musico de 1ª classe nº 9 da 1ª companhia e 53 de matriculas do 1º batalhão do regimento nº 1 de infantaria da Beira, despendo matricular-se no 1º anno do curso obrigatorio do Conservatorio Real de Lisboa, humilde e respeitosa mente

Pede a Vossa Magestade a Graça de conceder ao suplicante licença para frequentar o referido curso, comprometendo-se este a apresentar a carta de exame de admissao aos lyceus durante o mesmo curso, visto não fuzzer ainda este exame.

Ante mim Belem 27
Agosto de 1897
Eurelio dos Banheiros
ajad.
socio de 1ª classe

E. R. M. e. e.

Regimento *N.º 1.ª de infantaria da Raia**V. de Almeida*
Caj. 1.ª de maior
1.º batalhão

Nota dos assentos que tem no livro de matricula e no registo disciplinar a praça de pret abaixo mencionada

NUMERO DE MATRICULA *53*

Designação do estado civil

Designação do estado militar

Foi suppleta(o) ao effectivo

est. e batalhão

liquidação annual do tempo de serviço

Condições impostas por sentenças dos tribunaes

Menção do comportamento militar em vista do registo disciplinar e informação no acto da passagem á primeira reserva

Nome *Eusébio da Conceição Brazão*
 Ultimo domicilio *Freguesia de S. Pedro d'Elvas* Concelho *d'Elvas*
 Districto d' *Portalegre* Occupação
capanga de freguesia nasceu q *25* de *dezembro*
 de *1867* em *concelho d'Elvas*
districto d'Portalegre filho d. *António*
Quarta Praxe e de *Manoel de Brazão*
 residentes em *freguesia de S. Pedro d'Elvas* concelho d' *Elvas*
 districto d' *Portalegre* estado *de livre*
 casou com
 em *de* de *189*
 Filhos
 Varões Femeas

Signaes caracteristicos

Altura—*1* metro e *mil*.
 Altura rectificada—*1* e *mil*.
 Olhos—*castanhos*
 Nariz—*regular*
 Bôca—*regular*
 Cabellos—*castanhos*
 Barba—
 Rosto—*comprido*
 Côr—*natural*
 Signaes particulares—

Assentamento de praça em *16* de *maio* de *1884* como *voluntario*
 para servir por *4* annos, pertencente ao contingente de *a cargo do districto d'*
 concelho d' *freguesia de* aonde lhe coube
 o n.º *presente n* sendo encorporado no *º* batalhão em
 de *de 18* contando o tempo de serviço activo desde esta data.

Substituto de *do*
 aonde tinha o n.º *de matricula do* *º* batalhão no livro *da*
 serie em *de* de *18* para servir *annos* *mezes e* *dias*.

Readmittido por mais *tin* annos desde *21* de *agosto* de *1885* Readmittido por mais *annos* desde *de* de
 Readmittido por mais *annos* desde *de* de Readmittido por mais *annos* desde *de* de
 Readmittido por mais *annos* desde *de* de Readmittido por mais *annos* desde *de* de
 Readmittido por mais *annos* desde *de* de Readmittido por mais *annos* desde *de* de

Foi suppleta(o) ao effectivo *Veio de deposito de freguesia de Ultramar em 6 de março de 1897.*

Gradações e posição

est. e batalhão

Gradação	Desde quando	Comp. ou bateria	Numero
<i>Primeiro</i>	<i>6 de março de 1897</i>	<i>1.ª</i>	<i>9</i>

liquidação annual do tempo de serviço

Até	Anos	Mezes	Dias
<i>28 de agosto de 1897</i>	<i>14</i>	<i>8</i>	<i>23</i>

em 1.º de maio de 1884, e em 1.º de maio de 1885. Passou a 2.ª classe em 1.º de maio de 1886. Passou a 3.ª classe em 1.º de maio de 1887. Passou a 4.ª classe em 1.º de maio de 1888. Passou a 5.ª classe em 1.º de maio de 1889. Passou a 6.ª classe em 1.º de maio de 1890. Passou a 7.ª classe em 1.º de maio de 1891. Passou a 8.ª classe em 1.º de maio de 1892. Passou a 9.ª classe em 1.º de maio de 1893. Passou a 10.ª classe em 1.º de maio de 1894. Passou a 11.ª classe em 1.º de maio de 1895. Passou a 12.ª classe em 1.º de maio de 1896. Passou a 13.ª classe em 1.º de maio de 1897.

Notas biographicas durante o serviço militar

Presente no regimento d'infantaria n.º 4, em 16 de maio de 1884. Colheita de cana, districto de freguesia de Ultramar. Passou a 2.ª classe em 1.º de maio de 1885. Passou a 3.ª classe em 1.º de maio de 1886. Passou a 4.ª classe em 1.º de maio de 1887. Passou a 5.ª classe em 1.º de maio de 1888. Passou a 6.ª classe em 1.º de maio de 1889. Passou a 7.ª classe em 1.º de maio de 1890. Passou a 8.ª classe em 1.º de maio de 1891. Passou a 9.ª classe em 1.º de maio de 1892. Passou a 10.ª classe em 1.º de maio de 1893. Passou a 11.ª classe em 1.º de maio de 1894. Passou a 12.ª classe em 1.º de maio de 1895. Passou a 13.ª classe em 1.º de maio de 1896. Passou a 14.ª classe em 1.º de maio de 1897.

Habilitações litterarias e profissionais

Antes do serviço militar	Durante o serviço
<i>De 1.º de maio de 1884 a 1.º de maio de 1885.</i>	<i>De 1.º de maio de 1885 a 1.º de maio de 1886.</i>

De 1.º de maio de 1886 a 1.º de maio de 1887.

De 1.º de maio de 1887 a 1.º de maio de 1888.

De 1.º de maio de 1888 a 1.º de maio de 1889.

De 1.º de maio de 1889 a 1.º de maio de 1890.

De 1.º de maio de 1890 a 1.º de maio de 1891.

De 1.º de maio de 1891 a 1.º de maio de 1892.

De 1.º de maio de 1892 a 1.º de maio de 1893.

De 1.º de maio de 1893 a 1.º de maio de 1894.

De 1.º de maio de 1894 a 1.º de maio de 1895.

De 1.º de maio de 1895 a 1.º de maio de 1896.

De 1.º de maio de 1896 a 1.º de maio de 1897.

Tempo de licença registada

Tempo de licença por motivo de molestia e de tratamento nos hospitaes

Condecorações e louvores

Menção do comportamento militar em vista do registo disciplinar e informação no acto da passagem á primeira reserva

Menção do comportamento militar em vista do registo disciplinar e informação no acto da passagem á segunda reserva

Menção do comportamento militar em vista do registo disciplinar e informação no acto da baixa do serviço

Registo disciplinar

Infração de disciplina	Pena imposta	Datas		
		Dia	Mez	Anno
Se fôr o respeito para com um musico, de 3. ^a classe, dirigiu-se a policias incommoventes, e quando de uma das partes com o musico.	Dois dias de detenção	23	Março	1886
Beusam de 10, cumprir um dos seus deveres sob um protesto trivial e falso.	Tres dias de detenção	30	Agosto	1889
Faltas de formalidade, de respeito, dos dias 11 e 12 sendo este, no dia applicado em 13.	Dois dias de detenção	14		1889
Dirigir-se pelas ruas, da cidade, ás 11 horas da noite, contra o que determinam as ordens.	Dois dias de detenção	31	Julho	1890
Faltas de respeito, e de acompanhar as quando para o Real Paço de Belém.	Dois dias de detenção	21	Outubro	1890
Apresentar-se com o que dá comunicação para o caso de musico.	Quatro dias de detenção	23	Junho	1891
Se encontrada, a jogar, as cartas do dinheiro.	Dois dias de detenção	21	Julho	1891
Não ser encontrado no quartel para servir estande, de dia a banda, de musico.	Quatro dias de detenção	15	Março	1892
Faltas de quartel, estando convalescente, pretendendo illudir o seu espirito, e de insubordinação, quando interrogado por esta falta.	Um dia de detenção	16	Abril	1892
Não ter cortado o cabelo quando lhe fôr determinado.	Dois dias de detenção.	7	Novembro	1893
Continuar por um tempo, a passear pela rua Garrett, na rua de dezembro de anno fôrto, dirigindo-se a galeias no fim de anno de 1894.	Quinze dias de detenção	31	Januario	1897
<p><i>João Baptista de Oliveira</i> <i>Edmundo de major do Reg. 1.^o de Inf. de Belém</i></p>				

Informação do commandante	Opinião do commandante da brigada	Opinião do commandante da divisão	Decisão de s. ex. ^a o ministro
<div></div>			

Quartel em Belém, em 28 de Agosto de 1897
 O commandante,

Regimento


V. de Almeida
Cap. rev. de major
 .º batalhão

Nota dos assentos que tem no livro de matrícula e no registo disciplinar a praça de pret abaixo mencionada

NUMERO DE MATRICULA

Nome _____ Ultimo domicilio _____ Concelho _____ d _____ Districto d _____ Ocupação _____ nasceu a _____ de _____ de 18 _____ em _____ concelho d _____ districto d _____ filho d _____ e de _____ residentes em _____ concelho d _____ districto d _____ estado _____ casou com _____ em _____ de 189 _____		Signaes caracteristicos Altura—1 metro e _____ mil. Altura rectificada—1.ª e _____ mil. Olhos— Nariz— Boca— Cabellos— Barba— Rosto— Cór— Signaes particulares—								
Filhos Varões _____ Femeas _____										
Assentamento de praça em _____ de _____ de 18 _____ como _____ para servir por _____ annos, pertencente ao contingente de _____ a cargo do districto d _____ concelho d _____ freguezia de _____ aonde lhe coube o n.º _____; presente n _____ sendo encorporado no .º batalhão em _____ de _____ de 18 _____ contando o tempo de serviço activo desde esta data.										
Substituto de _____ do _____ aonde tinha o n.º _____ de matricula do .º batalhão no livro _____ da serie em _____ de _____ de 18 _____ para servir _____ annos _____ meses e _____ dias.										
Readmittido por mais _____ annos desde _____ de _____ de _____ Readmittido por mais _____ annos desde _____ de _____ de _____ Readmittido por mais _____ annos desde _____ de _____ de _____ Readmittido por mais _____ annos desde _____ de _____ de _____										
i augmentada ao effectivo {										
Graduações e posição <table border="1"> <thead> <tr> <th>us</th> <th>Desde quando</th> <th>Comp. ou bateria</th> <th>Números</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		us	Desde quando	Comp. ou bateria	Números					Notas biographicas durante o serviço militar <p><i>estando, este em estado, de guerra pelo decreto provincial de 10 de 7 de dezembro, que reconstituiu o 1.º batalhão, da praça, rio. Tinha a idade de 17, e acompanhando, de guerra de Lameira, e Albuquerque, em 1.º de janeiro, de 1896. Seguiu para Alcaniz, que saiu 21 de janeiro, ordem do chefe do governo, de 12 de janeiro de 1896. Conta 57 dias de tempo de serviço, desde 13 de maio de 1894, data em que desceu barca em esta praça. Seguiu viagem para o Rio de Janeiro, de 1.º de maio, a junta do ultimato, em 10 de maio, de 1896. Tinha a idade de 17, e acompanhando, de guerra de Lameira, e Albuquerque, em 1.º de janeiro, de 1896. Seguiu para Alcaniz, que saiu 21 de janeiro, ordem do chefe do governo, de 12 de janeiro de 1896. Conta 57 dias de tempo de serviço, desde 13 de maio de 1894, data em que desceu barca em esta praça. Seguiu viagem para o Rio de Janeiro, de 1.º de maio, a junta do ultimato, em 10 de maio, de 1896.</i></p>
us	Desde quando	Comp. ou bateria	Números							
Habilitações litterarias e profissionais <table border="1"> <thead> <tr> <th>Antes do serviço militar</th> <th>Durante o serviço</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Antes do serviço militar	Durante o serviço							
Antes do serviço militar	Durante o serviço									
Condennações impostas por sentenças dos tribunaes <table border="1"> <tbody> <tr> <td></td> </tr> </tbody> </table>			Tempo de licença registada <table border="1"> <tbody> <tr> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Tempo de licença por motivo de molestia e de tratamento nos hospitaes <table border="1"> <tbody> <tr> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Condecorações e louvores <table border="1"> <tbody> <tr> <td></td> </tr> </tbody> </table>			
Menção do comportamento militar em vista do registo disciplinar e informação no acto da passagem á primeira reserva <table border="1"> <tbody> <tr> <td></td> </tr> </tbody> </table>			Menção do comportamento militar em vista do registo disciplinar e informação no acto da passagem á segunda reserva <table border="1"> <tbody> <tr> <td></td> </tr> </tbody> </table>			Menção do comportamento militar em vista do registo disciplinar e informação no acto da baixa do serviço <table border="1"> <tbody> <tr> <td></td> </tr> </tbody> </table>				

Registo disciplinar

Infracção de disciplina	Pena imposta	Datas		
		Dia	Mez	Anno
				



retenção da praça... { *Matricula-se no 1.º anno, de curso obrigatório, do Conservatório Real de Lisboa* }

Informação do commandante	Opinião do commandante da brigada	Opinião do commandante da divisão	Decisão de s. ex. ^a o ministro
<i>Não vejo inconveniente</i>		<i>Logo attendido a pêrte de habilitação para Carrão - Martes, C. de S.º, 1.º de Agosto de 1897</i>	

Quartel em *Belim*, em *28* de *Agosto* de 18 *97*

O commandante,

Manoel de S.º G. Santos
C. de S.º 1.º de Agosto de 1897

Relação nominal dos mestres de musica a que
se refere a portaria d'esta data.

Corpos.	Nomes.
Caçadores.	1 José Candido.
	2 Augusto Guerreiro Alves.
	3 Antonio Augusto Lopes da Silva.
	4 Evaristo Antonio Guedes.
	5 Joaquim da Costa Pires.
	6 Torres José.
Infanteria.	1 Affonso Candido da Silva.
	2 Domingos Antonio Caldeira
	3 Francisco dos Reis Torres.
	4 Manuel da Encarnação.
	5 Lino das Neves.
	6 Joaquim Antonio Correia da Silva.
	7 Manuel da Gloria Reis.
	8 João Pereira d'Almeida.
	9 Francisco do Sacramento Pereira da Maia.
	10 Francisco Manuel de Mattos.
	11 José Maria Adeline.
	12 Bernardo d'Assumpção Junior.
	13 José Alves de Freitas.
	14 José Pereira Dias.
	15 Francisco da Silva Curado.
	16. Bernardino da Costa Vaz
	17 Benjamin da Costa.

1905



Leite do Rejo

Real Paço de Cintra

23 D'OUTUBRO DE 1905

REGIMENTO DE INFANTERIA N.º 2

Programma da Musica

1.ª PARTE


1.º — Danza Indiana..... Lanzi
 2.º — Cendrillon (Selection)..... Massenet
 3.º — Rapsodias Portuguezas..... Moraes
 4.º — Scene Pittoresque..... Massenet

2.ª PARTE

1.º — Le Jongleur de Notre Dame (Se-
 lection)..... Massenet
 2.º — Trebol (Zarzuela)..... Serrano y Valverde
 3.º — Solo mio. (Canção Napolitana). Capua

Pag. 101

1934



BATALHÃO DE CAÇADORES

Concerto pela banda no dia 7 de Janeiro de 1934

PROGRAMA

Repita Gous *1.º* *Ariz Choria*
Senza Confini *Ariz Choria* *Manente*
Santaisie *Ballet* *Montagne*
Berodidae *Seleção da Gera* *Manente*

Intermezzo Sinfónico *Manente*
9.ª Rapsodia *Al. Ribeiro*
Angelilo *1.º* *L. Hope*

O Regente,
F. B. M. M. M. M.

4434-20

[Festas de La-Salette / Oliveira de Azeméis / Agosto / 1935 / Programa dos concêrto pelas Bandas Regimentais de Infantaria 6, de Penafiel, 19, de Aveiro e 14, de Vizeu / Nos dias 10, 11 e 12.]

PROGRAMA

PRIMEIRO CONCERTO
 SÁBADO, 10
 Infantaria 6, de Penafiel, sob a habil regência do seu ilustre Chefe Ex.º Sr. Tenente FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA

I PARTE

1—Flor Trianera—Marcha de Concerto..... Román S. José
 2—Obéron—Ouverture..... Weber
 3—La Torre del Oro—Prelúdio Sinfónico..... Giménez
 4—Crepusculo dos Deuses—Wagner
 5—Tomada de Moscou—Abertura Solene..... Tchaikowsky

II PARTE

1—Le Carnaval Romain—Ouverture..... Berlioz
 2—Memórias de G. Guerra—Poema Sinfónico..... P. de Sousa
 3—Nas Estepes da Asia Central..... Borodin
 4—Ecos do Povo—Rapsódia..... J. Nunes
 5—La Divina Comédia—Inferno..... S. Florenzo

III PARTE

1—Os Mestres Cantores—Ouverture..... Wagner
 2—Capricho Andaluz..... M. Rucker
 3—Sanson et Dalila—Opera..... J. Saint-Seens
 4—Ecos de Portugal—5.ª Fantasia Popular..... P. de Sousa
 5—Bravura—Marcha..... E. Dubé

SEGUNDO CONCERTO
 DOMINGO, 11
 Infantaria 19, de Aveiro, sob a habil regência do seu ilustre Chefe Ex.º Sr. Capitão JOÃO PEREIRA RISCATA

I PARTE

1—Ese és el Mio—Paso-Doble Oropeza
 2—Tannhauser—Ouverture..... R. Wagner
 3—El Asombro de Damasco—Zarzuela..... Luna
 4—Amor de Zingaro—Opereta..... Franz Leher
 5—Boris de Godonoff—Opera..... Mussargski

II PARTE

1—Rapsódia Slava..... David de Sousa
 2—• Russa..... Bernicat
 3—• Hungara..... Litz
 4—• Portuguesa..... Nunes

III PARTE

1—Quo Vadis—Ouverture..... Scassola
 2—Sigurd Josafar—Suite..... Grieg
 3—Capricho Italiano—Fantasia..... Tchaikowsky
 4—Yo soy Español—Marcha..... San Miguel

TERCEIRO CONCERTO
 SEGUNDA-FEIRA, 12
 Infantaria 14, de Vizeu, sob a habil regência do seu ilustre Chefe Ex.º Sr. Tenente MA- NUEL JOAQUIM

I PARTE

1—Russian e Ludmila—Aber- tura..... Glinka
 2—Extracto da Opera D. Qui- xote..... Massenet
 a) Serenata de D. Quixote
 b) Tristezza de Dulcinea
 c) Romanesca Antiga—Festa no pátio da bela Dulcinea
 3—A Arlesiana
 a) Prelúdio
 b) Intermezzo
 c) Minueto
 d) Farandola
 4—Bolero..... Ravel

II PARTE

1—Uma Noite no Monte-Calvo—Poema Sinfónico..... Mussargski
 2—Canto Indu—Opera Sadko Rimsky-Korsakow
 3—Esboços Caucassianos
 a) No Destiladeiro..... (Sul-)
 b) No Acampamento..... te.) Ippolitow-Iwanow
 c) Na Mesquita
 d) Cortejo de Serdar

III PARTE

1—Sinfonia Incompleta..... Schubert
 a) Alegro moderato
 b) Andante con moto
 2—Stenka—Razina—Poema Sinfónico..... Glazunow

